

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

NICOLE DOS ANJOS

**A VIDA DAS MULHERES ESCRAVIZADAS NA RETÓRICA
ABOLICIONISTA: A GAZETA DA TARDE E AS CENAS DA ESCRAVIDÃO (1880-1888)**

UBERLÂNDIA

2023

NICOLE DOS ANJOS

**A VIDA DAS MULHERES ESCRAVIZADAS NA RETÓRICA
ABOLICIONISTA: A GAZETA DA TARDE E AS CENAS DA ESCRAVIDÃO (1880-
1888)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura e Bacharelado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Flávia Cernic Ramos

UBERLÂNDIA

2023

NICOLE DOS ANJOS

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos (Orientadora)

Prof^ª. Dra. Ana Carolina Feracin da Silva

Prof^ª. Dra. Laila Thais Correa e Silva



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Curso de Graduação em História - Uberlândia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4199 - www.inhis.ufu.br - cochi@ufu.br



ATA DE DEFESA - GRADUAÇÃO

Curso de Graduação em:	História - Bacharelado e Licenciatura				
Defesa de:	GHI037 Monografia III				
Data:	29/11/2023	Hora de início:	19:00h	Hora de encerramento:	20h50
Matrícula do Discente:	12011HIS239				
Nome do Discente:	Nicole dos Anjos				
Título do Trabalho:	<i>"A vida das mulheres escravizadas na retórica aboliconista: a Gazeta da Tarde e as cenas da escravidão (1880-1888)"</i>				
A carga horária curricular foi cumprida integralmente?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				

Reuniu-se por videoconferência pelo aplicativo para realização de conferências da Rede Nacional de Professores, disponibilizado pela Universidade Federal de Uberlândia na sala virtual <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/coordenacao-dos-cursos-de-graduacao-em-historia-ufu>, a Banca Examinadora, assim composta: Profª. Dra. Ana Carolina Feracin da Silva (Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP) e Profª. Dra. Laila Thais Correa e Silva (Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP) e Profª. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos (INHIS/UFU), orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos, o(a) presidente da mesa, Profª. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos, apresentou a Comissão Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público e concedeu ao discente a palavra, para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do curso.

A seguir o(a) senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem, sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

(X) Aprovado(a) Nota [100] Somente números inteiros.

OU

() Reprovado

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flavia Cernic Ramos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/11/2023, às 20:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laila Thais Correa e Silva, Usuário Externo**, em 29/11/2023, às 20:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Feracin da Silva, Usuário Externo**, em 07/12/2023, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4954749** e o código CRC **6AB52B45**.

AGRADECIMENTOS

É impossível iniciar os meus agradecimentos sem pensar na trajetória que caminhei até o presente momento. Conheci incontáveis pessoas nos caminhos que trilhei até aqui, saí ainda jovem de São Paulo e me aventurei em Minas Gerais, neste longo percurso, carreguei comigo amigos de todos os cantos, além, obviamente, da minha família. Por isto, gostaria de dedicar meus mais calorosos agradecimentos a todas essas pessoas que, de uma forma ou de outra, me apoiaram e incentivaram a concluir esta etapa.

À princípio, meus agradecimentos vão aos meus pais, Elisabeth e Wilson. Alguns pais nos dão a vida, já outros nos ensinam a vivê-la. Meus pais me ensinaram e incentivaram a vivê-la, tirar dela todas as experiências e ensinamentos possíveis, me encorajaram a ser a mulher que sou hoje, a construir meu próprio castelo e pegar quantas estradas fossem necessárias para trilhar meu futuro. Ao falar dos meus pais nesta caminhada, vejo a imagem de quem ensina uma criança a pedalar: no começo, segura-se a bicicleta enquanto caminha ao lado, mas no momento de soltá-la, ainda se mantém a observá-la de longe, como de resguardo para qualquer risco de queda. Agradeço aos meus pais por nunca me deixarem cair ao chão. Agradeço também aos meus irmãos, Beatriz, Wilson e Julia. Aprendo muito sobre mim e sobre as diferentes formas de amar com vocês, aprendo sobre a importância de um olhar atento ao outro, o cuidado com as palavras. Com vocês, aprendi a nunca estar sozinha — e isso vale muito! Agradeço à minha avó pelas preces que acalmaram, inúmeras vezes, o meu coração. À minha tia, Ana, por acreditar na luz que me guia e me lembrar de mim mesma. À minha prima, Fefê, por se tornar uma amiga, por se fazer presente mesmo tão distante.

Destaco um agradecimento especial à minha mãe por ter me incentivado no mundo dos livros e guiado minha escolha, lá em 2018, sobre escolher o curso de História — se hoje escrevo e tenho olhar sensitivo sobre histórias como as desta monografia, muito é pela sensibilidade dos livros que li por seu incentivo e pela sua luz que iluminou meu caminho. E à minha irmã Bia agradeço por despertar a escrita em mim, tão inspirada em seus textos — escrever o que sinto e penso mudou a minha vida e, talvez também tenha o poder de mudar outras.

Em segundo momento, preciso agradecer a tantos amigos que me apoiaram a seguir meus sonhos, que me fizeram enxergar potencialidades em mim, que me preencheram com amor enquanto meu peito se enchia da saudade de casa e das inúmeras adversidades que vivi morando sozinha. Fiz amigos por muitos lugares, muitas cidades. Amizades que suportaram a distância entre dois estados, amizades que fizeram desse processo menos doloroso e pesado. Foi gratificante demais ver quantas pessoas torceram e acreditaram em mim. Destaco alguns nomes que, indubitavelmente, merecem este lugar: Patrick Wallace, como esquecer da nossa triste despedida em São Paulo? Obrigada, meu amigo, por continuar aqui, mesmo com a distância e com os anos que se passaram desde então. Sua ligação tão contente sabendo que eu estava a ponto de finalizar este ciclo jamais será esquecida. Marcele, é

ingênuo pensar que poderia escrever tudo de importante que partilhamos nesta fase. Você sabe, eu sei. Obrigada por curar feridas que não foi você quem fez, obrigada por me ouvir sonhar acordada, obrigada por dividir o apartamento 402 comigo e fazer dele um lar. Obrigada por cada mínimo momento que viveu comigo, mesmo apenas juntas em silêncio. Dormir na sala com colchões no chão jamais será tão bom quanto era com você. Você, incansavelmente, foi meu porto seguro nessa loucura que foi morar em Uberlândia. Obrigada, minha amiga-irmã! Ryan, você foi um presente inesperado que recebi dessa cidade. Me acolheu, me cuidou, me protegeu, me ouviu, me deu abrigo. Um dos maiores e melhores encontros que tive foi o seu. Obrigada. Diéssika, minha amiga tão querida, você tornou a caminhada na Universidade muito mais fácil! Obrigada pelas conversas no 50, pela parceria em Diamantina, pela compreensão sobre meus medos, pelas incontáveis vezes que me ajudou e me orientou no mundo acadêmico. Obrigada por acreditar em mim! Fernanda e Ruan, aprendi muito com vocês! A Associação Atlética Acadêmica Humanas UFU foi um acalento no meu coração, a realização de um sonho, uma porta para novas experiências, responsabilidades, descobertas sobre mim mesma, além dos amigos e do afeto que recebi. Obrigada por terem guiado meus primeiros passos em Uberlândia, por me apresentarem esse amor incondicional roxo, preto e branco, mas acima de tudo, obrigada por terem acreditado em mim, me escutado, confiado nas minhas opiniões e depositarem em mim cargos tão importantes. Viver o que vivemos juntos me ensinou muito. Patrick Mundim, obrigada por acreditar em mim mesmo com tantos que, sem me conhecerem, falaram com propriedade sobre as intenções do meu coração. Obrigada por ter me enxergado e me escutado. Vinicius, Filipe e Ana Durante: obrigada pelo carinho, preocupação e apoio. A amizade e torcida de vocês fez diferença nesse processo.

Agradeço, em especial e como grande admiradora, à minha orientadora, Ana Flávia. É com muito orgulho que carrego esta monografia sob sua orientação. Flavia, te conheci ainda durante às aulas on-line, em uma disciplina de História do Brasil. Lembro de ter desligado o notebook e ido comprar, na mesma hora, um dos livros que indicou em sala: *O Navio Negreiro*, de Marcus Rediker. Fiquei tão impressionada com o mundo de informações que você sabia e contava, com todos os livros na sua estante, com o mergulho que suas aulas me causaram, que senti nunca mais ter sido a mesma. Vivo dizendo por aí que gostaria de ser uma historiadora como você, uma das mentes mais brilhantes que já conheci. Obrigada por me ensinar tanto em tantos momentos, obrigada pela disposição e por acreditar em mim. Seus ensinamentos e nossas reuniões estarão sempre guardadas em minha memória. Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer a disponibilidade e atenção da Dra. Ana Carolina Feracin da Silva e da Dra. Laila Thais Correa e Silva, que aceitaram o convite para esta banca. É um prazer enorme ter, neste momento, historiadoras que foram tão essenciais para os meus estudos e produção desta monografia.

RESUMO

Esta monografia pretende analisar, por meio da coluna "Scenas da Escravidão" no periódico *Gazeta da Tarde* (RJ), a retórica da campanha abolicionista na imprensa sobre a condição de vida das mulheres escravizadas. O estudo se concentra nas publicações feitas entre os anos de 1880 e 1888. A proposta do trabalho é compreender de que maneira a imprensa abolicionista tratou de temas relativos às mulheres escravizadas e suas condições de vida, incorporando-os aos textos que lutavam pela liberdade e combatiam a instituição escravista. Entre as questões investigadas estão castigo, maternidade e violência sexual. Por meio da imprensa, abolicionistas conquistaram cada vez mais espaço e adeptos à causa. Por esta razão, o estudo, num primeiro momento, consistirá na análise da coluna "Scenas da Escravidão", que tinha como objetivo a denúncia dos abusos dos castigos impostos aos escravizados, enfatizando casos envolvendo mulheres. A pesquisa busca entender quais temáticas ganharam destaque em espaços como a coluna "Scenas da Escravidão" e quais outras foram silenciadas.

Palavras-chave: Escravidão, Abolicionismo, Imprensa, Mulheres.

ABSTRACT

This monograph intends to analyze, through the column "Scenas da Escravidão" in the journal *Gazeta da Tarde*, the rhetoric of the abolitionist campaign in the press about the living conditions of enslaved women. The study focuses on publications made between the years 1880 and 1888. The purpose of this work is to understand how the abolitionist press dealt with issues related to enslaved women and their living conditions, incorporating them into the texts that fought for freedom and fought against the slave institution. Among the issues investigated are punishment, motherhood and sexual violence. Through the press, abolitionists gained more space and supporters of the cause. For this reason, the study, at first, will consist in the analysis of the column "Scenas da Escravidão", which aimed to denounce the abuses imposed on slaves, emphasizing cases involving women. The research seeks to understand which themes gained prominence in spaces such as the column "Scenas da Escravidão" and which others were silenced.

Keywords: Slavery, Abolitionism, Press, Women.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	40
Tabela 2:	52
Tabela 3:	54
Tabela 4:	54
Tabela 5:	56
Tabela 6:	58
Tabela 7:	81
Tabela 8:	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	29
Figura 2:	30
Figura 3:	34
Figura 4:	40
Figura 5:	53
Figura 6:	54

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1: A temperatura subindo: abolicionismo e a imprensa nas lutas pela liberdade na década de 1880.....	15
I - A <i>Gazeta da Tarde</i> e a história de José Carlos do Patrocínio	25
Capítulo 2: As “Scenas da Escravidão” na <i>Gazeta da Tarde</i>	36
I – Análise da coluna “Scenas da Escravidão” na <i>Gazeta da Tarde</i>	52
Capítulo 3: As mulheres escravizadas e o abolicionismo: espaços de retórica e atuação....	66
I - Questões de gênero na imprensa abolicionista: lacuna ou retórica	72
II – Mulheres escravizadas , violência sexual e as contribuições dessas histórias na imprensa e nos romances do século XIX	82
Considerações Finais	90
Fontes	92
Referências Bibliográficas	92

Introdução

No imaginário, muito possivelmente, mais comum sobre a escravidão, a crença que se difunde é a de relações pacíficas numa harmonia *à la* José de Alencar. Tão pouco se falou sobre a realidade da experiência da escravidão no Brasil muito devido a tentativa proposital de manter o discurso de submissão dos escravizados, da passividade dos mesmos e do ato heróico da Princesa Isabel ao libertar todos os africanos e seus descendentes, até mesmo apelando muitas vezes à errônea ideia de que viver no Brasil sob o sistema escravocrata ainda era melhor que no continente africano, mantendo, assim, o discurso eurocêntrico hegemônico que ainda nos atravessa em tantas camadas. Por ser tão corriqueiro de se ouvir falácias como essas, é que a historiografia sobre o tema se faz necessária e importante. A bibliografia tão complexa e rica que hoje temos sobre a temática e período da escravidão-abolição nos apresenta tantas novas perspectivas e agentes que pode parecer até um *outro Brasil*, uma outra história – e talvez este seja exatamente a questão.

Como será demonstrado nesta monografia, a história em torno da escravidão e, principalmente, nas últimas décadas antes da Abolição, carrega consigo sujeitos históricos que participaram arduamente neste processo, dentre eles, abolicionistas memoráveis que conseguiram ascender em um período com tantas amarras e incertezas, com tão pouca perspectiva e com muitas razões a se temer. Em uma tentativa de ecoar as vozes da campanha e do movimento abolicionista, estes sujeitos históricos recorreram, em primeiro momento, aos teatros, comícios, festas beneficentes, quermesses e conferências¹. Pelo contato com a imprensa, frente às possibilidades e portas que se abriram, abolicionistas negros viram, no que viria a se tornar o principal meio de comunicação, a chance de propagarem e difundirem a retórica abolicionista. Uma das fontes mais utilizadas para o estudo do abolicionismo no Brasil certamente foi a imprensa. Projetos políticos, sociabilidades, tensões sociais eram debatidas no oitocentos em páginas de jornais e revistas, neste sentido, a imprensa foi um importante mecanismo de divulgação e propagação de ideias durante o século XIX, desenvolvendo papel fundamental no alargamento do movimento abolicionista, deste modo, compreendemos o jornal como o documento que dá a medida mais aproximada da consciência que os homens têm de sua época e seus problemas, pois são agentes ativos na configuração da história de um país.

Figuras marcantes da época, como Joaquim Nabuco, Ferreira de Menezes, José do

¹ MACHADO, Humberto Fernandes. *Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro*. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro, 2007, p. 2.

Patrocínio, João Clapp, Luiz Gama e incontáveis outros, influenciaram diretamente nos rumos que levaram à Abolição no Brasil, atuando, principalmente, nas ruas, teatros, parlamento e nos jornais. Pelo caráter em potencial da imprensa, enquanto instrumento de denúncia, formadora de opiniões e dada a ampla rede de comunicação por todo o país, conquistaram a empatia e comoção pública frente às barbáries produzidas pela escravidão, trabalhando sob a ótica de transformação das sensibilidades, se apoiando também, como será mostrado, na exposição dos horrores vivenciados pela população negra, especialmente as mulheres.

De acordo com Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, na obra *O bravo matutino*, a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção social². Por esta razão, esta monografia consistirá, em primeiro momento, na apresentação do movimento abolicionista como o primeiro movimento social brasileiro, seus principais atores, os processos e fases, reafirmando a importância e atuação da imprensa abolicionista neste momento e, assim, iniciando a análise da fonte selecionada. A metodologia de pesquisa consistiu na análise do jornal *Gazeta da Tarde (RJ)*, que está digitalizado no *site* da Hemeroteca Digital Brasileira. Através do uso da estratégia de busca por palavras-chave no jornal, esta pesquisa teve início. Foi neste movimento que o interesse por esta temática se desenvolveu, no cerne do ofício do historiador, que busca compreender os agentes históricos, os processos e, claro, as lacunas que são criadas com o tempo, deixando ‘pontas soltas’ para serem questionadas, a depender do olhar do mesmo. Neste sentido é que, ao estudar mais sobre o período e pela leitura do jornal num todo, expandi o olhar sob as questões de gênero na escravidão. De modo que, ao investigar a imprensa abolicionista, indaguei qual seria, então, a posição da mulher negra na escravidão, quais foram as condições de vida que viveram e, especialmente, se e, em caso afirmativo, como, a retórica abolicionista utilizou das histórias desses indivíduos em prol da causa.

Pela leitura crítica do jornal, foi localizada a coluna intitulada “Scenas da Escravidão”, que fora publicada desde o ano de fundação do jornal, 1880, até 1887. Pela análise das publicações, compreendeu-se que tinham como conteúdo os casos/denúncias de castigos, torturas e demais adversidades do tipo vivenciadas pelos escravizados. Nessas denúncias, localizamos dados importantíssimos sobre as histórias e experiências de diversos sujeitos de todo o país durante a escravidão, visto que os editores da *Gazeta da Tarde* levaram à público dados

² CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino*. Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980, p. 19.

que enriquecem a bibliografia e abrem portas para novas pesquisas, como: nome de escravizados, nome dos senhores responsáveis pelos crimes, nome das autoridades envolvidas, como juízes e delegados, nome dos locais onde ocorreram, mesmo ruas e o número das residências, informações como idade e de onde veio o escravizado, além de detalhamentos sobre as condições em que se encontravam esses sujeitos devido aos ferimentos. Logo, a coluna se mostrou como uma grande oportunidade de pesquisa e análise.

Frente ao corpus documental e às ricas informações encontradas, relacionamos o recorte de gênero para pensar a coluna e, automaticamente, a imprensa abolicionista. Assim, iniciou-se a segunda parte da pesquisa: a análise da coluna pelo aspecto quantitativo. Para que fossem localizadas todas as colunas no jornal, utilizamos da ferramenta de busca avançada da Hemeroteca Digital, que possibilitou a identificação das ocorrências do termo “scenas da escravidão”, logo, constatou-se 62 repetições. Seguiu-se para a transcrição de todos os textos publicados, e ao colocá-los em tabela, organizou-se por número da ocorrência, data da publicação, página em que estava localizada, se há menção ou se é caso envolvendo mulheres e se há caso de violência física. Pelos dados provenientes da análise quantitativa, partimos para uma análise qualitativa, ou seja, leitura crítica do discurso e a retórica utilizada na coluna, desta forma, pudemos analisar, devido à vasta quantidade de denúncias e casos envolvendo mulheres. A importância que a *Gazeta da Tarde* deu à história dessas mulheres e como elas ocuparam simbólicos espaços nas páginas do jornal, foi um dos temas centrais deste trabalho. Sob leitura prévia de outros jornais do período, que também se utilizaram da rubrica para suas colunas, podemos encontrar mais casos envolvendo mulheres escravizadas, reafirmando como estas mulheres e suas histórias mereceram destaque nos diversos jornais da época.

A pesquisa e os resultados obtidos por ela mostram-se de suma importância em relação à bibliografia já feita sobre o tema devido à análise da coluna que nos permitiu compreender a condição de vida daqueles sujeitos, principalmente quando posta sob a ótica de gênero, que ainda se mostra como uma temática em crescimento. Sob um recorte de gênero para análise e compreensão da escravidão, vemos a história desdobrar-se em novas vertentes, mas, especialmente quando analisamos a coluna e a retórica abolicionista no tratamento das condições de vida de mulheres escravizadas, podemos ver como desenvolveu-se uma nova sensibilidade frente a esses corpos que eram violentados enquanto escravizadas mas também enquanto mulheres, pelas violências sexuais a que eram impostas, em diferenciação aos homens escravizados. Assim, nos colocamos a analisar se a violência sexual foi abordada nessas colunas e se não, as razões desse silenciamento, visto que essas histórias poderiam ser encontradas

muitas vezes na literatura produzida sobre e na época.

Em suma, o capítulo 1 tratará, então, da apresentação do conturbado contexto da década da Abolição, as fases do movimento abolicionista, a imprensa da época com suas contribuições no movimento abolicionista, a história da *Gazeta da Tarde*, fonte desta pesquisa e, assim, a importância e história de José do Patrocínio, diretor e proprietário do periódico.

Notando o caráter abertamente abolicionista da *Gazeta*, o segundo capítulo abordará as análises quantitativas e qualitativas da coluna “Scenas da Escravidão” que tem como objetivo a compreensão sobre a condição de vida de mulheres escravizadas e da forma que foram tratadas pela imprensa abolicionista. Frente aos resultados obtidos pelas análises anteriores, nos deparamos com o silenciamento por parte do jornal sobre a tão latente realidade e problemática vivenciada pelas mulheres: a violência sexual por parte dos senhores.

Isto localizado e posto, o terceiro capítulo desta monografia abordará as mulheres enquanto agentes ativos e participativos no movimento abolicionista, sejam como escritoras, jornalistas ou escravizadas que articulavam redes em sentido à Abolição. Compreendendo estes aspectos, apoiando-se na bibliografia tão importante sobre o tema, questiona-se os silenciamentos da coluna, suas razões e contrapõe este silêncio às produções literárias sobre os abusos sexuais, tão reais experienciados pelas escravizadas dentro e fora dos casarões.

Capítulo 1 – A temperatura subindo: abolicionismo e a imprensa nas lutas pela liberdade na década de 1880.

Nas memórias construídas acerca da Abolição, gravou-se num imaginário a ideia de que as lutas pela liberdade se realizaram primordialmente entre políticos, parlamentares e na burocracia imperial. Entre leis e debates políticos, parecia que o processo de abolição no Brasil havia ficado restrito a esses espaços. Tais ideias e imagens acabavam obliterando outras trajetórias e frentes de luta que fizeram parte desse processo longo, penoso e angustiante até o 13 de maio de 1888. Aos contemporâneos à escravidão, a indeterminação de quando, de fato, se concretizaria o projeto da liberdade, fazia com que cada arena de luta fosse fundamental. Joaquim Nabuco, por exemplo, definia este movimento social, o Abolicionismo, como resultado de um impulso nascido das camadas médias urbanas que, através da organização de profissionais liberais, compreendidos como agentes modernizadores, conduziram o escravo à liberdade, orientando-os por seus sentimentos humanitários¹. Contudo, sabemos hoje que o abolicionismo ultrapassou os limites imaginados por Nabuco. Conforme afirmou Maria Helena Machado, “o fato social da abolição foi realizado em outra parte, nas esferas menos visíveis da sociedade, nas dobras do mundo parlamentar, no contexto das militâncias populares nascentes e nas franjas da política formalista e excludente do império”². Já hoje existe um entendimento pela bibliografia do tema sobre a participação dos próprios escravizados, em fugas, revoltas, lutas na justiça, empreendidas, inclusive por abolicionistas negros, alguns deles ex-escravos, como sabemos pela trajetória do advogado negro Luís Gama³. Desta forma, para compreendermos os processos que levaram à abolição da escravidão em 1888 é necessário retomarmos às décadas que a antecederam, analisando as múltiplas participações de diferentes segmentos sociais nesse processo, atentando-nos para a atuação de abolicionistas em diversos âmbitos. O objetivo aqui é entender, em especial, o papel da imprensa oitocentista nas lutas pela liberdade.

¹ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. 2003. 224 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, p. 1.

² MACHADO, Maria Helena P. T. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebelião dos escravos e a abolição da escravidão”. *O Brasil Imperial, volume III – 1870 – 1889*. Rio de Janeiro, 2009, p. 369.

³ Sobre a luta dos escravizados na justiça: AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. 2003. 224 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Segundo Angela Alonso, o Abolicionismo foi o primeiro movimento social de amplo espectro no Brasil e ele se tornou um vértice indissociável de outros dois: o Estado e o contramovimento⁴. Alonso pontua que, para um movimento social existir, é preciso organizar associações e eventos públicos, materializando-se com mobilização coletiva, o que só ocorre em conjunturas políticas que facilitam o uso do espaço público para exprimir reivindicações⁵. Neste sentido, tal situação só vai se tornando possível no Brasil a partir do final dos anos de 1860, graças a três mudanças significativas no cenário político brasileiro: em primeiro lugar, o contexto internacional, quando, nos anos 1860, o movimento de abolições atinge os Estados Unidos da América e Cuba, outros dois grandes escravismos do continente, restando ao Brasil a posição de último país com escravismo do Ocidente. Ou seja, as experiências internacionais serviram como espelho, orientando o repertório político acerca de ações e modelos a seguir ou evitar. A segunda mudança produziu-se dada a aceleração da urbanização do país, propiciando um potencial espaço público para discussões de interesse coletivo, como, por exemplo, a modernização do Brasil, que logo defrontou-se ao paradoxo da escravidão em relação à modernidade. Por último, a própria política, quando, em 1868, o Partido Liberal contestou a supremacia do Partido Conservador no sistema político e, em consequência disto, os conservadores responderam com modernização, ampliando o acesso ao ensino superior, reduzindo os custos da imprensa e propondo a Lei do Ventre Livre⁶. Estas iniciativas estremeceram a política intraelite e possibilitaram o ingresso de novos atores no debate político. Assim, os anos de 1860 são chamados por Alonso de primeiro ciclo de mobilização abolicionista⁷.

Passando do discurso à prática, a campanha iniciada em 1868 tomou novos espaços e os abolicionistas começaram a utilizar dos teatros e das óperas como arenas de persuasão da opinião pública, teatralizando a política e deslegitimando o cativo. Assim, no período de

⁴ De acordo com Alonso, compreende-se como contramovimento, o movimento escravista, contrário aos ideais abolicionistas. O contramovimento, para a autora, agigantou-se com a derrubada de Sousa Dantas e seu projeto de um governo pró-emancipação progressiva, apoiado na imprensa e com candidaturas ao Legislativo. Personificado pelo Partido Conservador, o contramovimento passou a reprimir atividades públicas emancipacionistas, levando o movimento abolicionista à desobediência civil, acirrando o conflito – tempo das balas. Sobre esta discussão: ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 245-285.

⁵ *Idem*, p.11.

⁶ Alonso pontua que uma facção do Partido Conservador, a dos Emperrados, resistiu à aprovação da Lei em 1871, em defesa do status quo, pois, vozes como José de Alencar, defendiam a ideia de que o fim da escravidão acarretaria bancarrota econômica e anarquia política, ante as circunstâncias nacionais. As associações abolicionistas, entretanto, se manifestaram afirmando a abolição como um ato de compaixão, direito e progresso. *Idem*, p. 12.

⁷ *Idem*, p.12.

governos do Partido Liberal, entre 1878 e 1884, por tolerarem manifestações no espaço público, o abolicionismo pôde, enfim, conquistar adeptos nas grandes cidades, multiplicando as associações, diversificando o perfil social dos ativistas e nacionalizando a campanha⁸. Os abolicionistas, segundo Alonso, passaram, inclusive, a buscar aliados fora do país, articulando redes de sustentação da luta com a França, Espanha, EUA e Inglaterra⁹. Como principais agentes nestas atividades encontramos abolicionistas negros como o jornalista José do Patrocínio e o engenheiro André Rebouças, que combinaram a intenção política com inserção cultural ao unirem a penetração entre artistas de teatro do primeiro, com o envolvimento do segundo no mundo da música de concerto, complementando as cerimônias cívicas do movimento abolicionista¹⁰. Assim, Patrocínio, Rebouças e Vicente Ferreira de Sousa, médico negro¹¹, se puseram a organizar eventos para persuasão da opinião pública, arrecadando cartas de alforria durante as cerimônias nos teatros - espaço bastante comentado e presente na vida dos contemporâneos após as reformas do gabinete de Rio Branco e que adensou as atividades urbanas, energizando a sociabilidade dos cidadãos. Ademais, os teatros, suas peças e divas eram assunto cotidiano dos jornais nos anos 1870 e 1880¹². Estes espaços tornaram-se, assim, palco para agência, campanha e transformação das lutas pela liberdade, segundo Angela Alonso.

Na década seguinte, Rebouças e Sousa decidiram criar a Associação Central Protetora dos Emancipados. A ideia vingou e em 1880 ganhou o nome de Associação Central Emancipadora, passando a organizar sessões aos domingos no Teatro São Luís, que eram descritas, no dia seguinte, no jornal abolicionista *Gazeta da Tarde*, fundada em 10 de julho de 1880 por Ferreira de Menezes¹³. Logo, observou-se o crescimento de novos grupos abolicionistas, tendo suas agendas coletivas organizadas por Rebouças e como pautas: a inefetividade da Lei do Ventre Livre, os maus-tratos a escravos, os ataques à religião de Estado, a urgência da abolição e a não indenização dos senhores pela liberdade dos escravizados¹⁴.

⁸ *Idem*, p.13.

⁹ *Idem*, p.8.

¹⁰ *Idem*, p.13.

¹¹ PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. *Estudos Históricos*, v. 32, p. 267-286, 2019.

¹² ALONSO, 2005, *op. cit.*, p.13.

¹³ Sobre Ferreira de Menezes, conferir: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. 326 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, p. 13-56.

¹⁴ Com repertório político internacional, abolicionistas brasileiros se inspiravam nos exemplos dos EUA, Inglaterra, França e Rússia, assim, para evitar uma guerra civil como a estadunidense, propuseram a solução russa: a abolição em quinze anos, sem a indenização do pecúlio. Envolvida nas polêmicas da Lei dos Sexagenários, abolicionistas contrariavam o pagamento da indenização dos senhores devido à injustiça sobre o tempo trabalhado,

Maria Helena Machado, por sua vez, aponta que as brechas jurídicas abertas pela lei de 1871, que legitimava o direito do escravo possuir pecúlio próprio e reivindicar na Justiça a compra de sua alforria, sendo representado por um homem livre, justificaram a organização do primeiro movimento abolicionista nos tribunais de São Paulo e Rio de Janeiro¹⁵. A luta de abolicionistas negros como Luís Gama, rábula que atuou fortemente nos tribunais de São Paulo em ações de liberdade, se destacam no período¹⁶. Neste sentido, outros espaços vão se consolidando no cenário das lutas pela liberdade. Associações e encontros do movimento abolicionista caminhavam rumo à desobediência civil em nome da abolição e aumentavam cada vez mais a tensão nas províncias de todo o país, reafirmando o caráter emancipacionista e republicano do movimento – uma retórica do progresso que exigia reforma social e política, abolição e república¹⁷. Com teatros lotados, escravos sorteados subiam ao palco para receber sua manumissão, comprada com a arrecadação na porta do teatro. Assim, a retórica da compaixão era contraposta à da injustiça da escravidão. A fórmula se difundiu com o passar do tempo, até um marco nas conferências-concerto, quando, em junho de 1883, José do Patrocínio entregou 115 cartas de alforria e os ex-escravizados foram sendo alvejados com camélias – futuro símbolo do movimento¹⁸.

O uso das artes operou a deslegitimação do escravismo e a difusão de um discurso moral abolicionista que via na escravidão uma imagem ilegal, imoral e anacrônica. Assim, esta estratégia causou estranhamento social contra a, até então, ordem natural das relações sociais e econômicas uma vez que os esquemas interpretativos na produção artística dos abolicionistas reafirmavam os sentimentos de compaixão, direito e progresso, dramatizando a escravidão. A campanha abolicionista então se alastrou, conquistando adeptos de diversas camadas sociais, alcançando funcionários públicos, profissionais liberais, professores de escola pública, estudantes, músicos, pequenos comerciantes, iniciantes na carreira da Marinha e do Exército,

as altas taxas pecuniárias e a exigência de que ainda trabalhassem mais cinco anos para o senhor, mesmo que, na teoria, seria em troca de alimentação, vestuário e gratificação pecuniária por dia de serviço. *Idem.*, p.15.

¹⁵ MACHADO, 2009, p. 372. Sobre a atuação dos escravizados nos tribunais ver também CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, *Entre a mão e os anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999; LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). *Direitos e justiças no Brasil: Ensaio de história social*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

¹⁶ Ver AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

¹⁷ ALONSO, 2015, pp. 13-15.

¹⁸ *Idem*, p. 120.

até mesmo alguns fazendeiros e homens de negócios¹⁹.

Segundo Alonso, os abolicionistas foram construindo esse apoio popular por duas décadas, podendo ser o movimento dividido em três fases: primeiro, a etapa dos espetáculos, conferências nos teatros apoiados nas artes e dramatização; depois as lutas abolicionistas disputando votos nas eleições, ou seja, ocupando o espaço político e institucional do império. Momento visto por Alonso como essencial pois, com um governo pró-emancipação progressivo, comandado por Manoel Dantas, em 1884, foi possível a conquista de espaços públicos e atuação nas ruas. Naquele momento, enquanto a imprensa abolicionista se encarregava de apoiar o Partido Liberal, que estava no poder sob o comando de Dantas e que proporia a criação de uma nova lei emancipacionista, a Lei dos Sexagenários, as candidaturas abolicionistas ao Legislativo se destacam. Conforme a pressão aumenta, um contramovimento, que derrubou o gabinete ministerial liderado por Dantas e seu projeto, se colocam na ordem do dia. Frente à onda conservadora, após as repressões das atividades públicas, em um último momento do processo, ou a terceira fase, segundo Alonso, o movimento abolicionista teria recorrido a outras formas de lutas, ou ainda “às balas”. Afinal, todos estavam dispostos a quebrar algemas²⁰. É claro que abolicionistas não ocupavam teatros por preferirem peças à política. Por esta razão, um avanço para além dos teatros e eventos nesses espaços públicos, já era um fato estratégico e necessário, principalmente pela conjuntura após o governo do Partido Conservador, em 1886. Neste sentido, é possível compreender que o movimento seguiu retóricas e estratégias a depender do cenário que a cercava.

Mas é importante destacar que nas diversas fases da luta abolicionista a imprensa foi ganhando novos e maiores papéis. Nos anos de 1870, a imprensa brasileira também passaria por transformações e atendendo cada vez mais um público maior e mais diversificado. Se tornando mais empresarial, a imprensa brasileira ganharia jornais vendidos a preços mais baixos, modernizaria suas máquinas e alcançaria o grande público vendendo suas edições nas ruas do Rio de Janeiro²¹. Nesse sentido, fazer dos jornais uma arena das lutas abolicionistas foi fundamental para a expansão desse movimento social. Assim, na somatória de forças, entre a presença das lutas pela liberdade nas páginas de jornais abertamente abolicionistas, como a *Gazeta de Notícias*, a *Gazeta da Tarde* ou *A Redenção*, a atuação no Parlamento de

¹⁹ *Idem*, p. 126.

²⁰ *Ibid.*, p.10.

²¹ BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Literatura, 2000, pp. 125-143.

parlamentares abolicionistas como Nabuco, ou no âmbito judicial com Luís Gama, incluindo as associações como a Confederação Abolicionista com a presidência de João Clapp, a campanha abolicionista ganhou ainda mais força frente a opinião pública. A urgência da abolição, demonstrada como insatisfação e inquietude dos escravizados, ao longo das últimas décadas do século XIX foi se colocando como pauta central. Cada vez mais comuns, acontecimentos como fugas, crimes, revoltas e protestos dos escravizados, forros e populares por todas as províncias onde a escravidão era forte e significativa, estremeciam as bases de poder de controle senhorial e da polícia – esta que se manteve tímida, cautelosa e conservadora, sempre à retaguarda. Mesmo que à priori abolicionistas lutassem apenas contra a indenização dos senhores e ainda enfrentassem dificuldades em apresentar um projeto social mais amplo, que garantisse os direitos e reparasse os prejuízos das vítimas da escravidão, após a ascensão das militâncias de cunho parlamentar e jornalístico na década de 1880, a vulgarização das ideias abolicionistas alimentou, mesmo que indiretamente, a rebeldia dos escravos, pois estes, cientes de que a escravidão perdia a legitimidade, passavam a agir ousadamente e com articulação, enxergando para além da não indenização após leis de 1871 e 1885, mas demandando melhorias, como salário, autonomia de ir e vir, além da própria liberdade²².

Enquanto as esferas institucionais e formais da política, como o Estado, o Parlamento e a imprensa jornalística, buscavam agir baseados em uma política gradualista, com perspectivas pouco emancipacionistas de fato, iniciativas como a Lei do Ventre Livre, em 1871, ou Lei dos Sexagenários, em 1885, foram suficientes para balançar mais ainda o sistema de poder senhorial e, claro, interferir diretamente na relação entre senhores, Estado e escravizados²³. Concomitantemente, a ingerência do Estado estabelecia um espaço de disputa jurídica em torno do direito dos escravos e de seu valor monetário, retirando da esfera senhorial o princípio norteador da escravidão: o poder absoluto dos senhores²⁴. É neste sentido que o Estado, ao intervir nos processos de concessão de liberdades e na aquisição de mão-de-obra escrava, acabou se defrontando com o poderio privado dos senhores e abrindo lacunas para uma futura abolição, aos olhos abolicionistas.

Em *O plano e o pânico*, Maria Helena Machado aborda a questão da rebeldia escrava na década de 1880, que se alastrava e se tornava assustadora em todas as regiões do país onde

²² MACHADO, 2009, p. 376.

²³ Ver, por exemplo, CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁴ MACHADO, 2009, p. 374.

havia expressiva concentração de escravos. Tais movimentos deixavam, segundo a historiadora, a população em constante sobressalto pelo temor de uma revolta geral. Neste sentido, Machado destaca a intervenção das chefias de polícia que buscavam descaracterizar a periculosidade das ocorrências com escravos a fim de evitar o pânico e não demonstrar a deterioração dos mecanismos de controle social e a urgência da resolução da instituição servil²⁵. Assim, instrumentos do Estado, como delegados e subdelegados, criavam estratégias para abafar a grandiosidade e potencial das fugas, revoltas e crimes cometidos pelos escravizados, não apenas para defender os interesses senhoriais, mas, principalmente, para manter o monopólio de poder de repressão, evitando confronto direto entre forças pró e contra a abolição.

Certos do despreparo e indisciplina das praças, da precariedade das cadeias e mesmo da pequenez do corpo policial frente ao crescente movimento rebelde dos escravizados, fazendeiros e escravocratas contrapunham-se ao trabalho policial nas províncias, principalmente no oeste de São Paulo²⁶, de modo a ameaçar as autoridades locais. Afinal, a tensão só aumentava e os casos de crimes contra senhores formavam um gráfico com exponencial crescimento, demonstrando uma transgressão do tabu mais bem defendido em uma sociedade escravista: o monopólio do exercício do castigo corporal, sobretudo do chicote. É neste cenário que, no decorrer da década de 1880, tantos delegados e juízes municipais expressaram igualmente discordância quanto aos métodos utilizados pelos fazendeiros, escancarando mais ainda a distância de ideias e tensão que se formava entre senhores e Estado.

O ano de 1885 foi considerado um marco, sendo o ano mais crucial da década da abolição, segundo Maria Helena Machado, já que foi marcado pela disputa acerca do controle social, policial e jurídico dos indisciplinados escravos. E foi em vista deste contexto que os escravizados passaram a radicalizar ainda mais, jogando uns contra os outros. Assim, em casos de crimes, os senhores não queriam se expor à humilhação de um corpo de delito que comprovaria a inversão de papéis, enquanto os delegados deveriam seguir o procedimento correto da polícia, reafirmando, cada qual, seus interesses frente à sociedade. A respeito disto, Machado argumenta que,

“O crescente desgoverno dos escravos parece ter sugerido às autoridades policiais que, em situações críticas, mais importante do que defender o direito dos fazendeiros seria preservar a chamada tranquilidade pública. Ora, à medida que os senhores perdiam o controle sobre seus cativos, passavam a exigir das autoridades que interviessem de forma truculenta na contenção da rebeldia escrava, e assim, decididamente se colocassem ao lado da defesa da propriedade de escravos. Por seu turno, muitas

²⁵ MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994, pp. 67-71.

²⁶ *Ibid.*, p.75.

autoridades começavam a se sentir pressionadas e desrespeitadas, situação que delineava potenciais conflitos de poder no âmbito do controle social. (...) o processo de intervenção da esfera pública no mundo privado dos senhores de escravos começou a gerar, em torno da década de 1880, uma cisão na esfera do controle social, em torno da implementação das leis emancipacionistas.”²⁷.

Neste sentido, fazendeiros começaram a tumultuar as cidades e ameaçar as autoridades exigindo tanto repressão contra os rebeldes como contra advogados envolvidos nos movimentos emancipacionistas ou nas sociedades abolicionistas, além de tomarem como inimigos todos aqueles em posição de autoridade que acoitavam ou davam a se entender como emancipacionistas. A discordância com o trabalho policial foi tamanha que fazendeiros se uniam em associações, especialmente em Clubes de Lavoura, que provocavam distúrbios na cidade, andando em bandos armados e provocando a todos que não demonstrassem identificação com seus interesses²⁸. Paralelamente, surgia um novo fenômeno nas províncias do país: os linchamentos. Ricardo Pirola aponta que os anos com maiores incidências de linchamento foram os de 1884 e 1885 e que, além de ter como papel central o desmonte do escravismo no Brasil, os maiores indicativos de causa foram os ataques e assassinatos envolvendo os escravos contra famílias de feitores ou administradores de propriedades rurais e autoridades que eram acusadas de acoitar ou contribuir com o movimento abolicionista. Pirola ainda destaca que os linchamentos tinham relação direta com a lei de 1835, que proibia a pena de morte e aplicava, em seu lugar, a prisão perpétua, assim, sendo entendida pelos proprietários como ‘incentivo’ aos escravos que, além de assassinar seus senhores e/ou seus familiares, ainda se entregavam às autoridades, fugindo do cativo e do poderio dos feitores²⁹.

Este acirramento das tensões que colocava a ordem da questão servil em crise atraía a atenção pública, informada pelos jornais³⁰. A imprensa, mais uma vez, surge como elemento fundamental na conformação de uma “opinião pública” sobre a escravidão e sobre os movimentos pela liberdade. Por isso, como agente presente e importante para toda a sociedade da época, a imprensa abolicionista, por exemplo, relatava diariamente as atrocidades da escravidão, mas, sobretudo, demonstrava a fragilidade em que se colocava o sistema escravocrata frente a evolução dos conflitos, sensibilizando a população pelas denúncias das arbitrariedades policiais e abusos de castigos pelos senhores. Em páginas de jornais foram

²⁷ MACHADO, 2009, p. 388.

²⁸ MACHADO, 1994, pp. 386-387.

²⁹ PIROLA, Ricardo F. A lei de Lynch no ocaso da escravidão: linchamentos, justiça e polícia (1878-1888). In: *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 461.

³⁰ *Idem*, p. 385.

publicadas as cartas abolicionistas, as notícias de alforria, os casos de violência cometidos por e sobre os escravizados. Na imprensa eram publicadas as notícias sobre as conferências abolicionistas, os *meetings*, as discussões parlamentares envolvendo o tema da escravidão. Enfim, locus de sociabilidade do império, centro irradiador dos debates públicos sobre a escravidão, os jornais se tornam peça central da luta abolicionista.

Ou seja, podemos concluir que a imprensa foi um importante mecanismo de divulgação e propagação de ideias durante o século XIX, agindo como um agente de mudança social e desenvolvendo papel fundamental no alargamento do movimento abolicionista. Joaquim Nabuco, por exemplo, apontou a imprensa como fator importante na história da democratização do país, por considerar os jornais os documentos mais importantes para que o historiador, futuramente, pudesse estudar a escravidão³¹. Logo, reconhece o quanto da luta se fez (ou se falou sobre) nos jornais. Ainda neste sentido, pode-se afirmar que a imprensa auxilia o historiador na identificação e análise do cotidiano, familiarizando-o com as ideias que marcaram o período e os olhares dos contemporâneos. Ademais, Celso Castilho reafirma que a imprensa proporcionou uma nova forma de interação política e um processo formador de opinião, não se restringindo ao acontecimento, mas tendo o poder e a responsabilidade na construção de uma sociedade com novos ideais e valores³². Desta forma, as denúncias sobre violências, os depoimentos dos escravos, as notícias sobre fugas, os atos arbitrários das autoridades, os linchamentos realizados por senhores e mais um complexo nicho de ocorrências da época construíram um repertório de imagens, argumentos e ideias que configuraram, entre outros, aquilo que chamamos de uma “retórica abolicionista”. Tal retórica era parte importante da luta na construção de uma opinião pública sobre o tema, mecanismo incisivo para minar as estruturas da escravidão.

José do Patrocínio destacou a glória e a contribuição essencial da imprensa para a consolidação da Abolição no Brasil, afirmando que os louros deviam à “atitude da imprensa e o calor da palavra para limar e fundir os grilhões de três séculos de cativo”³³. É notória, dada a vasta quantidade de pesquisas feitas tendo como fonte a imprensa abolicionista, a importância e atuação desta no enfrentamento da escravidão. Importante lembrar que os próprios abolicionistas, feita a Abolição, se esforçaram em construir uma memória sobre todo o processo que ressaltasse o papel do movimento abolicionista (que incluía o trabalho na imprensa) nessas lutas. Por outro lado, também é

³¹ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados. José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro*. 1a. ed. Niterói: EDUFF, 2014, v.1., p.116.

³² CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations*. In: *Brazilian Political Citizenship*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016, p.43.

³³ MACHADO, *op. cit.*, 2014, p.136.

considerável a percepção dos próprios contemporâneos à Abolição dos impactos e o papel essencial da imprensa nas lutas pela liberdade.

Como anteriormente pontuado, abolicionistas se apoiaram em diversas estratégias para atrair a simpatia popular e apoio à causa. Assim, além da conquista de adeptos por meio dos teatros, comícios, festas beneficentes e quermesses, libertos, mulatos e brancos pobres se juntavam aos propagandistas contra o cativeiro nas ruas³⁴. E, devido ao crescimento urbano e ao rápido aumento nas publicações de jornais, a imprensa acabou se tornando também um grande palco para a campanha abolicionista, fortalecendo a retórica e reforçando a rede de interlocução entre diversos abolicionistas espalhados pelo Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco³⁵. Desta forma, “os assuntos políticos e o abolicionismo *ganham as ruas* junto com os periódicos e os segmentos urbanos tiveram maior facilidade de externar as suas reivindicações”³⁶.

Humberto Machado destaca que jornais eram oferecidos nas ruas aos gritos por vendedores ambulantes, jovens italianos, negros e mulatos e/ou durante os espetáculos produzidos pelos abolicionistas. E, mesmo que o público brasileiro fosse majoritariamente analfabeto, ocorria uma “leitura de ouvido”³⁷, tal como confirma Caroline Passarini³⁸, ao relatar que era comum a leitura compartilhada, feita em voz alta, para aqueles que não sabiam ler. Dessa forma, abolicionistas da Corte utilizaram a imprensa de diversas maneiras, aproveitando-se dessa leitura compartilhada. Podemos destacar, por exemplo, aquilo que os abolicionistas chamavam de “limpeza das ruas”, que consistia em selecionar certas propriedades do centro da cidade e pressionar os senhores para que libertassem seus cativos, sendo que em troca, não publicariam seus nomes nos jornais³⁹. A estratégia de dar publicidade aos nomes dos donos de escravos se repetia em outras seções dos jornais, como é o caso das diversas denúncias surgidas na coluna “Scenas da Escravidão” do periódico *Gazeta da Tarde*.

Entretanto, frente às inúmeras atuações da imprensa abolicionista apresentadas aqui, esta pesquisa seguirá questionando como a imprensa abolicionista tratou das mulheres escravizadas, ou seja, como foram publicados na imprensa textos que abordavam a vida de mulheres em condição escrava, quais eram as condições de vida dessas mulheres nos periódicos, com qual frequência apareceram e, principalmente, se a campanha abolicionista tratou de temas mais sensíveis, como a

³⁴ *Ibid.*, p. 130.

³⁵ ALONSO, 2015, p. 8.

³⁶ MACHADO, 2014, *op. cit.*, p. 130.

³⁷ *Ibid.*, p. 130.

³⁸ SOUSA, Caroline Passarini. *A representação da mulher negra no discurso abolicionista (1871-1888)*. História e Democracia: precisamos falar sobre isso. UNIFESP, Guarulhos, 2018, p. 5.

³⁹ MACHADO, 2007, p. 2.

violência sexual experienciada por estas mulheres. Em primeiro momento, lançaremos olhos à fonte desta pesquisa, o jornal *Gazeta da Tarde*, analisando o trabalho produzido pelo redator e proprietário, José do Patrocínio. A investigação da fonte consistirá na análise quantitativa e qualitativa das temáticas abordadas nesta folha, por meio da coluna “Scenas da Escravidão”, que publicava periodicamente denúncias dos castigos cotidianamente impostos aos escravizados. Neste processo, abordaremos a temática de gênero na escravidão, dialogando com a importante e referente bibliografia já feita sobre o universo que compreende às mulheres negras escravizadas, como o trabalho feminino, a maternidade, violência sexual, relações familiares, dentre outras.

A *Gazeta da Tarde* e a história de José Carlos do Patrocínio

A fonte utilizada nesta pesquisa, o jornal *Gazeta da Tarde*, importantíssimo para a campanha abolicionista, foi fundado pelo advogado e jornalista José Ferreira de Menezes na capital do Império, em 10 de julho de 1880. A folha tinha como ponto central de sua atuação o combate à escravidão. Entretanto, com a morte prematura de Ferreira de Menezes, em junho de 1881, menos de um ano depois de sua fundação, seu amigo de luta, José do Patrocínio, deu continuidade às publicações do jornal até o ano de 1887⁴⁰. Para compreender a potencialidade do periódico é preciso entender um pouco mais da trajetória desses ilustres abolicionistas Ferreira de Menezes e José do Patrocínio.

José Ferreira de Menezes desembarcou em Santos, junto de seu pai, José Joaquim Ferreira de Menezes em 26 de fevereiro de 1861, rumo à São Paulo, regado ao sonho de iniciar o curso de Direito pela Academia do Largo de São Francisco. Nascera pobre e desconhecido, mas sob a sombra da liberdade, assim, conquistara com trabalho a formação em uma das academias do Império, e pelo seu talento e civismo conquistou lugar eminente na imprensa jornalística e literária. De acordo com Ana Flávia Magalhães Pinto, pouco se sabe sobre a origem e infância de Ferreira de Menezes, mesmo trabalhos biográficos ainda não possuem exatidão quanto às datas e locais, mas ao que demonstram os jornais que noticiaram seu falecimento em 1881, Menezes teria falecido com 39 anos, portanto, nascido em 1842⁴¹. Contos, poesias, crônicas, críticas teatrais, ensaios e publicações a pedidos, os escritos de Ferreira de Menezes para a imprensa foram muito volumosos e diversificados, o que o fez alcançar rapidamente uma notória visibilidade e nos demonstra sua rede de sociabilidades, "o que, por sua vez, descortina alguns dos mecanismos por ele acessados para ter sua produção intelectual

⁴⁰ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. 326 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

⁴¹ *Ibid.*, pp. 13-16.

reconhecida"⁴². Na atuação do Direito, Ferreira de Menezes não se firmou como advogado dos escravizados, mesmo que essa tenha sido uma preocupação sua devido a maioria das causas defendidas e noticiadas na imprensa, seu trabalho jurídico foi exercido em diversas áreas, pois, como promotor público interino em São Paulo, defendeu acusados de homicídio, estupro, estelionato, dano ao patrimônio público, furto e venda ilegal de gente livre⁴³. Cabe destacar que, a partir da amizade com o abolicionista Luiz Gama nos anos 1860, Ferreira de Menezes direcionou-se cada vez mais às opiniões radicais, principalmente devido sua participação ativa em reuniões abolicionistas desde 1870. Logo, nota-se isto por sua trajetória na imprensa, com textos literários e artigos políticos mais carregados de tensão e mudanças de opinião sobre filiação partidária, questão abolicionista e outras questões do cotidiano político.

Em 1867 foi convidado por Candido José de Andrade a ser redator d'*O Ypiranga*, órgão ligado ao Partido Liberal, em 1872 integrou ao jornal *À República* até 1874, quando iniciou carreira no *Jornal do Commercio* até dezembro de 1876, ao perceber que seus interesses privados não correspondiam aos da folha⁴⁴. Em 1877, Menezes se tornou folhetinista da *Gazeta de Notícias*, entretanto, no auge do folhetim dominical "A Semana", sob sua direção, por uma série de razões, Menezes decide se desvincular do jornal devido sua discordância com a posição da *Gazeta* pela rejeição do Senado ao projeto de reforma eleitoral. Foi neste sentido que, ao final do ano de 1879,

"Ferreira de Menezes apresentou à cidade a *Gazeta da Tarde*, um jornal declaradamente abolicionista, lançado em 10 de julho de 1880, que jamais lucrou com anúncios de fuga de gente escravizada. A partir do seu próprio jornal, travou combate de ideias com muita gente em defesa da causa da liberdade."⁴⁵

Mais do que permanecer, Menezes, por meio de seu jornal abertamente abolicionista, investiu na expansão e no fortalecimento de uma rede em defesa do fim da escravidão, tendo outros homens negros entre seus interlocutores diretos e indiretos, como Luiz Gama, Vicente de Souza, José do Patrocínio e André Rebouças. Assim, fortaleceu-se ainda mais a aproximação de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, a ponto de que Patrocínio "foi um dos que seguraram as alças do caixão até a sepultura."⁴⁶ no velório de Menezes.

"(...) Já tinham se levantado, contudo, as primeiras vozes eloquentes em favor da libertação dos cativos. (...) O que ninguém podia então imaginar é que aquele rapazinho humilde, de pele escura, recém-desembarcado do navio que de Macaé o trouxera à Corte, seria, em breve,

⁴² *Idem*, p. 23.

⁴³ *Idem*, p. 48.

⁴⁴ *Idem*, pp. 48-55.

⁴⁵ *Idem*, p. 56.

⁴⁶ *Idem*, p. 180.

uma das mais poderosas forças desse movimento apenas esboçado."⁴⁷

Para Raimundo Magalhães Júnior, autor da biografia mais detalhada, José Carlos do Patrocínio foi um homem à frente de seu tempo, mesmo que já o compreendamos como um homem produto de seu próprio tempo. Negro, filho de uma mulher negra, Justina Maria do Espírito Santo, quitandeira, com o padre, vigário de Campos, João Carlos Monteiro, nasceu em Campos de Goytacazes, na província do Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1853. Por ter vivido sua infância na propriedade paterna teve acesso à uma educação relativamente similar àquela oferecida aos brancos, filhos dos grandes proprietários no Brasil. Influenciado pelas experiências vividas dentro e fora do âmbito familiar, Patrocínio desde jovem entrou em conflito com o pai, principalmente pelo tratamento dado aos escravizados e à sua própria mãe, decidindo sair de casa aos 15 anos, em 1868⁴⁸. Mesmo entre os acontecimentos negativos marcados pela cor de sua pele, conseguiu conquistar um lugar social de destaque na Corte e ascender por meio da luta abolicionista na imprensa, tendo como porta de entrada o trabalho como jornalista na *Gazeta de Notícias*⁴⁹, em 1877.

Patrocínio entrou na luta abolicionista ao partir do envolvimento na propaganda republicana, frequentando as reuniões do Clube Abolicionista e Republicano de São Cristóvão. Após o envolvimento com líderes republicanos, inclusive o que veio a ser seu sogro, o Capitão Emiliano Rosa de Sena, conquistou seu espaço na Corte, iniciando seu trabalho na imprensa

⁴⁷ MAGALHÃES, Raimundo Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1969, p. 15.

⁴⁸ SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De "papa-pecúlios" a tigre da abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. 2006. 230p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, p. 57.

⁴⁹ O periódico fundado em 1875 no Rio de Janeiro por Ferreira de Araújo, Henrique Chaves, Manoel Carneiro e Elísio Mendes, inaugura a forma de fazer jornais na cidade, de maneira mais acessível (40 réis o número avulso - sendo o mais barato da cidade até a década de 1890) e popular (no primeiro ano de publicação anunciaram uma tiragem de 12 mil exemplares, fato que dobrou no tempo de cinco anos), por meio do sistema de vendas avulsas contava com pequenos jornaleiros que gritavam por todos os cantos os nomes dos principais diários. Teve como principal característica o destaque dado à literatura e aos folhetins, particularmente, carregando importantes nomes, como: Machado de Assis, Coelho Neto, Emílio de Menezes, Pedro Rabelo, Guimarães Passos, Olavo Bilac, Arthur Azevedo, Raul Pompéia, Silva Jardim, Adolfo Caminha, dentre outros. Com exceção do *Correio da Manhã*, era o jornal que melhor pagava a seus jornalistas, à título de exemplo, na primeira década do século XIX, um repórter recebia entre 160 a 200 réis, um redator de 280\$ a 400\$, redator-chefe de 500\$ a 700\$000, entretanto, Bilac, cronista do jornal, recebia 50\$000 por crônica. O periódico ocupou espaço importante na imprensa e na campanha abolicionista, por estas razões, não é errado afirmar que fazer parte do corpo de editores do mesmo era um lugar de prestígio na época, o que se confirma por João do Rio na obra *O momento literário* ao relatar que a *Gazeta de Notícias* passou a empregar "os escritores mais estimados do tempo, que dando a sua colaboração à *Gazeta* a tornaram querida em todo o país.". Ver: BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Literatura, 2000, pp. 43-48; RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994, p. 11

como conferente de revisão do jornal liberal *A Reforma*⁵⁰. De 1877 a 1881, Patrocínio atuou na *Gazeta de Notícias* e pôde, nesta folha, dar vazão às denúncias contra a escravidão, principalmente ao se tornar redator ainda no final de 1877, ocupando lugar de destaque, com coluna semanal no rodapé do jornal. Pinto, neste sentido, pontua que

“Em janeiro de 1877, foi incorporado à redação da *Gazeta de Notícias*. Principiou como folhetinista da “*Gazeta Métrica*”, passou para as “*Ocorrências de rua*”, ambos escritos em versos, e ainda a crônica semanal “*Conversemos*”. Não demorou um mês e a “*Semana Política*” apareceria com a assinatura de Proudhome, seu mais famoso pseudônimo. Dessa folha tanto saíram em folhetim seus primeiros romances, *Motta Coqueiro ou A pena de morte* e *Os Retirantes*, em 1877 e 1878, quanto teve impulso sua campanha abolicionista na imprensa, a partir de 1879.”⁵¹

Após casar-se com Maria Henriqueta da Rosa de Senna, filha de Capitão Emiliano Rosa de Senna, em janeiro de 1881, o jornalista ampliou seu círculo de contatos, não apenas pelo casamento, que o alavancou nas relações na Corte, mas também por sua atuação profissional de destaque. Assim, Patrocínio se sentia mais confiante para ousar, explicitando ainda mais suas posições políticas⁵². Foi neste contexto que, em junho de 1881, retirou-se da *Gazeta de Notícias*, devido ao caráter mais cauteloso do jornal se contrapondo aos ideais mais radicais sobre o abolicionismo. Com os recursos adquiridos pelo casamento à sua disposição, Patrocínio conseguiu comprar a propriedade da *Gazeta da Tarde*, após o falecimento de Ferreira de Menezes. Sob sua direção, a *Gazeta* se tornou “o principal divulgador da campanha abolicionista na Corte, aumentando a sua contribuição na luta contra o cativo”⁵³. Alonso argumenta que Patrocínio arrastava escritores, artistas e profissionais de teatro, “mariposas de sua *Gazeta da Tarde*” e jornalistas da nova imprensa de porte médio, como *Gazeta de Notícias*, *O Globo*, *Revista Illustrada* e *O Paiz* para a campanha abolicionista⁵⁴, cabe ainda destacar o papel de sua esposa no movimento abolicionista, D. Bibi, como era popularmente chamada, ao liderar o Clube José do Patrocínio, em que senhoras tinham a chance de começarem a tocar piano, cantar, recitar, além de apenas decorar salão, coletar doações, vender prendas e ingressos nos eventos⁵⁵.

A *Gazeta da Tarde*, “o maior e o melhor de todos os jornais abolicionistas”⁵⁶, teve como parte das preocupações editoriais de Menezes e depois de Patrocínio ao longo de toda a década

⁵⁰ MACHADO, 2014, p. 16.

⁵¹ PINTO, 2014, p. 92.

⁵² *Ibid.*, p. 29.

⁵³ *Ibid.*, p. 30.

⁵⁴ ALONSO, 2015, p. 127.

⁵⁵ *Idem*, p. 128.

⁵⁶ *Idem*, p. 112.

de 1880, os dissabores vividos por sujeitos livres, ingênuos e libertos, mulheres, pessoas solteiras e famílias negras, ademais, houve ainda cobertura de casos com específicas agressões aos direitos de gente negra nascida livre, mas vítima das ilegalidades da escravidão. Pela leitura do jornal é possível notar que as pessoas sob condições injustas ou escrava, recorriam à Menezes e/ou Patrocínio em busca de ajuda, reafirmando que a imprensa abolicionista teria prova de sua força perante a sociedade, além de demonstrar ainda mais a posição de destaque e força da *Gazeta*.

Nesse sentido, além do caráter denunciativo, a folha também exigia que as autoridades competentes tomassem as providências necessárias, defendia reparações e muitas vezes apelava para o constrangimento público dos senhores denunciados. Dentre outras iniciativas e projetos da folha, sob a sombra do sonho de Rebouças e inspiração do Clube dos Libertos de Niterói de Clapp, a *Gazeta* chegou até a conclamar às associações abolicionistas a fundar suas escolas. Assim, com grande destaque e poder de comoção pública pelo movimento abolicionista, a *Gazeta da Tarde* foi estabelecendo seu alcance em âmbito nacional (frente às republicações das notícias em outros periódicos da época – serão apresentados alguns exemplos ao decorrer da monografia) e Patrocínio se tornou uma das principais – e inflamada, lideranças do movimento abolicionista.

O talento de Patrocínio foi amplamente notado, a ponto de diversos escritores pesquisarem e buscarem entender o que o levou à tamanho sucesso no movimento abolicionista, pois, de acordo com Raimundo Magalhães, “(...) O que ninguém podia então imaginar é que aquele rapazinho humilde, de pele escura, recém-desembarcado do navio que de Macaé o trouxera à Corte, seria, em breve, uma das mais poderosas forças desse movimento apenas esboçado”⁵⁷. O próprio Patrocínio escreveu o artigo “Uma explicação”, publicado na *Gazeta da Tarde* em 29 de maio de 1884, no qual propunha contar sua história de vida para explicar como o filho de uma pobre negra tornou-se o proprietário de um importante jornal. A coluna estava localizada na capa da edição, no canto inferior esquerdo, sendo a segunda notícia do dia, como mostram as imagens abaixo.

Figura 1 – *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.

⁵⁷ MAGALHÃES, 1969, p. 15.

Derrotado, ele só seria eleito em 1886 para o cargo de vereador na Câmara Municipal da Corte⁶⁰. Como apontado por Ana Carolina Feracin, ainda que pesassem contra ele os elementos negativos de sua origem e suspeitas sobre seu enriquecimento (ataques provindos de seus adversários políticos), foi necessário convencer o público que sua posição social foi fruto de seu próprio esforço e de forma honesta⁶¹. A autora aborda, em sua tese sobre a vida de Patrocínio, os movimentos essenciais que o faziam cambiar, a depender de amigos ou inimigos, entre o “tigre da Abolição” e o “papa-pecúlios”, para este demonstrativo, toma nota do texto de José Murilo de Carvalho, que bem representa a “duvidosa” origem de Patrocínio frente às conquistas em seu futuro, o que ela compreende como “experiência fronteiriça”⁶²:

"A começar pela fronteira étnica: pai branco, mãe negra, um mulato, como se dizia na época, cor de tijolo queimado, em sua própria definição. Depois a fronteira civil: mãe escrava, pai senhor de escravos e escrava. A fronteira do estigma social, a seguir: oficialmente registrado como exposto, só mais tarde constando o nome da mãe, nunca legalmente reconhecido pelo pai. Mais: a fronteira entre o mundo interiorano em que se criou e viveu até os 15 anos e o mundo da corte em que exerceu a atividade profissional e política. Ainda: fronteira intelectual de uma formação superior mas de baixo prestígio, a de farmacêutico, convivendo com a formação dos bacharéis em direito, medicina e engenharia. Por fim, a fronteira entre o reformismo e o radicalismo políticos."⁶³

Além deste aspecto, Patrocínio sofrera críticas devido a uma viagem feita à Europa, de modo que se colocou, em “Uma explicação”, justificar a origem do dinheiro gasto fora do Brasil. Sobre as críticas, alegavam que o jornalista teria viajado às custas da *Gazeta da Tarde* e da Confederação Abolicionista, fato que foi desmentido pelo próprio Clapp em nome da Confederação⁶⁴.

Entretanto, apesar dos desenlaces vividos por Patrocínio, como os exemplos acima, seu mérito e militância foi notório. De acordo com Humberto Machado, um dos companheiros de Patrocínio relatou o reconhecimento público sobre a participação nas lutas pela Abolição. Na obra *Palavras e*

⁶⁰ MACHADO, 2014, pp. 32-35.

⁶¹ José do Patrocínio tentou responder às suspeitas graves que questionavam a sua atuação no movimento abolicionista e a sua posição como editor e proprietário de jornal, que o colocavam na posição de "papa-pecúlios". Entretanto, frente às críticas que recebera em outros jornais do período que não eram emancipacionistas, principalmente *O Corsário*. Entretanto, o texto de Patrocínio acabou servindo depois mais para idealizar sua trajetória de vida e o consolidá-lo como legenda história para o movimento abolicionista, o "tigre da abolição". Consultar: FERACIN, 2006, p. 47.

⁶² *Ibid.*, p. 48.

⁶³ CARVALHO, José Murilo. “Com o coração nos lábios”. In: José do Patrocínio. Campanha Abolicionista (coletânea de artigos). Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, 1996, p. 9.

⁶⁴ De acordo com Feracin, a Confederação Abolicionista, idealizada por Patrocínio, Clapp e Tenente Manoel Joaquim Pereira, reuniu, à princípio, quinze sociedades libertadoras com o objetivo de propagar a ideia de abolir a escravidão no Brasil através de um "centro". A Confederação agia diretamente na aquisição de cartas de liberdade devido aos donativos particulares e/ou arrecadados em festivais e meetings. Foi em razão deste acesso ao dinheiro doado à causa que implicaram à Patrocínio o vulgo de "papa-pecúlios". Consultar: FERACIN, 2006, p. 136.

Brados, o autor destaca que

“João Marques, advogado e abolicionista, que desfrutou do convívio de Patrocínio, assistiu à solenidade que oficializou a eliminação do escravismo. Narrou a emoção do jornalista e dos demais abolicionistas: “nos abraçávamos, nos beijávamos, com os olhos luzindo de lágrimas e com a voz enrouquecida pelos gritos de entusiasmo e de alegria”. Ele informou que as festas duraram dias e que Patrocínio sempre era aclamado nos locais por onde passava. (...) Durante todo o percurso, mesmo buscando esconder-se, Patrocínio era ovacionado por populares que lhe gritavam o nome. Enfim, era a identificação da população, em especial aquela mais humilde, com o jornalista negro que teve o mérito de galgar os degraus da fama através da luta antiescravista.”⁶⁵

Em suma, é visível que os jornais de José do Patrocínio, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*⁶⁶ mereceram uma atenção especial pelo destaque de suas atuações no processo abolicionista na Corte e, definitivamente a tiveram, dada a quantidade de trabalhos feitos sobre sua obra, mas também os tendo como fonte primária⁶⁷.

A *Gazeta da Tarde*, entre os anos 1880 e 1890, se consolidou como um dos principais jornais abolicionistas do império. Preocupada em tratar dos problemas enfrentados pelos escravizados na busca por um tratamento digno ou pela alforria, a folha se tornou também um espaço importante para a defesa da cidadania de livres e libertos. Ana Flávia Magalhães Pinto destaca como o periódico veiculou muitos contrapontos ao preconceito de cor e ao ódio de raça, verificados tanto em episódios do cotidiano quanto em argumentos pseudocientíficos.⁶⁸ Neste sentido, é possível encontrar logo nas primeiras páginas da *Gazeta da Tarde* publicações que denunciavam o abuso dos castigos físicos aplicados aos as tentativas de reescravização de libertos, crime previsto no Código Criminal da época, entre outras mazelas vividas pela população negra nas últimas décadas do século XIX. Vale destacar

⁶⁵ MACHADO, 2014, p. 36.

⁶⁶ *Cidade do Rio* foi um diário vespertino de quatro páginas, lançado no Rio de Janeiro em 28 de setembro de 1887 por José do Patrocínio, que imprimiu em seu jornal todo o idealismo da luta abolicionista. A data de fundação da folha foi escolhida em homenagem à data da Lei do Ventre Livre, no entanto, como o jornal foi criado pouco menos de um ano antes da sanção da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, *Cidade do Rio* foi só até esse momento uma folha verdadeiramente abolicionista. Assim, no restante do tempo de vida do diário, o mesmo se voltou à campanha pela adoção de um programa de governo liberal à gestão política da nação, bem como à exposição de inúmeras questões sociais que afligiam a sociedade brasileira, além dos ataques, agora, aos interesses dos antigos proprietários de escravos que exigiam uma compensação financeira pelos prejuízos da Abolição. Ver: FERACIN, 2006, pp. 145-152; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 292.

⁶⁷ Sobre isto, consultar: MACHADO, H. F. *Palavras e Brados. José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro*. 1a. ed. Niterói: EDUFF, 2014. v. 1. 304p. PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História) - IFCH, Unicamp, Campinas, 2014. AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: A trajetória de Luiz Cama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999. ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. UnB, 1980. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶⁸ PINTO, 2014, p. 208.

o fato de que o jornal não aceitava anúncios de venda e aluguel de cativos ou os prêmios estipulados como recompensa na captura de escravos fugitivos. Algo diferente dos outros jornais da Corte, como *Gazeta de Notícias*, que embora tivesse conteúdo abolicionista, como jornal comercial mantinha tais anúncios⁶⁹. Tal postura da *Gazeta da Tarde* reafirmava a posição mais radical do periódico sobre a abolição.

Fundada em julho de 1880, a *Gazeta da Tarde* possuía entre 4 e 5 páginas de imensas folhas. Na primeira página encontrava-se o cabeçalho do periódico, localizado no topo do jornal, subscrito pela cidade de publicação e a data completa da edição. No meio o nome do jornal, em destaque com letras grandes, e abaixo em fonte menor, ficavam o preço do número avulso, 40 réis, considerado um preço popular, acessível ao grande público⁷⁰. Antecedendo as notícias, estava o nome do redator e proprietário do jornal, no caso José do Patrocínio, de um lado, o endereço do escritório de redação e tipografia, Rua da Uruguaiana, nº 43. Do outro lado ficava o ano correspondente à fundação do jornal. Há ainda algumas edições, como a 1º de 1885, em que consta o nome do fundador original do periódico, Ferreira de Menezes e o ano da Libertação da escravidão no Ceará, celebrando o terceiro ano desta liberdade. A respeito do preço das assinaturas, no ano de 1884, por exemplo, o seu valor anual foi 12\$000 na Corte e 15\$000 nas demais províncias. Os artigos eram dispostos em colunas estreitas que iam, horizontalmente, de baixo do cabeçalho até o final da página, podendo continuar com o texto na coluna, seguinte, ao lado. Na primeira página, estavam as principais notícias e assuntos, normalmente referentes a críticas ao escravismo, também era bastante comum encontrarmos folhetins, tanto no início quanto no fim. Sobre os assuntos, eram incluídos, na primeira página, discussões parlamentares, cenas do cotidiano, com ênfase às cenas da escravidão, nas demais, matérias semelhantes, anúncios e propagandas, notícias do exterior, transcrições de outros jornais de diferentes províncias, especialmente se jornais abolicionistas.

Na primeira edição o jornal, a *Gazeta* apresenta qual seu “programa”, considerando seus objetivos, demonstra o tom que daria ao periódico. Apesar de ter partes da folha original cortadas, é possível localizar o texto de abertura da folha, como se vê abaixo:

Figura 3 – Primeira edição da *Gazeta da Tarde* – 1880.

⁶⁹ MACHADO, 2014, p. 131.

⁷⁰ Ana Carolina Feracin destaca que o valor de 40 réis, mesmo preço da *Gazeta de Notícias*, era um valor bem mais barato se considerado a outras folhas da época, por exemplo o *Jornal do Commercio*, que custava 100 réis e só poderia ser comprado pelo sistema de assinaturas ou no balcão do escritório. Diferentemente também da *Gazeta da Tarde* e da *Gazeta de Notícias*, que utilizaram da estratégia de vendas avulsas ao empregar meninos que percorriam a cidade anunciando aos berros as principais notícias do dia. Sobre isto, consultar: SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De "papa-pecúlios" a tigre da abolição: a trajetória de Jose do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. 2006. 230p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1601882>.



Fonte: Hemeroteca Digital⁷¹

Por transcrição, apresento trechos da coluna sob rubrica do nome do periódico.

"Tem só um programa esta folha: trabalhar o máximo que couber nas forças de seus humildes escritores; servir o melhor que os mesmos puderem. Se ousassem levantar uma bandeira confessariam ser: em política - oportunistas; em religião - tolerantes; socialmente, homens do povo e advogados dos pequenos, dos perseguidos, dos que sofrem e não têm padrinhos. Para com os grandes, com os fortes, com os poderosos, serão justos. Em conclusão, meus trabalhadores, humanitários e profundamente brasileiros, americanos sobretudo."⁷²

Isto apresentado pela própria *Gazeta*, nota-se, então, para quais sujeitos o periódico se colocava à disposição, demonstrando seus editores a como tolerantes, humanitários, homens do povo, advogados dos pequenos, perseguidos e que sofrem, em contrapartida aos homens grandes, fortes e poderosos, mas cabendo, se para com eles, ainda serem justos. É possível afirmar que, já no princípio, a *Gazeta* se colocou como um jornal abolicionista, mesmo sem a completa leitura da apresentação.

Por fim, cabe ressaltar que Humberto Machado destaca que apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pela imprensa abolicionista, os jornais conseguiram abalar a estrutura de poder, disseminando ideias, com destaque na campanha abolicionista, tanto através dos leitores quanto pelas

⁷¹ *Gazeta da Tarde*, 10 de julho de 1880, p. 1.

⁷² "Gazeta da Tarde", *Gazeta da Tarde*, 10 de julho de 1880, p. 1.

manifestações públicas que atraíam o público sem acesso ao domínio da leitura⁷³. Tão simbólica e importante que, Patrocínio mesmo publicou um texto a reconhecendo, alegando que seu jornal [*Cidade do Rio*] ficaria na memória das gerações livres do Brasil, e que historiadores, no futuro, iriam utilizá-lo como testemunha no processo histórico do país⁷⁴ – é claro que a grandiosidade do trabalho de Patrocínio não deveria se restringir, neste discurso, apenas às publicações no *Cidade do Rio*, mas também, definitivamente, se estenderia à *Gazeta da Tarde*.

⁷³ MACHADO, 2014, p. 139.

⁷⁴ *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1889, p. 1.

Capítulo 2 – As “Scenas da Escravidão” na *Gazeta da Tarde*

Como apresentado no capítulo anterior, a *Gazeta da Tarde*, jornal fundado por Ferreira de Menezes em 1880, e que teve José do Patrocínio como seu dono e principal redator até 1887, foi abertamente abolicionista. Tendo como objetivo primordial o combate à escravidão e a luta pela liberdade, este periódico se notabilizou por dar espaço em suas páginas para a propagação da campanha e do movimento abolicionista no Brasil. Entre as muitas seções que o periódico mantinha para tratar de tais temas estava a coluna intitulada “Scenas da Escravidão”. O objetivo deste capítulo é analisar os casos e notícias publicados sob esta rubrica, investigando os temas tratados, tipos de crimes e a retórica, além de analisar quantitativamente os dados encontrados, como quantidade de ocorrências do termo, quantidade por tipo de crime, gêneros envolvidos, dentre outros aspectos.

A coluna desempenhou um importantíssimo papel na campanha abolicionista, pois, como apresentado no capítulo anterior, os abolicionistas viram na imprensa um palanque para divulgação de ideias, enfrentamento de batalhas políticas e arena de construção de uma opinião pública a respeito da escravidão e da abolição. Neste sentido, a respeito da atuação ativa de Patrocínio nessa luta, Ana Flávia Magalhães Pinto argumenta que:

“Somente subestimando a inteligência de Patrocínio e a importância das emoções nas lutas políticas para não suspeitar que as palavras ali empregadas não fossem parte de um jogo de retórica, cujo interesse era angariar mais simpatizantes à causa defendida e enfraquecer a legitimidade do lado oposto. Naquele momento, além das grandes audiências presentes nos meetings e do apoio oferecido por segmentos profissionais urbanos para o acoitamento e fuga de gente escravizada, as notícias dadas pelo próprio Patrocínio sobre os casos de depredação do patrimônio dos fazendeiros e formação de quilombos não deixavam dúvidas de que seria ingenuidade levar aquelas imagens de apatia muito a sério.”¹

Assim, a imprensa, como forma de mobilização social, foi um meio possibilitador de propagar ideias, atingir maior número de pessoas e, assim, transformar opiniões, trazendo mais adeptos à causa. Vale destacar que os jornais não são apenas fontes para reconstrução do passado, mas agente ativo na configuração da história de um país, um importante meio de disputa e legitimação de poderes devido à sua capacidade de influenciar e formar opiniões². Assim, sob o calor das tensões que marcaram a década da Abolição, o exercício diário (e público) de apontar cada vez mais a mazelas que atingiam os escravos, como os castigos físicos violentos, a arbitrariedade das repressões pelas autoridades e o estado de pânico em que se

¹ PINTO, 2014, p. 202.

² CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19.

encontrava a população, só reforçava mais a urgência da abolição. Neste sentido, a coluna servia para a exposição dos absurdos que eram impostos aos escravizados, mostrando ao povo os exageros das punições senhoriais, a fim de que o público leitor se compadecesse e criasse laços de empatia com os indivíduos que viviam em sofrimento. Preencher as páginas de jornais com denúncias de violências contra escravizados também colocava em evidência o paradoxo existente entre o progresso, a civilização e a sociedade que se dizia liberal com a escravidão que estruturava a sociedade.

Na *Gazeta da Tarde*, as colunas intituladas “Scenas da Escravidão” apareciam, majoritariamente com a seguinte estrutura: inicia-se relatando de onde veio a denúncia, podendo ser nome da cidade, bairro, rua ou de outro jornal, tendo a coluna com mesmo título ou não; parte-se para os nomes, geralmente do (a) escravizado (a) primeiro, seguido do (a) feitor (a) e, muitas vezes, o nome da autoridade responsável pelo caso; narra-se a história com certo detalhamento, à depender da denúncia, relatando envolvimento de terceiros caso haja, a condição física do sujeito, incluindo detalhes sobre os ferimentos e o resultado do exame de corpo delito (caso ocorresse); por fim, a coluna encerra relatando o encaminhamento do caso sob responsabilidade das autoridades do local e, nota-se também a exigência da *Gazeta* sobre punição dos senhores envolvidos no caso. Pode-se observar isto pelos exemplos abaixo.

A notícia do dia 22 de outubro de 1882 traz estes elementos: endereço do ocorrido, gênero da vítima, porém sem seu nome e também não há inclusão do nome do feitor, entretanto, destaca-se que a *Gazeta* optou por ocultar essas informações, o que poderia ser feito caso a moça continuasse sendo barbaramente castigada. Nesta publicação não foram relatadas as autoridades tampouco o encaminhamento do caso.

“Comunicam-nos que em uma casa da rua do Visconde de Itaúna, uma infeliz escrava é horriavelmente maltratada com desumanos castigos, a ponto de indignar aos vizinhos, até mesmo aqueles que não são abolicionistas. Por ora ainda temos a condescendência de ocultar o nome do desumano senhor, e de não declarar o número da casa. O que faremos, porém, se a pobre escrava continuar a ser tão barbaramente castigada.”³

Já na notícia do dia 4 de outubro de 1882, a *Gazeta* publicou:

“A *Gazeta do Povo*, de S. Paulo, publica em seu número de anteontem o seguinte: “O nosso distinto colega do *Independente*, de Mogi-Mirim, escreve o seguinte em data de 30: Ontem, às 2 horas da tarde, apresentou-se no fórum, onde se achava o meritíssimo Dr. Juiz municipal do termo e o pessoal do foro, Lourença, escrava de Amancio Bueno, e ali, em presença de todos, descobriu o braço direito, que se achava todo cheio de feridas, que disse a paciente serem provenientes de chicote, e bem assim mostrou as mãos inflamadas, dizendo ser essa inflamação proveniente de palmatoadas. A indignação foi geral, e o meritíssimo Dr. Juiz municipal, não podendo, com urgência, providenciar, remeteu a paciente para o delegado de polícia, para proceder a corpo de

³ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 22 de outubro de 1880, p. 2.

delito e auto de perguntas. Por parte da paciente se requereu depósito e nomeação do curador.”⁴

Pelas duas notícias, podemos perceber as familiaridades da estrutura textual da coluna, mesmo que a segunda, citada acima, some-se em complementos e informações, como: ter sido de outro jornal, incluindo-se o nome, menção às autoridades do juiz e fórum, nome da escravizada e seu senhor, reação do público no ocorrido e encaminhamento do caso.

Através de notícias como essas, os abolicionistas reafirmavam quais eram as cenas do cotidiano da escravidão. Neste sentido, a fim de compreendermos a escolha do termo “Scenas da escravidão” para título da coluna é necessário um exercício para localizar possíveis interpretações, que parecem serem complementares entre si. A primeira consiste na análise de “cena” pelos seus significados apontados no dicionário da época, século XIX, que aparecem como:

“parte do teatro, em que os atores representam os seus papéis; palco; decoração teatral; parte de um ato de uma peça teatral, durante a qual as vistas do palco são as mesmas pessoas e os mesmos atores que representam; lugar onde se realiza algum fato; acontecimento dramático ou suscetível de representação teatral; ato mais ou menos censurável; perspectiva; coisa ou coisas que se abrangem com a vista; panorama; arte dramática.”⁵

As diferentes definições citadas podem explicar o uso do termo pois remetem ao sentido e ao contexto da expressão. Afinal, a definição de ‘cena’ como parte de uma peça poderia também remeter à outra estratégia da campanha abolicionista: o uso dos teatros da Corte. Assim, a referência a palavra “cenas” pode ser compreendida, entre outras coisas, como parte do espetáculo de horrores da escravidão. A segunda definição, como um ato censurável é aplicável em vista do intuito da coluna, que era denunciar a fim de censura, interrupção daqueles acontecimentos; a última definição, enquanto uma ação que passa pela visão do observador, o panorama, é factual, pois os absurdos dos castigos e repressões eram o plano de fundo de todo este período, sendo cotidianamente observados, a ponto de impressionarem, ocupando lugar de importância ao estarem sendo publicados e escancarados ao público a fim de comovê-los, apesar da naturalização dessas cenas entre as pessoas.

Em uma segunda interpretação, podemos analisar a partir do uso do termo no cotidiano dos contemporâneos na década de 1880. Na *Gazeta da Tarde*, por exemplo, em nossa busca pela expressão “scenas da escravidão” na Hemeroteca da Biblioteca Nacional podemos

⁴ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 4 de outubro de 1882, p. 1.

⁵ *Nôvo Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, v. II, 892 p., 1899, p. 509.

encontrar um discurso-manifesto da Associação Emancipadora Central, em nome do Dr. Nicolao Joaquim Moreira, vice-presidente da Associação e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. O artigo é publicado na *Gazeta da Tarde* como suplemento da edição de 28 de setembro de 1880. O manifesto, que ocupou três das quatro páginas da edição, foi escrito e publicado a convite de Ferreira de Menezes, e consistia, em suma, no desejo do Dr. Nicolao Joaquim em demonstrar as barbaridades que então envolviam a escravidão. Com o intuito de conquistar aquilo que havia de mais sagrado e natural na criatura humana – a liberdade –, o manifesto se dirigia ao público do jornal com a finalidade de discutir o problema da emancipação sob o ponto de vista prático. Do longo texto, destaco alguns trechos que pontuam o objetivo do manifesto:

“Aceito vossos aplausos, concidadãos; aceito-os porém em nome da ideia, que teve força bastante para despertar corações, entorpecidos pelo gélido sopro das descrenças políticas. Aceito vossos aplausos, não em meu benefício, mas em prol desses milhares de indivíduos que jazem, há séculos, nas algemas da escravidão, desses pelicanos que rasgam os seios e dilaceram as carnes para os ofertarem os meios de cimentar a base de nossa posição social; obtermos os recursos que reclamam as necessidades da vida, e, o que é mais, o gozo dos prazeres mundanos. Aceito os vossos aplausos, em amor a essas desventuradas mães, a quem se arrancam os filhos, e que ainda assim, sopitando as lágrimas, com o sorriso nos lábios e as agruras nos corações nos oferecem, na laça do banquete materno, o primeiro elemento de nossa nutrição. (...) Concidadão: Convidado por meus amigos para tomar parte nesta agitação dos espíritos, em bem do problema emancipador, eu desejava possuir, neste momento, um coração de 25 anos, para pô-lo- em contacto com os vossos e envolvê-los nas ondas de mais santo entusiasmo em favor da causa que aqui nos reúne; não o possuindo infelizmente, não posso contudo deixar de subir a esta tribuna para declarar-vos que há muito me alistei nessa Côrte, em cuja bandeira se acha inscrita – *a liberdade em todas as suas manifestações* e, por conseguinte, á *redenção dos cativos*, a mais santa, nobre e humanitária as causas, que um coração democrático pode esposar. (...) Subindo a esta tribuna, senhores, o meu fim é discutir o problema da emancipação sob o ponto de vista prático. Eu não venho ferir os vossos corações, nem despertar o vosso sentimentalismo; faltam-me habilitações, e além disso, os nossos adversários não admitem a luta nesse terreno. Mas, senhores, não aceitar a luta no terreno do sentimentalismo, faz supor que não se possui dentro do peito o órgão em que se refletem as mais dores emoções da alma. – Ter coração e não aterrar se vendo ao lado do pelourinho, em que se devia ser vergalhado o homem livre, erguer-se o calabouço destinado a lacerar as carnes de infeliz escravo!”⁶.

Após o autor do manifesto demonstrar como se seguiu o processo pós abolição em outros países, relatando que os libertos não provocaram desordem ou vinganças, Nicolao Joaquim, ao repetir concepções dos escravagistas sobre a “raça cruel, viciosa e ignorante” dos escravizados, argumenta que ideias como essas e demais atitudes escravistas que tanto se repetem no Brasil, são as “scenas da escravidão”. Por isto, ele pedia auxílio e proteção às “sensíveis senhoras brasileiras” para a Sociedade Emancipadora, às mães e filhas brasileiras e

⁶ “Concidadãos”, *Gazeta da Tarde*, 28 de setembro de 1880, p. 1.

aos senhores que pudessem se compadecer com a causa. É desta forma que o texto reafirma a popularidade do uso do termo em variados discursos que buscavam argumentar a necessidade da abolição, principalmente dado os horrores da escravidão, como seu produto final.

Verificando para além da *Gazeta da Tarde*, em um rápido levantamento pela Hemeroteca Digital nos jornais do mesmo período, entre os anos de 1880 e 1889, a pesquisa específica pelo termo “scenas da escravidão” produziu resultados interessantes. Foram localizadas 318 ocorrências que remetiam ao uso dessa expressão. Destas, as que tiveram mais de uma ocorrência foram distribuídas conforme a tabela a seguir:

Tabela 1: Distribuição e localização do termo “scenas da escravidão” nos periódicos da Hemeroteca Digital de 1880 a 1889.

Periódico localizado	Localidade	Quantidade de repetições
<i>Gazeta da Tarde</i>	RJ	62
<i>O Paiz</i>	RJ	32
<i>Gazeta de Notícias</i>	RJ	28
<i>Jornal do Recife</i>	PE	23
<i>Revista Illustrada</i>	RJ	13
<i>Jornais de Ouro Preto</i>	MG	7
<i>Jornal do Commercio</i>	RJ	7
<i>Diario de Noticias</i>	RJ	7
<i>O Cearense</i>	CE	7
<i>O Mercantil</i>	RJ	6
<i>Gazetinha</i>	RJ	6
<i>A Provincia do Espirito-Santo</i>	ES	5
<i>A Semana</i>	RJ	5
<i>Diario do Maranhão</i>	MA	5
<i>Diário de Pernambuco</i>	PE	4
<i>Cidade do Rio</i>	RJ	4
<i>Diário do Brazil</i>	RJ	4
<i>Pharol</i>	MG	4
<i>Diário de Noticias</i>	PA	4
<i>A Federação</i>	RS	4
<i>Diario de Noticias</i>	PA	4
<i>A Familia Maçonica</i>	RJ	3
<i>Carbonario</i>	RJ	3
<i>O Globo</i>	RJ	3
<i>Vinte e Cinco de Março</i>	RJ	3
<i>Gutenberg</i>	AL	3
<i>Correio Official de Goyaz</i>	GO	2
<i>Jornal do Comercio</i>	SC	3
<i>Jornal do Commercio</i>	SC	3
<i>O Fluminense</i>	RJ	2
<i>Correio Official de Goyaz</i>	GO	2
<i>O Espirito-Santense</i>	ES	2
<i>Dezenove de Dezembro</i>	PR	2
<i>O Despertador</i>	SC	2

<i>O Mequetrefe</i>	RJ	2
<i>Aurora Escosseza</i>	RJ	2
<i>O Economista</i>	Lisboa, Portugal	2

Fonte: elaborada pela autora com base no levantamento na Hemeroteca Digital.

Os dados obtidos que não foram retratados na tabela acima, ou seja, jornais que tiveram apenas uma ocorrência do termo, formam um total de 40 periódicos, de diferentes províncias do Brasil, sendo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Santa Catarina, Paraná, Sergipe e Paraíba. Vale destacar que só os jornais do estado do Rio de Janeiro, onde se localizava a Corte no período, são 16 desses 40, além dos 18 da tabela acima, demonstrando a tensão do tema na região, onde se concentrava o maior número de jornais – e na imprensa.

É interessante destacar que a *Gazeta da Tarde*, jornal abertamente abolicionista e engajado nesta luta, foi o que mais utilizou do termo, sendo seguida, principalmente, por *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Recife*. Analisando rapidamente o perfil desses três jornais que a seguiram, podemos constatar que *O Paiz* foi lançado em 1º de outubro de 1884, no Rio de Janeiro, por João José dos Reis Júnior. De caráter mais conservador, teve grande circulação e foi considerado um dos maiores formadores de opinião na política e na sociedade brasileira entre o fim do século XIX e o começo do século XX. A trajetória d'*O Paiz* começou nos últimos anos da Monarquia no Brasil, com o seu primeiro redator-chefe Rui Barbosa. Neste período, o jornal se destacava por sua participação nas campanhas abolicionista e republicana, entretanto, ao ser substituído por Quintino Bocaiúva, um dos fundadores do Partido Republicano e uma das figuras mais importantes na história d'*O Paiz*, consolidou o tom editorial que caracterizaria o jornal em suas campanhas e posicionamentos mais marcantes: o republicanismo⁷.

A *Gazeta de Notícias*, já apresentada anteriormente, apesar de se afirmar como não sendo folha de partido, tinha posicionamento e objetivos políticos desde o momento de sua fundação, se propondo a lutar pela abolição da escravatura e pela Proclamação da República, apesar de, bem como outros representantes da imprensa da época, entre as publicações do jornal aparecer, em suas edições, anúncios de escravos fugidos. A *Gazeta de Notícias* propunha uma agenda abolicionista, liberal e antimonarquista, e teve como um de seus principais contribuidores, José do Patrocínio⁸. Por fim, o *Jornal do Recife* foi lançada no Recife (PE) em 1º de janeiro de 1859, por seu fundador, primeiro proprietário e diretor-redator José de

⁷ BARBOSA, 2000, pp. 48-57.

⁸ *Idem*, p. 43-48.

Vasconcellos, que o lançou em substituição ao fechado *Jornal do Domingo*. De abril a junho de 1883, o *Jornal do Recife* foi um periódico engajado na abolição da escravidão no Brasil, entretanto já no ano seguinte, a coluna do Partido Liberal voltou a sair no jornal, defendendo o governo provincial de José Manuel de Freitas. A partir de junho de 1887, em constantes editoriais, o *Jornal do Recife* abordou questões como a crise açucareira, a abolição da escravatura com ênfase e a defesa de Joaquim Nabuco diante do Ministério João Alfredo, opondo-se ainda a jornais como o *Diário de Pernambuco* e *A Província*⁹.

A partir deste levantamento, pode-se perceber como o termo estava em uso num contexto geral no país, principalmente nos periódicos mais próximos à Corte. Em uma análise mais aprofundada sobre as ocorrências, temos, na primeira aparição do termo no periódico *O Paiz (RJ)* uma notícia que relata a forte e inesgotável presença das cenas de castigos que ocorriam ainda no país, se contrapondo diretamente ao discurso nacional de progresso. No decorrer da notícia, destaca-se a denúncia sobre o caso de um escravizado que foi visto andando às ruas preso a um tronco:

“O progresso da civilização no Brasil fazia presumir que certas cenas da escravidão, que há anos ainda nos envergonhavam todos os dias, não mais se ostentassem nesta cidade. Infelizmente a condenada instituição não permite que essas cenas desapareçam de todo, como todos desejam, por honra dos brasileiros e dê seus títulos à comunhão dos povos civilizados. Temos notícia de uma delas. Pelas 8 horas da manhã de ontem os transeuntes da rua do Dr. João Ricardo foram escandalizados com a vista de um preto que caminhava cansado, arquejante, preso a um tronco”¹⁰.

A denúncia acima, apesar do termo não aparecer como título da coluna, como fora feito na *Gazeta da Tarde*, seguiu o mesmo padrão textual, linguagem e, definitivamente, mesmo objetivo, além de ter ocupado a primeira página da edição, denotando a importância da notícia e a insistência de cenas como essas no cotidiano da escravidão. Entretanto, a partir da segunda ocorrência no *O Paiz*, o termo aparece sendo usado como título da coluna, da mesma forma e padrão que a *Gazeta da Tarde*, porém apresentando mais padronização sobre o tamanho das notícias e sempre no mesmo local – lado direito superior da primeira página. Sobre a existência de uma coluna com mesmo intuito e nome, pode-se supor que *O Paiz* tenha se inspirado na *Gazeta da Tarde* e utilizado da mesma estratégia para a campanha abolicionista. Afinal, no primeiro só há aparição da coluna em 5 de fevereiro de 1886 enquanto no jornal de Menezes e Patrocínio foi localizada já no seu ano de fundação, em 1880. Reafirmando isto, há não só

⁹ NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa da Pernambuco (1821-1954)*. Imprensa Universitária: Universidade Federal de Pernambuco, vol. II, 1966, pp. 94-154.

¹⁰ “Scenas da Escravidão”, *O Paiz*, 11 de outubro de 1884, p. 1.

menção da *Gazeta da Tarde* em uma das publicações da coluna sob mesma rubrica em *O Paiz*, mas também a continuidade da mesma notícia, tal como segue:

“Os moradores da rua do General Pedra foram acordados ontem, às ½ horas da madrugada, pelos gritos de dois pobres escravos, que eram levados amarrados por *accretas* [sic] da Polícia para a estação da Estrada de Ferro D. Pedro II. Decididamente não se ocupa em outra coisa o Sr. Desembargador Coelho Bastos; mas, sendo assim, custa bem caro ao Estado tão humilde ocupação. Refere-se àqueles dois escravos a seguinte notícia, que publicou ontem a *Gazeta da Tarde*, sob a rubrica – Baraço e magrinhos. “Às 4 ½ horas da madrugada de hoje, mais dois torturados do Sr. Coelho Bastos tiveram indicação de serem enviados para as fazendas dos patrões deste senhor (...)”¹¹

Outro periódico com grande número de repetições do termo foi a *Gazeta de Notícias*, contendo 28 ocorrências. A primeira, datada do dia 3 de julho de 1880, não está em uso como título da coluna, mas aparece associando à coluna já existente e com mesmo nome no jornal *Parahybuna*, de Juiz de Fora. Nesta notícia, a estrutura também segue os padrões das colunas sob mesma rubrica na *Gazeta da Tarde* e n’*O Paiz*. A terceira ocorrência, mesmo com uso do termo enquanto título da coluna, remete-se a uma notícia saída na *Gazeta do Povo* (SP). Desta forma, nota-se que a coluna “*Scenas da Escravidão*” não era uma exclusividade da *Gazeta da Tarde*, de modo que possa ser encontrada de maneira semelhante e com mesmo objetivo em diversos periódicos da década da abolição. A partir disto, também é possível notar como a imprensa abolicionista e os abolicionistas faziam intensas e diretas trocas de informações e estratégias, formando uma complexa rede de comunicação por todo o Brasil, uma vez que, além destes periódicos acima mencionados, a própria *Gazeta da Tarde* também publicava, reproduzindo denúncias e notícias provenientes de jornais de outras províncias¹².

Isto posto, a existência da coluna sob mesmo título em diversos jornais da época permite compreender as similaridades da estrutura, linguagem e intuito. A denúncia das “*Scenas da Escravidão*” saída na *Gazeta de Notícias* relata, no dia 22 de dezembro de 1881, a seguinte informação:

“Lemos no *Onze de Junho*, de Pelotas: Anteontem, ao meio-dia, mais ou menos, recebeu o carcereiro da cadeia civil desta cidade ordem do Sr. Major delegado de polícia para entregar ao capataz da charqueada do Sr. Tenente coronel Francisco Antunes Gomes da Costa o preto Benedicto, escravo do mesmo senhor, que acaba de sofrer a pena de 300 açoites, que lhe foi imposta pelo júri deste termo. Ao aproximar-se, porém, a guarda à prisão em que se achava o referido preto, opôs este formal resistência, declarando que não sairia da cadeia, desde que tivesse de voltar para aquela charqueada, onde não desejava trabalhar, a fim de evitar o atentado que havia premeditado contra a existência do administrador daquele estabelecimento, Sr. capitão

¹¹ “*Scenas da Escravidão*”, *O Paiz*, 10 de fevereiro de 1886, p. 1.

¹² Sobre edições em que a GT republicou notícias saídas de outros jornais, conferir: “*Scenas da Escravidão*”, *Gazeta da Tarde*, 3 de abril de 1881, p. 2.; “*Scenas da Escravidão*”, *Gazeta da Tarde*, 20 de abril de 1881, p. 1.; “*Scenas da Escravidão*”, *Gazeta da Tarde*, 27 de maio de 1882, p. 2.

Pedro Osorio. Insistindo, porém, a guarda em tirá-lo da prisão, Benedicto, depois de ameaçá-la, no auge do maior desespero, deu em si diversos golpes com um ferro de ponta aguda de que se achava munido. Em vista de semelhante resistência, o carcereiro, Sr. João Ignacio, resolveu mandar retirar a guarda, para evitar maior desgraça, levando o ocorrido ao conhecimento do Sr. major delegado de polícia.”¹³

Pelos noticiários destacados, podemos comparar não apenas que há presença da expressão em demais jornais da época, mas, principalmente, que as situações e conteúdo que apareciam nelas têm grande semelhança, ou seja, grava-se sob esta rubrica que o que abolicionistas compreendiam e viam como cenas da escravidão eram os casos das mais variadas formas de tortura e castigos impostos aos escravizados – estes, ou terceiros, que sob o medo e sentimento de injustiça, recorriam aos redatores para que pudessem contribuir de alguma forma, seja expondo os atos bárbaros, por comoção pública ou por cobrança de responsabilização e punição das autoridades locais.

Em levantamento pelo termo “Scenas da Escravidão”, verificamos que o *Jornal do Recife* aparece em 4º lugar, entre os periódicos com maior quantidade de ocorrências da expressão. Neste jornal não foi localizada propriamente a coluna, como se seguiu nos demais, entretanto, o termo indicou a reprodução de notícias de outros periódicos que publicavam a coluna, tal como segue o exemplo:

Scenas da escravidão – Lê-se no *Diario de Sorocaba*: ‘À cadeia desta cidade foi recolhido, por fugido, um escravo de nome Domingos, que trazia ao pescoço um colar de ferro, que pesava MIL E QUATROCENTAS GRAMMAS!!! O Sr. Delegado mandou incontinentemente livrá-lo dessa cadeia, mas nem por isso a população em grande parte, deixou de ser espectadora de uma cena edificante, que bem patenteia a humanidade o que é uma instituição como a escravidão’. Eis aí um exemplo da felicidade humana. Vejam aí os senhores que auto empenho fazem na continuação da semelhante instituição, se é possível, a face deste século, quebrar as armas para não combater esse grande mal, esse hediondo escárnio que querem perpetuamente nodando a civilização destes tempos. Vejam... e digam-nos depois se a dignidade humana não se revolta contra tal barbaridade.”¹⁴

O *Jornal do Recife*, mesmo sem publicar notícias/denúncias sob a rubrica “Scenas da Escravidão”, ainda assim, fazia publicações seguindo o mesmo perfil da coluna, porém, inseridas em seção intitulada “Gazetilha”, onde relatavam ocorrências da região. Encontramos exemplo disso na publicação do dia 24 de agosto de 1881, também na primeira página do periódico:

“Scenas da escravidão – Trouxeram ao nosso conhecimento o facto que publicamos abaixo para que seja examinado sem detença pelo Sr. Subdelegado do Recife, a fim de se verificar se é verdadeiro ou falso. Eis o que dizem: ‘No beco da Molefa, Fora de Portas, freguesia do Recife, está presa num quarto, vai para quatro dias, uma mulher

¹³ *Gazeta de Notícias*, 22 de dezembro de 1881, p. 1.

¹⁴ *Jornal do Recife*, 12 de janeiro de 1881, p. 1.

de cor acaboclada, chamada Feliciano, que dizem as Sras. Guiomar e Anoca, em cuja casa se dá o fato, ser ela sua escrava; apesar de não terem matrícula e nem título algum que isto prove, acrescentando que a pobre mulher está com diversas feridas no corpo por ato de sevícias e não come desde o dia em que a prenderam’.”¹⁵.

É interessante destacar que a coluna, ou as notícias de mesmo perfil, tendiam a cobrar das autoridades alguma resolução sobre o caso, além da exposição dos nomes dos senhores proprietários destes indivíduos e respectivos responsáveis pelos crimes. A publicação acima foi também reproduzida na *Gazeta da Tarde*, na coluna “Scenas da Escravidão”, do dia 31 de agosto de 1881, na 1ª página do periódico. Tais procedimentos reafirmavam as conexões e os diálogos existentes entre abolicionistas e a imprensa das demais províncias do império, além, é claro, do uso da coluna e desse tipo de notícia como estratégia na campanha pela liberdade dos cativos.

Ainda se tratando de periódicos, a *Revista Illustrada* de Angelo Agostini, no número 427, publicada em 18 de fevereiro de 1886, também traria para suas páginas um texto, além de uma ilustração, tratando dos absurdos da escravidão. Em uma coluna intitulada “Notas e impressões”, faz-se destaque a alguns trechos:

“Os principais assuntos da semana foram dois dramas terríveis da escravidão. É, essa, uma das páginas mais tristes e mais vergonhosas, que a história do segundo império terá de escrever! Graças a um governo de homens de cor, desenfreada perseguição se tem desenvolvido contra os maiores infelizes e as mais indefesas criaturas, que a sociedade conhece. A polícia, deixando em paz os malfetores de toda a espécie, ocupa-se, quase que exclusivamente em perseguições degradantes, com a mira nas remunerações, que os escravocratas lhe prometem. Homens armados empregam-se em caçar seus semelhantes, vencendo um aluguel de tanto por dia! Assim, um homem de cor, que a polícia presumia ser escravo, foi preso em Sepetiba, amarrado como um animal feroz, brutalmente espancado, levado a pontapés, para a prisão, de lá retirado às 4 horas da manhã, conduzido para a estrada de Pedro II, - esse último veículo do tráfico, - levado para S. Paulo, amarrado e sem movimento, durante muitas e muitas horas. (...) O outro caso passou-se com duas crianças escravas, uma de 15 e outra de 17 anos, habitando com sua proprietária, a exma. Sra. D. Francisca da Silva Castro, no aristocrático bairro de Botafogo. Só que as viu, como espíritos evadidos de um inferno mais pavoroso que o de Dante, pode imaginar o que são os crimes que bradamos aos céus! (...)”¹⁶

Devido ao tamanho do texto, não colocamos a reprodução por completo da notícia. Entretanto, sobre qual fim tomou cada um dos sujeitos, tanto o rapaz quanto as duas crianças, concluiu-se que: o rapaz, de nome Honório, foi solto após a tortuosa viagem até São Paulo, porém foi entregue a outros fazendeiros por ele interessados; sobre as crianças, a mais nova foi direcionada à delegacia, porém a mais velha acabou falecendo devido aos castigos sofridos por

¹⁵ “Gazetilha”, *Jornal do Recife*, 24 de agosto de 1881, p. 1.

¹⁶ “Notas e impressões”, *Revista Illustrada*, 18 de fevereiro de 1886, Rio de Janeiro, ano 11, n. 427, p. 3.

sua senhora.

Assim, é pela semelhança à coluna da *Gazeta da Tarde* que notícia acima se aproxima, pois, além do tipo de assunto abordado e o objetivo, ou seja, história que trata dos maus tratos, castigos, torturas e tratamento terrível impostos aos indivíduos escravizados e/ou livres com o intuito de expor os horrores visando a comoção do público leitor à causa dos escravizados, a notícia em muito se assemelha pela linguagem utilizada, os termos que remetem ao campo das emoções. A escolha de expressões como "dramas terríveis da escravidão", "é, essa uma das páginas mais tristes e mais vergonhosas", "contra os maiores infelizes e as mais indefesas criaturas, que a sociedade conhece", o periódico apela para um discurso mais sentimentalizado, direcionando o leitor à sensibilidade com a causa, além da denúncia, a partir das noções de moralidade e progresso da nação, dos hediondos crimes que a escravidão produz.

Sendo estas tristes histórias apresentadas, a *Revista Illustrada* decide ainda intercalar o texto das duas páginas com uma ilustração que remetia ao que os abolicionistas compreendiam como as verdadeiras cenas da escravidão. Assim, é possível logo argumentar que a noção sobre o motivo de escolha do título da coluna como 'cenas da escravidão' muito tem a ver e dialoga diretamente com referências do uso da expressão em casos como este da ilustração.

O italiano Angelo Agostini foi um dos principais caricaturistas do Brasil oitocentista. De acordo com Marcelo Balaban, na obra *O poeta do lápis*, sua fama se deveu, em grande medida, às ilustrações que protagonizaram personagens negros, geralmente escravizados, desta maneira, o artista italiano teria demonstrado seu caráter - e de sua arte -, abolicionista. Em volta das inúmeras discussões políticas na Corte,

“(...) esses debates organizavam a pauta da *Revista* ao mesmo tempo em que era a expressão da maneira como Angelo Agostini entendia e interagia com o contexto que lhe servia de motivo para os desenhos. Através deles, nosso personagem criava uma expectativa em torno da iminência do fim da escravidão e trabalhava com uma pauta de problemas que seriam enfrentados após a consolidação da “libertação da pátria”. Percorrendo apenas as páginas da *Revista Illustrada*, um leitor do século XXI fica plenamente convencido de que o fim da escravidão era questão de dias. Essa crença era construída nas imagens de Agostini e nos discursos de alguns abolicionistas. (...) A liberdade dos escravos, e a liberdade da nação eram princípios fervorosamente defendidos, mas com dificuldades práticas evidentes. São estas as questões que davam sentido à atuação de Agostini em 1880.”¹⁷

Figura 4 – “Scenas da escravidão patrocinadas pelo partido da Ordem, sob o glorioso e sábio reinado do Senhor D. Pedro II o Grande...”

¹⁷ BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: a trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro (1864-1888)*. 2005. 344 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

A crônica conclui trazendo a notória e seguinte mensagem:

"São inúmeros os casos de suicídio; uns envenenam-se, outros afundam-se ao mar, outros afogam-se em rios. Todos esses desgraçados preferem o mais horrível suicídio à morte lenta e dolorosa por meio do chicote molhado em vinagre e areia, despedaçando-lhes as carnes. Constam-se horrores sobre as atrocidades dos bárbaros senhores. Escravos tem sido metidos vivos em fornos incandescentes. Outros, precipitados em caldeiras de água fervendo, nos engenhos de açúcar. Outros enterrados vivos. (...) Apesar de todos esses horrores, não se vê um só senhor nas prisões do Estado. Em compensação, elas estão cheias de infelizes que tiveram a ousadia de se revoltarem contra seus algozes. Santa Justiça!"¹⁹

Pela interpretação e análise de Balaban, o autor traz argumentos que reafirmam a análise feita nesta monografia, e enriquece com outros detalhes:

"Cada quadro serve para compor um verdadeiro desfile de horrores. Mistura cenas de crueldade explícita com outras de desespero extremo, que teriam levado alguns escravos ao suicídio. O título da crônica chama a atenção: "Cenas da escravidão patrocinadas pelo partido da Ordem, sob o glorioso e sábio reinado do Senhor Pedro II o grande..." O interlocutor aqui é o imperador, cujo reinado é ironizado, e o partido da Ordem, ou seja, o partido Conservador, então presidido por João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe. O que é mostrado são consequências da escravidão, sendo os escravos as maiores vítimas. (...) As situações descritas são, todas elas, supostamente denúncias de atrocidades reais cometidas contra escravos por senhores bárbaros com a anuência, em muitos casos, do governo. (...) Junto a cenas orientadas para exprimir horror, destinadas a comover os leitores, o texto complementa o sentido com palavras muito bem escolhidas, marcadas por um eloquente tom de denúncia humanitária. A estampa indica haver apenas dois caminhos possíveis aos escravos: a morte voluntária, e não menos dolorosa, ou a morte lenta e cruel promovida pelos senhores. De certo modo, cada quadro carrega uma mensagem: não haveria caminho humano dentro da escravidão. Novamente, os detalhes da construção de cada parte dessa peculiar história contada em quadros merecem destaque. Todos os escravos mostrados são muito parecidos. Não há matizes de cores, tampouco traços fisionômicos distintivos: são quase todos homens. Nada diferencia os personagens. Cada um é, de forma indistinta, vítima da violência senhorial e do Estado."²⁰

Os jornais e a revista trazem à tona as absurdas cenas que observam, horrorizados, cotidianamente, demonstrando além dos abusos, a não punição destes crimes pelas autoridades, o que se reafirma ao final do texto acima, pois o vazio das prisões com senhores se contrapõe diretamente à grande quantidade de escravizados nesses espaços. Todo esse material aqui destacado ressalta sobre qual contexto, ou seja, quais cenas, desenham o dia a dia da escravidão.

Sob uma terceira e última análise interpretativa da escolha do termo "Cenas da escravidão", temos ainda registros na literatura. Em uma busca geral pela plataforma de pesquisa do Google foi localizada a obra "*Scenas da escravidão: poemeto*", de 1882, sob autoria de Rodolpho Paixão, militar e político brasileiro. Já na introdução do livro o autor demonstra que a primeira poesia, de cunho abolicionista, fora escrita aos vinte anos, quando ainda

¹⁹ *Idem.*, p. 4.

²⁰ BALABAN, Marcelo. "Transição de cor": Raça e abolição nas estampas de negros de Angelo Agostini na Revista *Illustrada*. Rio de Janeiro: *Topoi Revista de História*, v. 16, n. 31, p. 418-441, jul./dez. 2015, p. 436

frequentava os bancos da academia militar e que foi, para ele, como um grito de uma alma jovem contra o cativo.

“Aí vereis três poesias: - a primeira é a filha querida de minha alma; escrevi-a aos vinte anos, quando alisava os bancos da academia militar, onde formei-me. (...) Sabeis o que são essas estrofes? Eu vos digo: - São o grito de uma alma de moço, que estremece a sua pátria e não detesta a humanidade, contra a instituição indigna, hedionda e infame, cujo pavilhão denegrido por aí flutua e baloiça, aos ventos livres d’esta terra da América! São um protesto contra a mais monstruosa das iniquidades; contra a mutilação atroz do mais sagrado dos direitos do homem – a liberdade.”²¹

O trecho acima relaciona a “instituição indigna, hedionda e infame” com a “mutilação atroz do mais sagrado do direito do homem - a liberdade”, é assim que as cenas da escravidão, para o autor, foram se formando por toda a América. São as mazelas da escravidão e a mutilação de direitos de indivíduos escravizados que desenham as terríveis cenas que a todos os olhos alcançam. O título da obra em geral traz a expressão que interessa a esta monografia, e retrata nos versos dos poemas as cotidianas cenas da escravidão, em paralelo ao movimento feito pelos jornais e pela revista, podendo ser observada a condição de um escravizado, narrador do poema:

"Eu sou mísero prescito
Que a fronte traz inscrito
O sinal da maldição
Tenho um peito nobre, altivo
Mas, que importa? sou cativo
Vergonha eterna, irrisão!
Descreio de Deus, de tudo,
não tenho pátria nem lar
Que Deus se tornara alheio
A meu constante chorar!
Ao nascer fui condenado
À ver o solo manchado,
de meu sangue e meu suor
Das turbas escarnecido,
sim, que o sangue denegrido
Não as faz tremer, de horror!"²²

Na mesma busca, também foi localizada a obra “*Fantina: cenas da escravidão*” datada em 1881, de Francisco C. Duarte Badaró. O instigante livro relata a história de Frederico, um malandro, que conquista dona Luzia por mero interesse, entretanto, após o casamento, o que se estabelece é uma das situações mais típicas das fazendas escravistas do século XIX no Brasil: o senhor da casa exercendo seu direito de posse sob os corpos das escravizadas, é assim que então se desenrola o drama e as violências, incluindo a sexual, vividos por Fantina, jovem escrava de dona Luzia. Após a descoberta de D. Luzia sobre o desdobrar da relação de Fantina

²¹ PAIXÃO, Rodolpho. *Scenas da escravidão: poemeto*. Victor Hugo e Castellar. Sênio. Rio de Janeiro: Livraria de José Serafim Alves, 1882, 47 p. Disponível em: ><http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242789><.

²² *Idem.*, p. 12.

e Frederico, no caso, o estupro, a senhora decide castigar à escravizada, compreendendo-a como responsável e culpada por seduzir seu marido. O termo “cenas da escravidão” surge neste contexto, retratando como o castigo absurdo que lhe foi dado.

“Chamou Rita e mais outras e mandou-as conduzir Fantina ao tear. Despida e amarrada às argolas de um caixão, Fantina mostrava serenamente as carnes que ainda conservavam os fogos da puberdade. Das pernas cobertas de um feltrozito aveludado e das cheias nádegas, voavam fragmentos de carne como pedacinhos de algodão que caem das bordas da corda. Gemia só, porque tinha a boca tapada com um lenço. E quando pelos movimentos convulsivos do corpo, que parecia fugir à proporção que a garra do couro descia, o lenço deixava aberto um canto da boca, saía este grito entrecortado: – Nhenhá, eu sou inocente! A senhora encostada à parede, dizia que antes tivesse feito à Fantina o que sua avó fizera a uma escrava que incorreu no mesmo crime. Essa escrava, dizia ela, foi amarrada pelos pés aos galhos de uma árvore, ficando com a cabeça no chão; depois despejaram-se três ou quatro alqueires de milho ao redor, e soltaram a porcada que estava presa há cinco dias. Em menos de um quarto de hora só se via o corpo da cintura para as pernas. (...) Fantina esteve de oratório oito dias. Esperavam todas as tardes quando Frederico saía a passeio e reproduziram as cenas da escravidão.”²³

Desta forma, o romance faz denúncias sobre o cotidiano da escravidão: utilizando o termo “cenas da escravidão” na cena da violência física, sendo o castigo excessivo e injusto contra Fantina e o assédio sexual sofrido por seu senhor, Frederico. Outra questão relevante para a obra é o posfácio escrito por Sidney Chalhoub, neste momento, Chalhoub pontua que o objetivo do posfácio é demonstrar a potencialidade de Fantina, sendo em três aspectos bastante relacionados: “a verossimilhança da narrativa, o repertório literário ao qual pertence, a atualidade dela e o sentido de resgatá-la neste momento específico de nossa indeterminação histórica”²⁴. Ou seja, pensar em qual conjunto de experiências, históricas e literárias, tornou imaginável a estória de Fantina. Para afirmar Badaró enquanto abolicionista, Chalhoub retoma à sua história pessoal, pontuando o artigo publicado pelo mesmo em 1884, intitulado “A escravidão e o fisco”, em que o autor criticara episódios repetidos de leilão de escravos apreendidos pelo fisco para o pagamento de impostos devidos por achar que estes sujeitos deveriam receber a liberdade em respeito à lei de 28 de setembro de 1871, que declarou livres os escravizados pertencentes à nação. Assim, a fim de compreender as razões que inspiraram a escrita de Fantina, Chalhoub retoma à carta de apresentação a Fantina, escrita por Bernardo Guimarães, onde o autor pontua que

“(…) tudo deve ter o cunho da verossimilhança e da naturalidade; tudo deve marchar de acordo com as leis físicas e morais, a que o mundo e a humanidade estão sujeitos, a menos que não se trate de alguma dessas produções, que pertencem francamente ao

²³ BADARÓ, Francisco Coelho Duarte. *Fantina: cenas da escravidão*. São Paulo: Chão Editora, 2019, p. 111-112.

²⁴ *Ibid.*, p. 126.

gênero fantástico (...)”²⁵

Ou seja, a história de *Fantina* consistia em uma plausibilidade da existência real, o que de acordo com Chalhoub conclui-se em:

“(...) Bernardo Guimarães identifica em *Fantina* uma filiação à “escola realista”, o que acha natural “quando se trata de um romance brasileiro, de costumes e da atualidade”. Enfim, a pertinência de escola literária, se houver, parece relativa à matéria a ser tratada, mais do que uma escolha dogmática e apriorística. Ao fim e ao cabo, ficamos com um Duarte Badaró adepto do realismo em *Fantina*, preocupado em criar personagens e situações ficcionais plausíveis segundo os “costumes” e a “atualidade” da sociedade referida na narrativa – o Brasil escravista da segunda metade do século XIX.”²⁶

Em suma, com base na pesquisa e no panorama apresentado sobre as publicações que apareciam pelo termo “scenas da escravidão” na Hemeroteca Digital, pode-se concluir que dizem respeito, majoritariamente, às colunas nestes diversos periódicos do mesmo período, de 1880 a 1889, contendo perfil geral de grande semelhança. Ou seja, ocupavam as capas dos jornais, denunciavam os castigos excessivos, as condições péssimas de trabalho, a reescravização de livres (como no caso de Feliciano), a crueldade dos atos gerados pela escravidão, além da exposição dos nomes dos proprietários. Tais denúncias revelam um pouco das estratégias usadas pelos abolicionistas que então ocupavam as redações dos jornais. Nas páginas dos periódicos, eles cobravam resoluções e atitudes das autoridades frente aos desmandos e abusos cometidos por senhores de escravos. Já a literatura da época aparece demonstrando como o uso da rubrica “Scenas da escravidão” não era uma exclusividade da imprensa, ou da *Gazeta da Tarde*, reafirmando a popularidade do termo em um contexto geral no Brasil, em especial nas lutas e na retórica abolicionista.

Neste sentido, o trabalho que se seguirá após a análise sobre a escolha do título para a coluna da *Gazeta da Tarde* e o contexto geral dos usos desta rubrica no período, consistirá em compreender de que maneira, especificamente, o jornal de José do Patrocínio produziu e publicou a coluna “Scenas da Escravidão”. Será feita, então, uma apresentação da coluna, mapeando os temas abordados, a frequência de publicação da coluna no periódico, o lugar ocupado por ela nas páginas do jornal, entre outras questões.

Assim, a partir de uma análise nos discursos, pretende-se investigar como aparecem as mulheres negras escravizadas nesta coluna, analisando as denúncias que as envolviam, os tipos de castigos aos quais foram submetidas e se havia casos envolvendo aspectos referentes ao

²⁵ *Ibid.*, p. 10.

²⁶ *Ibid.*, p. 137.

gênero, tais como maternidade, separação de filhos/família e, principalmente, a violência sexual, de modo a localizar possíveis lacunas sobre esta temática. Por fim, o capítulo busca compreender como a *Gazeta da Tarde* tratou das denúncias envolvendo mulheres para formar uma opinião pública sobre as barbáries da escravidão e se houve silenciamento a respeito dos abusos sexuais dos senhores às escravizadas.

Análise da coluna “Scenas da Escravidão” na *Gazeta da Tarde*

A metodologia desta pesquisa consistiu, num primeiro momento, na busca pelo jornal que está digitalizado no *site* da Hemeroteca Digital Brasileira²⁷. Na opção “periódicos”, buscou-se pelo nome “Gazeta da Tarde (RJ)”, no período de 1880 a 1909. Em seguida, foi realizada a busca pelo termo “scenas da escravidão”, a fim de localizar a coluna no jornal de José do Patrocínio. Em um levantamento prévio da expressão, foram localizadas 62 repetições do termo, sendo distribuídas da seguinte maneira:

Tabela 2: Distribuição do termo “Scenas da escravidão” no periódico *Gazeta da Tarde* (RJ) no período de 1880 a 1909.

Localização do termo	Quantidade
Uso do termo como título da coluna	56
Repetição do termo em textos gerais, sem estar localizado na coluna “Scenas da Escravidão”	6
Repetições totais do termo	62

Fonte: elaborada pela autora com base no levantamento na Hemeroteca Digital.

Num segundo momento, após a localização e leitura de todas as colunas encontradas, o trabalho consistiu tanto na transcrição das denúncias publicadas quanto na montagem de uma tabela com a data da publicação, número da edição, página em que fora encontrada, número da ocorrência na Hemeroteca Digital e a respectiva transcrição. Feito isso, foram adicionadas outras especificações: o sexo do escravizado na notícia, se havia menção ao nome do senhor e do escravizado do relato, o tipo de denúncia e a região/estado em que ocorrera. Após esse levantamento inicial, com a leitura do periódico, foi possível reconhecer o perfil dos textos publicados sob o título de “Scenas da Escravidão”. A primeira denúncia noticiada relatava o caso de uma escrava que foi conduzida a uma casa de comissões da praça da Constituição. A escrava, por medo do que poderia ser feito a ela naquele local, após a relatarem que lá impunham castigos no tronco e outras sujeições “de noite e de dia”, gritava aos prantos, pedindo que a socorressem. Ao tentar se refugiar na secretaria do império, ela foi

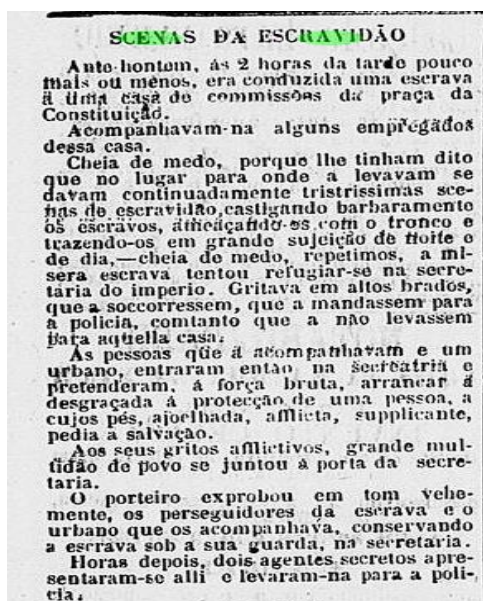
²⁷ Hemeroteca Digital. Disponível em: > <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/><

acompanhada até a delegacia. A notícia relata que:

“Anteontem, às 2 horas da tarde pouco mais ou menos, era conduzida uma escrava a uma casa de comissões da praça da Constituição. Acompanhavam-na alguns empregados dessa casa. Cheia de medo, porque lhe tinham dito que no lugar para onde a levavam se davam continuamente tristíssimas cenas de escravidão, castigando barbaramente os escravos, ameaçando-os com o tronco e trazendo-os em grande sujeição de noite e de dia, - cheia de medo, repetimos, a mísera escrava tentou refugiar-se na secretaria do império. Gritava em altos brados, que a socorressem, que a mandassem para a polícia, contanto que a não levassem para aquela casa. As pessoas que a acompanhavam e um urbano, entraram então na secretaria e pretenderam, a força bruta, arrancar a desgraçada a proteção de uma pessoa, a cujos pés, ajoelhada, aflita, suplicante, pedia a salvação. Aos seus gritos aflitivos, grande multidão de povo se juntou á porta da secretaria. O porteiro exprobou em tom veemente, os perseguidores da escrava e o urbano que os acompanhava, conservando a escrava sob a sua guarda na secretaria. Horas depois, dois agentes secretos apresentaram-se ali e levaram-na para a polícia.”²⁸

Para melhor visualização e conhecimento da coluna, destaco a imagem original da coluna no relato transcrito acima:

Figura 5 – “Scenas da escravidão”, edição 78 de 1880.



Fonte: “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 8 de outubro de 1880, p. 3.

A coluna “Scenas da Escravidão”, que dialogava com os demais textos da *Gazeta da Tarde*, justamente pelo caráter abolicionista e propagandista da campanha, apareciam majoritariamente nas primeiras páginas das edições da *Gazeta da Tarde*, demonstrando o destaque e importância dada à coluna pelos editores do periódico, tal como apresentado na figura abaixo.

Figura 6 – “Scenas da escravidão” na *Gazeta da Tarde*, edição 202 de 1881.

²⁸ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 8 de outubro de 1880, p. 3.

A cobrança por responsabilização criminal pelos os crimes cometidos e a abrangente comunicação entre diversos estados demonstram, em certo sentido, o poder e o nível de complexidade da organização do movimento abolicionista no Brasil. Neste sentido, a imprensa se reafirmava enquanto agente ativo na campanha e um instrumento eficaz na exposição dos ideais destes sujeitos históricos, sendo uma importante fonte histórica para visualizarmos, analisarmos e compreendermos uma história articulada do movimento abolicionista.

A coluna “Scenas da Escravidão” aparece pela primeira vez no ano de 1880, na edição 78, como já demonstrado. Entretanto, há duas repetições do termo que antecedem a aparição da coluna em si. Neles, Ferreira de Menezes trata de dois episódios que parecem ser indícios da criação da coluna, devido a possibilidade de, por meio dela, demonstrar a realidade diária dos males trazidos pela escravidão. Na primeira ocorrência do termo, Ferreira de Menezes elogia e enaltece o trabalho do deputado federal e provincial da Bahia, Marcolino de Moura e Albuquerque, ao denunciar a dura realidade da escravidão no Parlamento:

“(…) Nem o reiterou somente; fez mais, muito mais, porque proferiu o discurso a que aludimos um dos mais eficazes protestos que já se ouviram no parlamento contra a bárbara instituição que nos desonra, infama, avilta e atrasa. Era impossível verberá-la, com mais sentimento da verdade, do que fez Marcolino Moura. Os seus admiráveis trechos sobre cenas da escravidão constituem uma página duradoura, digna de ser lida e meditada. A escravidão não sugriu ainda no Brasil narração mais pungente nem mais verdadeira.”²⁹ (Grifos da autora)

Já na segunda ocorrência, o termo aparece na edição 69, do dia 28 de setembro de 1880, com o manifesto elaborado pelo Dr. Nicolao Joaquim Moreira, vice-presidente da Associação Central Emancipadora e da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, comentado algumas páginas atrás.

Após o levantamento e observações das 56 colunas, confirmou-se que consistiam em diversas denúncias sobre abusos nos castigos físicos, inúmeras e distintas formas de tortura, de reescravização de libertos, de fugas de escravizados e mortes. É importante destacar que todas as publicações tinham em si o caráter crítico dos redatores, seja de Ferreira de Menezes ou de José do Patrocínio. Destaco aqui exemplos que possibilitaram, por meio da imprensa abolicionista, demonstrar alguns dos absurdos vivenciados por estes sujeitos. Na edição do dia 20 de abril de 1881, na primeira página do jornal, noticiou-se a história de Urbano, escravizado de 25 anos de idade:

“Ha dias apareceu na cidade da Campanha, (Minas do Sul) um preto de nome Urbano, de 25 anos de idade, escravo do Sr. Joaquim Bibiano de Siqueira, residente no município de S. Gonçalo. Afirma o *Colombo*, órgão republicano, daquela cidade: “Este escravo,

²⁹ “A emancipação e o Sr. deputado Marcolino Moura”, *Gazeta da Tarde*, 16 de setembro de 1880, p. 1.

que aqui chegou em desgraçado estado, coberto de andrajos, tinha três ferimentos na cabeça em via de cicatrização e várias contusões nas costas e no braço esquerdo, feitos pelo seu desumano senhor, que segundo nos consta castiga barbaramente aos seus escravos.”³⁰

Esta notícia, ao relatar a história de Urbano, chama atenção do leitor sobre a condição física do escravizado e evidencia, tornando público, o nome do responsável do terrível crime, o “desumano senhor”, aspectos que serão observados, em majoritariamente, todos os casos.

O próximo ocorrido nos aponta as possíveis irregularidades e a escravização de pessoas sem qualquer aporte legal, como no caso de Feliciano. Nesta denúncia, destaca-se a relação dos abolicionistas e jornalistas negros com a Justiça, pois mesmo com o caráter de jornalístico dos periódicos (que visavam, em geral, a notícia), era comum que Ferreira de Menezes, José do Patrocínio e também outros editores cobrassem posicionamento e solução por parte dos delegados e subdelegados, responsabilizando os senhores envolvidos em cada um dos casos ali publicados.

“Trouxeram no nosso conhecimento o fato que publicamos abaixo para que seja examinado sem detença pelo Sr. subdelegado do Recife, a fim de se verificar se é verdadeiro ou falso. Eis o que nos dizem: “No beco da Molefa, Fora de Portas, freguesia do Recife, está presa num quarto, vai para quatro dias, uma mulher de cor acaboclada, chamada Feliciano, que dizem as Sras. Guiomar e Anoca, em cuja casa se dá o fato, ser ela sua escrava; apesar de não terem matrícula e nem título algum que isto prove, acrescento que a pobre mulher está com diversas feridas no corpo por ato de sevícias e não come desde o dia em que a prenderam.”³¹

Constou-se, a partir do levantamento e transcrição da coluna, que o número de casos envolvendo mulheres era alarmante e as colunas com estas histórias ocupavam grande espaço, majoritariamente nas primeiras páginas do jornal. Por outro lado, foi comum encontrar notícias e denúncias que envolviam homens escravizados ocupando as páginas 2 ou 3 do periódico. Ademais, é importante notar também o fato da primeira publicação da coluna na *Gazeta da Tarde* ser uma denúncia de violência contra uma mulher, como já demonstrado.

Na coluna, como pontuado, a quantidade de denúncias que envolviam mulheres escravizadas era grande, de forma que se tornou perceptível o quanto a condição de vida dessas mulheres no Brasil ficou registrada nessa seção, ganhando as páginas da imprensa e sendo assunto já nas primeiras publicações da coluna. Pelo levantamento e análise de todas as colunas, temos que:

Tabela 5: Relação de denúncias envolvendo mulheres e homens escravizados.

Gênero tratado na denúncia	Quantidade
Apenas mulheres escravizadas	21

³⁰ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 20 de abril de 1881, p. 1.

³¹ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 31 de agosto de 1881, p. 1.

Apenas homens escravizados	28
Denúncias sobre homens escravizados que envolveram também mulheres escravizadas	7
Total de denúncias	56

Fonte: elaborada pela autora com base no levantamento na Hemeroteca Digital.

Com base na tabela acima, podemos notar que as colunas envolvendo mulheres consistem em 28 das 56 colunas totais, pois houve denúncias que ao relatarem histórias de homens sendo castigados, foram envolvidas e destacadas mulheres, como mães e esposas, o que foi considerado e somado nesta análise. Além disso, cabe destacar que, nos relatos com mulheres, há muitos casos com mais de uma mulher por denúncia, chegando em até três em um mesmo ocorrido, tal como em 28 de junho de 1883, na edição 148, que ocupou a capa:

“Na casa de comissões de escravos da rua Estreita de S. Joaquim n. 03, deu-se ontem, à noite, mais uma destas cenas que nos reportam a eras antigas, pois são completamente antagônicas da nossa hodierna civilização. Dia a dia a imprensa registra fatos de castigos bárbaros e, na própria cidade onde está assentado o trono abolicionista do Sr. D. Pedro II, eles se repetem como a badalada fúnebre do sino da lenda, anunciando a morte da dignidade da pátria. Eram 7 horas da noite, quando o rodante da rua, já referida, ouviu gritos de socorro. Dirigiu-se ao ponto de onde eles partiam, a casa n.93 – armazém de venda de escravos, pertencente a Manoel Machado Medeiros & C. Entrou. Uma pobre mulher, Andreza, escrava do Dr. Guimarães Billac, com as mãos em mísero estado por palmatoadas brutalmente infligidas, suplicava que não a castigassem mais e o algoz rejubilava-se naquela cena, contemplando não só a escrava como outras duas: Thomazia, de Constantino Bernardo Pinto e Lucia, de Joaquim Furtado de Mendonça Monteiro, que rolavam no assoalho nas contorções da dor. Logo que avistou o garantidor da ordem pública, o ofensor evadiu-se, sendo em seguida as escravas apresentadas à autoridade local, que tomou conhecimento do fato. Que ela não durma e, desafrentando as infelizes, vingue em nome da civilização uma sociedade desfeiteada.”³² (Grifos da autora)

Nota-se nesta notícia um discurso e escolha de palavras que se assemelha até mesmo às utilizadas na crônica ilustrada de Agostini, para além das próprias publicações da coluna. O trecho “Dia a dia a imprensa registra fatos de castigos bárbaros (...) eles se repetem como a badalada fúnebre do sino da lenda, anunciando a morte da dignidade da pátria”, nos permite remeter a “Constam-se horrores sobre as atrocidades dos bárbaros senhores. (...) Apesar de todos esses horrores, não se vê um só senhor nas prisões do Estado. Em compensação, elas estão cheias de infelizes que tiveram a ousadia de se revoltarem contra seus algozes.” de Agostini, como citado anteriormente. Ademais, podemos destacar a exposição dos nomes das escravizadas, dos senhores responsáveis e mesmo o endereço de cada um, outro aspecto que aparece em consonância com as outras notícias da coluna. Por fim, cabe ressaltar a exigência, por parte da *Gazeta*, por um encaminhamento justo do caso, “vingue em nome da civilização uma sociedade desfeita.”

³² “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 28 de junho de 1883, p. 1

Para melhor demonstração, a tabela abaixo aponta a quantidade e os tipos de denúncias feitas, considerando, inclusive, a quantidade de vezes que foi submetido algum ato contra o mesmo sujeito, como, por exemplo, um mesmo escravizado que fugiu três vezes:

Tabela 6: Relação de crimes envolvendo mulheres e homens escravizados.

Tipo de denúncia	Ocorrência com homens	Ocorrência com mulheres
Violência física	16	22
Prisão	8	0
Fuga	6	2
Morte do escravizado	4	2
Suicídio	3	1
Escravo sem registro/reescravizado	3	2
Tentativa de suicídio	2	0
Estado de fome	2	1
Violência física contra o senhor	2	0
Assassinato do senhor	2	1
Manteve algemado	2	0
Separação de familiares	1	2
Excesso de trabalho	1	1
Crime não especificado	1	1
Morte de familiares do escravizado	0	2
Ameaça de morte	0	1
Cárcere privado	0	1
Notícia falsa	0	1

Fonte: elaborada pela autora com base no levantamento na Hemeroteca Digital.

A partir dos trechos destacados e pela tabela acima, é possível demonstrar alguns dos tipos de violências aos quais aqueles sujeitos foram subjugados no cotidiano da escravidão. Entretanto, trazendo um recorte de gênero, nos deparamos com algumas questões: “separação de familiares”, “ameaça de morte” e “morte de familiares do escravizado” aparecem mais vezes, ou até apenas, nos casos envolvendo mulheres escravizadas. Isto nos abre uma hipótese de que o aspecto familiar e a maternidade foram temas sensíveis que a retórica abolicionista tomara para a campanha, a fim de demonstrar que, além dos males da violência em si, a escravidão também é capaz de separar famílias, privar o direito da maternidade e da infância.

Ainda em análise quantitativa com recorte de gênero, pude encontrar mais duas denúncias envolvendo mulheres sem serem nas ditas colunas. Uma foi localizada na mesma página da primeira ocorrência do termo “scenas da escravidão”. A denúncia na coluna intitulada “Noticiários” trazia como subtítulo “Escravidão – infâmia” e apontava que:

“No lugar denominado Bemfica, no Engenho Novo, existe uma senhora que tem uma escrava a quem obriga diariamente a trabalhar sem tréguas e, de noite, manda a para a cidade com a condição de no dia seguinte de manhã lhe levar pelo menos dois mil réis!!! Os escravos não têm o direito ao descanso, só ao trabalho bárbaro e rude, como bestas

de carga, segundo querem muitos dos seus proprietários.”³³

Já a segunda foi encontrada após a leitura da ocorrência 59/62 do termo, do dia 3 de setembro de 1886, que relata uma falsa denúncia sobre maus tratos impostos à escravizada de nome Cecília. De acordo com esta notícia em “Scenas da Escravidão”:

“Com este título publicamos, anteontem, uma informação que nos foi dada por pessoa que nos merecia crédito e que provavelmente foi também iludida em sua boa-fé, com relação a castigos sofridos por Cecília, que se deu como escravizada de F. Salingre. Por uma justificação dada pelo Sr. M. A. Salingre na polícia e em que depuseram os próprios irmãos de Cecília se vê que, longe de ser rigoroso, o senhor em questão procura ser o melhor que pode ser um senhor de escravizados. Cecília é liberta condicional e deve-se atribuir à natural impaciência pela liberdade completa as suas queixas (...)”³⁴

Desta forma, encontrei, pela data informada acima, a edição do dia 1 de setembro de 1886, a coluna com o caso de Cecília, intitulada “Scena da Escravidão”, sem a letra S ao final de “scena”, o que compreendo ter sido um erro de digitação e, de modo que, se escrita corretamente, constaria na pesquisa pelo nome correto da coluna³⁵. Isto posto, soma-se às 21 denúncias demonstradas na tabela 5, mais dois relatos envolvendo mulheres, reafirmando como a imagem da mulher escravizada e o absurdo dos castigos impostos ao corpo feminino na escravidão serviram à retórica abolicionista a fim de convencer o público sob a urgência em acabar com as imoderações empreendidas pela instituição escravista.

Pelos aspectos quantitativos da coluna, ou seja, a quantidade de denúncias, relação entre os gêneros, locais e crimes, além da bibliografia do tema que confirma o ponto, pudemos observar que, em análise crítica, as perguntas feitas à fonte nos levaram a um recorte de gênero, que põe em questão a potencialidade visualizada pelos abolicionistas sob discursos, visto que tratavam dos males experienciados pelas mulheres escravizadas com bastante frequência. Isso porque situações envolvendo mulheres poderiam alcançar aspectos íntimos e de valor socialmente importante, poderosos para a retórica da liberdade. Entre esses aspectos estavam o impacto da escravidão sobre a maternidade e a família. Ludmila Maia aponta que “o tema da destruição de famílias, apartadas pela venda de seus membros, sobretudo pela separação entre mãe e filho, que dentre todos os laços familiares era o mais incontestado, tornou-se o expoente maior da retórica dos discursos contrários ao cativeiro”³⁶. Neste sentido, a imagem da mulher

³³ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 16 de setembro de 1880, p. 1.

³⁴ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 3 de setembro de 1886, p. 1

³⁵ Frente a isto, cabe destacar que o sistema de busca por palavra-chave não é infalível e pode deixar escapar algumas ocorrências, como no caso citado. Por isso, essa é uma estimativa inicial do uso do termo no jornal.

³⁶ MAIA, Ludmila de Souza. Páginas da escravidão: raça e gênero nas representações de cativos brasileiros na imprensa e na literatura Oitocentista. *Revista de História*, [S. l.], n. 176, 2017, p. 4.

escravizada enquanto mãe é mobilizada de modo a humanizá-la, trazendo o debate sobre a escravidão para o campo das emoções e, conseqüentemente, da empatia para com o público. Essa estratégia será tomada não apenas na literatura ficcional, tal como demonstra Maia, mas também nos discursos feitos na imprensa. Assim, tais discursos recorriam aos aspectos da feminilidade, até então restritos às mulheres brancas, ganhando espaço na retórica abolicionista.

Isto posto, retomemos à coluna “Scenas da Escravidão”. A edição de 13 de outubro de 1880, seção 82, como já demonstrado anteriormente, traz o caso ocorrido na rua da Victoria, do Catete, no Rio de Janeiro, onde, de lá ouviram “muitas vezes prolongados gemidos e gritos dilacerantes de uma infeliz escravinha” devido ao seu senhor que lhe infligia, a cada momento, os mais dolorosos castigos. É com estas palavras que a *Gazeta da Tarde* denuncia o ocorrido, entretanto, mesmo que pareça ser o suficiente para comover os leitores, Ferreira de Menezes continua fazendo comentários e observações críticas sobre os males e excessos da escravidão.

“(…) O público fluminense surpreender-se-á ao saber que esse algoz já tem representado o Brasil no exterior e inculca ser um cavalheiro de fina sociedade. Eis o que produz a escravidão! São estas as cenas que ella nos oferece cada dia, estes os exemplos no meio dos quaes se educam os nossos filhos e se preparam para mães de família as nossas jovens compatriotas! Assim se forma o caracter nacional! Enquanto isto se passa na côrte do Imperio, avalie-se o que irá pelo interior do paiz onde o proprietário d’escravos, fora das vistas da autoridade, é um verdadeiro senhor de baração e cutelo!”³⁷ (Grifos da autora)

Por esta notícia é possível destacar alguns aspectos interessantes que dizem respeito à intenção e retórica da coluna: a linguagem, que faz uso de recursos mais sentimentalizados, sensacionalistas, como, em “gritos dilacerantes de uma infeliz escravinha cujo senhor lhe inflige a cada momento os mais dolorosos tratos”; a crítica à escravidão, como um sistema que produz e reproduz problemáticas e horrores, em “Eis o que produz a escravidão! São estas as cenas que ela nos oferece cada dia”; o apelo do discurso com relação ao que será ensinado às crianças, logo, uma relação com a família e/ou com os valores morais, que, neste sentido, são paradoxais com o produto da escravidão, “estes os exemplos no meio dos quais se educam os nossos filhos e se preparam para mães de família as nossas jovens compatriotas”. Ademais, o texto ainda demonstra certa audácia, coragem, ao denunciar o senhor responsável pelo crime, mesmo que este, ao que pareça, fosse representante do país em relações exteriores, homem de certa importância na sociedade: “esse algoz já tem representado o Brasil no exterior e inculca ser um cavalheiro de fina sociedade”, e destaca o absurdo, aos seus olhos, que um homem como este esteja na Corte, deixando em aberto o que ele seria capaz de fazer longe da visão das autoridades

³⁷ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 13 de outubro de 1880, p. 3.

do país, “avalie-se o que irá pelo interior do país onde o proprietário d’escravos, fora das vistas da autoridade”.

O discurso utilizado segue a mesma perspectiva pontuada por Maia, pois esta nova sensibilidade em relação aos indivíduos escravizados traz uma grande ênfase nas famílias escravas, na defesa de sua humanidade e nas mulheres³⁸. Além de recorrer aos valores e à moralidade, afinal, este mesmo homem que castiga absurdamente uma infeliz moça é o mesmo que “já tem representado o Brasil no exterior e inculca ser um cavalheiro de fina sociedade”, demonstrando que estas atitudes não correspondiam ao que se esperava de “um homem direito”, representante da Corte. Deste modo, o anúncio reafirma que a retórica abolicionista se apoiava em questões morais, dos bons valores e costumes, sendo também utilizado em relação às mulheres posteriormente.

Na notícia do dia 12 de outubro de 1882, da edição 234, segue o relato de Marcellina, que se queixava dos bárbaros castigos causados por Messias Franco de Abreu, seu proprietário. O que nos cabe destaque neste momento são os termos e as palavras que a *Gazeta da Tarde* escolhia para narrar os acontecimentos, que destoavam sutilmente da forma que se pronunciavam sobre casos envolvendo homens escravizados – não em sentido de hierarquizar sofrimentos ou menosprezar indivíduos, mas de sentimentalizar o discurso:

“Lê-se no *Rio Branco* de Pirassununga, S. Paulo: No dia 6 do corrente, nesta cidade, apresentou-se ao Sr. Juiz municipal, a mísera Marcellina, escrava de Messias Franco de Abreu, se queixando de bárbaros castigos recebidos de seu senhor. O senhor juiz municipal remeteu a desgraçada ao delegado de polícia, para proceder ao respectivo auto de corpo delito, servindo de peritos o Sr. Dr. Marinho e seu empregado Anhaia. Apesar dos recentes sinais de sevícias que apresentava a vítima com as nádegas dilaceradas e em estado horroroso, foi o auto de corpo de delito julgado improcedente! Não nos admiramos dessas notícias que nos chegam de uma comarca no interior da província de S. Paulo. Bem perto da corte em Niterói, os nossos leitores o sabem, foi há dias absolvida unanimemente uma senhora contra a qual mil testemunhas se manifestaram, acusando-a de castigos bárbaros n’uma pobre escrava! Não nos admiramos, pois!”³⁹

A *Gazeta* parece querer chocar seus leitores com os absurdos do caso e com a maldade dos senhores sobre suas escravas, pois, ao narrar a história, relata que as nádegas da pobre mulher estavam “dilaceradas e em estado horroroso”, seu corpo repleto de marcas, enfatizando o estado do corpo da moça, não se poupando em palavras que descrevessem. Além de criticar que, mesmo nestas condições, o corpo de delito foi julgado improcedente. O jornal finalizava a notícia demonstrando ao público a injustiça e fragilidade do caso de Marcellina, algo a não se

³⁸ MAIA, 2017, *op. cit.*, p. 6.

³⁹ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 12 de outubro de 1882, p. 2.

admirar. Ainda nesta perspectiva, o caso narrado no dia 20 de dezembro de 1882 também faz uso de um discurso sentimentalizado que enfatiza os horrores vividos pelas mulheres em condição escrava:

“Sr. redator da *Gazeta do Povo*, V. S. que, com louvável denodo, defende a causa dos pobres escravos, em seu popularíssimo jornal, não deixará por certo de pedir a quem competir providencias que tendam a suavizar a sorte de umas infelizes escravas, pertencentes a uma víbora, que reside no largo de S. Bento. Esse monstro, que desapiedadamente faz trabalhar suas escravas, que vive à custa do suor destas, dá-lhes, em recompensa, imoderados e constantes castigos. Ainda ontem, depois das 10 horas da noite, essa malvada mulher, empunhando com toda a galhardia o instrumento de sua veneração, a palmatoria, foi fazer levantar uma sua escrava, já deitada, para infligir-lhe desapiedado castigo. É preciso acrescentar que essa escrava, durante o dia, já havia sofrido rigoroso castigo. É raríssimo o dia, em que na casa de tão barbara mulher não se ouve os desesperados gemidos do suas vítimas, gemidos intercalados pelo estalar da palmatoria, que, sem piedade, cai sobre as miseras escravas (...)”⁴⁰.

Vale afirmar que a republicação de uma notícia de mesmo cunho discursivo e político, proveniente da *Gazeta do Povo* de São Paulo, também aponta para o movimento paralelo feito em outros periódicos, reafirmando a potencialidade e alcance dessas colunas/denúncias no contexto da época. Demonstra-se ainda que outros jornais também davam espaço às experiências e condições de mulheres escravizadas.

Nem a seleção de palavras, ou ritmo da narrativa, tampouco a posição da notícia na estrutura do jornal deve ser desconsiderada ao analisar tais textos. Todas as escolhas da *Gazeta* seguem uma estratégia e a retórica abolicionista têm, definitivamente, um objetivo ao pontuar histórias como essas e desta forma. Ao relatar que os castigos eram imoderados, rigorosos, constantes, desapiedados e feitos por uma maldosa mulher sob suas escravas, o jornal buscava a empatia do leitor sobre o caso. Assim, em contraposição, o caso, datado em 2 de dezembro de 1882, de um jovem escravizado demonstra a diferença nos discursos entre mulheres e homens escravizados.

“Lê-se no *Nono Districto*, excelente jornal que se publica na cidade de Franca, província de S. Paulo: No dia 18 apresentou-se na cadeia desta cidade, um miserável negro coberto de farrapos imundos, os pés e as mãos disformes de feridas, e as regiões lombar e dorsal cobertas de inúmeras ecchymoses. O capitão Martins da Cunha, promotor interino da comarca, logo que viu o negro, oficiou ao delegado de polícia, pedindo para proceder a auto de corpo de delito. No auto serviram de peritos os Srs. Dr. Santo Pereira e Caetano Petralha que declararam que o escravo Juventino, de 19 anos de idade, pertencente a Marianna Constança de Andrade, além de apresentar muitos sinais de contusões feitas em épocas diferentes, apresentava nas palmas das mãos e dos pés manifestações de bobas, as quais os impossibilitavam de todo o trabalho.”⁴¹.

⁴⁰ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 20 de dezembro de 1882, p. 1.

⁴¹ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 2 de dezembro de 1882, p. 1.

Mesmo relatando o estado do rapaz, a *Gazeta* corre a notícia, sem implicar em um caráter mais sensacionalista ao texto, não se encontra termos que sensibilizem o indivíduo como na notícia de Marcellina, como “mísera”, “pobre escrava”, “dilacerada”, “estado horroroso”, dentre outras. Neste mesmo sentido, pontuo mais dois casos relatados que tratam da morte de escravizados, mas de formas diferentes; no primeiro sobre a jovem Theresa, a *Gazeta da Tarde* relata:

“Refere uma comunicação de Preguiças, Pernambuco: Correndo o boato de que uma escrava de nome Theresa, pertencente ao engenho Machado, no distrito de Preguiças, e propriedade do Sr. José Paulo da Silva, havia morrido em consequência de bárbaro castigo que sofrera, e fora mandada sepultar clandestinamente no cemitério daquela vila, para ali se dirigiu o delegado respectivo, acompanhado do seu escrivão, oficial de justiça e peritos e mandou desenterrar o cadáver. O sacristão da capela, que é também guarda do cemitério, e parecia interessado em desviar as pesquisas policiais, fingiu não saber onde se achava o corpo inumado, havia três dias, e indicou outra sepultura, que foi escavada, reconhecendo-se depois de aberta não ser o cadáver, que nela estava o que era procurado, pelo que teve-se de cavar outra recentemente fechada e nela então se encontrou o corpo da desgraçada Theresa, o qual apresentava todos os sinais de martírio que havia sofrido. Depois de lavrado o competente auto de exame cadavérico, o delegado dirigiu-se, acompanhado do mesmo pessoal, para o engenho *Machado* e procedeu a interrogatórios em pessoas da casa e escravos, indo em seguida para Palmares. Até hoje nada mais consta. Caso haja um crime, veremos se a justiça de Pernambuco é igual a de Taubaté e Campinas. Que martírio seria este que deixara no corpo da vítima os horríveis sinais de sua passagem?”⁴².

No relato, menciona-se que a morte tenha sido causada pelos castigos de Sr. José Paulo e comenta-se sobre o absurdo do sepultamento clandestino, o fato de precisarem desenterrá-la e a tentativa de esconderem o corpo e o caso em si. Além disso, ao se falar da moça, a notícia referia-se à “desgraçada Theresa”. Seu corpo descrito evidenciando os indícios de martírio que ela havia sofrido e as marcas apontadas como resultado de horríveis sinais da passagem do senhor. Entretanto, na notícia a seguir, a *Gazeta da Tarde* relata dois casos de morte/suicídio de escravos, de formas bem diferentes.

“Nas matas da fazenda de Francisco Pompeu do Amaral, em Campinas, foi encontrado pendente de uma árvore o cadáver de um seu escravo, que se enforcara. No sítio de Francisco de Barros Paula Souza, no mesmo município, enforcou-se o escravo Bernardo, de 27 anos, pertencente àquele senhor.”⁴³.

Reafirmando os argumentos expostos até aqui, o jornal relata duas mortes de forma simples e direta, sem detalhes e tampouco com um discurso sensível ou sentimentalizado, como o que ocorre, majoritariamente, em casos de mulheres.

As notícias expostas até então apontam para o que Maia concluiu sobre a retórica

⁴² “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 22 de fevereiro de 1883, p. 1.

⁴³ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 3 de outubro de 1882, p. 1.

aboliconista e a condição de vida de mulheres escravizadas como tópico sensível para a campanha. Em um contexto do recente fim do tráfico transatlântico, é notável uma valorização da imagem da mulher negra escravizada, pois, os proprietários viam nessas mulheres uma fonte quase infinita de manutenção da escravidão, entretanto, após a Lei do Ventre Livre, as crianças nascidas após a promulgação, por serem ingênuas, pouco valor tinham. Neste sentido, Maia afirma que

“Não por acaso, essa nova sensibilidade em relação aos indivíduos escravizados trazia uma grande ênfase nas famílias escravas, na defesa de sua humanidade e, particularmente, nas mulheres, as responsáveis por darem a vida ou, aos olhos dos proprietários, reproduzirem escravos *ad infinitum*, perpetuando assim a escravidão.”⁴⁴.

Apesar desta valorização, os castigos e a violência, que se desdobravam de incontáveis formas, desde física à psicológica, não deixaram de ser uma realidade no cotidiano das mulheres escravizadas e, conseqüentemente, de seus futuros filhos. Entretanto, este cenário se transforma negativamente à medida que se promulga a Lei do Ventre Livre em 1871, em que a partir de então, aquela criança, futura mão-de-obra, pode-se ver com perspectiva de liberdade. Em uma das publicações da coluna, há relato de uma escravizada em situação de maternidade. Tal notícia explicita ainda a visão e opinião crítica do jornal de Patrocínio sobre a Lei do Ventre Livre. Assim, o jornal *Gazeta da Tarde*, nas colunas sobre as “Scenas da escravidão”, aponta este aspecto, de forma crítica e incisiva, pois apesar desta nova sensibilidade apontada por Maia, o corpo daquela mulher, apesar de estar carregando bebê em seu ventre, ainda era de propriedade senhorial. Na triste notícia do dia 19 de maio de 1883, o jornalista negro relata:

"Sob a epígrafe - facto tristíssimo, escrevem os nossos colegas do Bocayú, do Pomba, Minas Gerais: "À presença do Dr. juiz municipal foi conduzida pelo enérgico Sr. subdelegado de polícia Francisco Cardoso, uma escrava de Damião Martins, contra quem havia-se dado uma denúncia pelo fato seguinte: A escrava achando-se em estado adiantado de gravidez foi ameaçada por seu senhor (Damião Martins) que se ela desse a luz, ele mataria a seu filho... Como era impossível a pobre constringer o curso do parto, e não querendo tomar remédios apropriados para aborto, viu-se obrigada pelo medo a ir ter seu filho em um pasto, onde o mesmo fora devorado pelos porcos, não podendo ela acudi-lo em vista do seu estado de parturiente. Esta história de ventre livre foi naturalmente a causa do pouco amor aos filhos das desgraçadas mulheres escravas. Há delito no fato e o Dr. Aristides não deixará de descobrir o culpado, dotado como é de energia e de amor a justiça. Esperemos."⁴⁵.

Esta notícia se torna tão relevante para esta discussão pois traz à tona questões importantes sob o recorte de gênero: a maternidade em contraposição aos males da escravidão, que separa mães de seus filhos e, muitas vezes, os mata; a sensibilização e empatia entorno da

⁴⁴ MAIA, 2017, p. 6.

⁴⁵ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 19 de maio de 1883, p. 1.

mulher escrava e mãe, que tem seus direitos da maternidade, tão intrínsecos à sua natureza e, assim, inquestionáveis, roubados; o possível choque e repugno do leitor frente à cenas como essa; a reafirmação da falha da justiça para com os escravizados e; a frieza e insensibilidade entorno daquele que comete crimes em nome da escravidão.

Em suma, este capítulo se concentrou na apresentação e análise da coluna “Scenas da Escravidão” do jornal *Gazeta da Tarde*, relacionando as questões de gênero com a retórica abolicionista para uma campanha mais eficaz junto ao público. Foram demonstradas alguns dos muitos casos e denúncias publicadas no periódico a fim de apontar como a retórica abolicionista se apoiou na imagem da mulher negra, tangenciando questões da família e da maternidade para atrair a empatia e solidariedade com a causa. Entretanto, mesmo com os olhares voltados aos casos de mulheres e suas questões, violências e dificuldades, não foi encontrado, em qualquer notícia do periódico, denúncias envolvendo violência sexual contra escravizadas, fato paradoxal, pois, pelo que se sabe pela bibliografia do tema e mesmo de conhecimento comum, foi uma realidade alarmante e perpetuante durante toda a escravidão, refletindo em diversas problemáticas sobre a imagem e o corpo da mulher negra até os dias atuais.

Isto posto, o capítulo 3 se apoiará na bibliografia do tema e analisará a obra “*Fantina: cenas da escravidão*” de Francisco Coelho Duarte Badaró, literatura produzida no período e que retratou caso de violência sexual experienciado pela jovem escravizada Fantina, a fim de contrapor as evidências retratadas na obra ao silenciamento existente na coluna “Scenas da Escravidão” da *Gazeta da Tarde* sobre a violência sexual.

Capítulo 3 – As mulheres escravizadas e o abolicionismo: espaços de retórica e atuação.

Baseado nos capítulos anteriores, pode-se compreender a importância da *Gazeta da Tarde* para o movimento abolicionista, sendo o principal órgão da propaganda abolicionista e uma das folhas mais lidas da Corte já em 1884, concorrendo com outros periódicos grandes da época, como a própria *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*. Tendo à sua frente uma das principais figuras do abolicionismo, principalmente do abolicionismo negro, José do Patrocínio, esta folha se tornou central na campanha pela liberdade dos escravizados. Como demonstrado, o periódico estava centrado em discussões que culminavam nos encaminhamentos para a abolição, considerando debates na política nacional, propondo soluções emancipacionistas, questionando e problematizando condições de vida e dificuldades enfrentadas pela população negra. Entre as suas principais atividades estava a de divulgar e publicar folhetins abolicionistas, anúncios com prestação de contas sobre compras e entregas de cartas de alforria pela Sociedade Emancipadora e outras associações, fazer transcrições das Conferências Emancipadoras, além, claro, combater os escravagistas de maneira clara e aberta. Por todo o jornal é possível encontrar este tipo de conteúdo e a vivacidade da militância de Patrocínio não deixou dúvidas quanto à posição da folha.

Assim, ao comentar o cotidiano da escravidão por toda a folha, não exclusivamente na coluna “Scenas da Escravidão”, Patrocínio tornou pública a história de diversos sujeitos, inclusive e, principalmente para esta monografia, mulheres. Dessa forma, pela leitura e análise da coluna, e do periódico em um todo, foi possível conhecer a história de diversas mulheres, espalhadas pelas diferentes páginas e seções, visualizando, de maneira mais aproximada, o trabalho do abolicionista negro e compreendendo de qual maneira estas histórias foram retratadas e utilizadas pela campanha abolicionista. À título de exemplo, em busca avançada pelo termo “escrava” na *Gazeta da Tarde* pela Hemeroteca Digital, foram localizadas 1.132 ocorrências, devido ao grande número de usos do termo, foram lidas cerca de 100 casos, sendo que majoritariamente estas anunciavam e denunciavam as condições de vida daquelas mulheres, das mais variadas formas: prisões, reescravização, escravização ilegal, castigos, aquisições de liberdade, dentre outros. Tal como demonstram os exemplos a seguir, tendo sido retirados de outras colunas para além das “Scenas da Escravidão”.

No dia 16 de julho de 1880, a *Gazeta* publicou este caso: "Foi ontem conduzida para o hospital da Misericórdia, a preta Feliciano, escrava do comendador Francisco Joaquim Bittencourt da Silva,

morador da rua da Guarda Velha n. 3, por se achar gravemente queimada"¹. Tão logo, no dia seguinte, foi publicada outra história: "Informam-nos que existe numa casa da praça da Constituição uma rapariga morena, vinda a algum tempo do Pará, que ignora se é livre ou escrava, mas que é constantemente maltratada pela Senhora dona dessa casa. Bom será se a polícia a *louceira*."². Ambas as notícias, publicadas ainda nos primeiros anos de vida do jornal, já apontavam para casos de mulheres escravizadas vivendo em cruéis condições de vida. Além disso, a ausência de um espaço de tempo entre uma e outra demonstra quão cotidiano eram os abusos e castigos tão violentos contra essa parte da população, incluindo mulheres. A escolha da publicação de duas notícias com mulheres também demonstra a importância que a *Gazeta* deu para os casos, dedicando espaços nas páginas para expô-los e o destaque dado em prol da campanha abolicionista.

Para além de castigos físicos, a folha também se demonstrou preocupada com a condição destas mulheres, por exemplo, que recebiam suas alforrias. Num primeiro caso, vemos: "Em Londres, a Sra. Viscondessa de Castro Lima, libertou sem condição alguma, a preta Francelina, escrava do Sr. comendador Antonio de Godoy."³. Em acompanhamento nos casos de liberdade, como no ocorrido por Carlos Gomes:

"Consta que Carlos Gomes vai convidar a União Acadêmica, para uma conferência destinada à libertação da escrava Margarida que serviu a seu filho Carlos André, na Bahia. A conferência terá lugar no dia 10 de agosto, ao meio-dia, no teatro de S. Pedro. Serão convidados, poetas e oradores distintos para que ocupem a tribuna."⁴.

A ideia era divulgar e dar visibilidade para as iniciativas libertadoras, destacando o processo irreversível rumo à liberdade, num contexto em que claramente a escravidão perdia sua legitimidade como instituição. No jornal surgiram casos de denúncias de escravização ilegal, como neste caso:

"Foi posta em liberdade, por ordem do Dr. chefe de polícia, a crioula Benedicta Maria Albina da Ilha, de que há dias nos ocupamos, e que sexta-feira fora presa como escrava, na rua do General Câmara, e em referência a qual, o *Jornal do Commercio* de 27 de abril do corrente ano, transcreve uma notícia do *Paulista*, de Taubaté, com o título: – Facto grave."⁵.

O caso citado nos permite concluir que a *Gazeta* estava acompanhando o caso de Benedicta Maria, dando visibilidade e mostrando a preocupação a respeito da condição que viviam estas

¹ *Gazeta da Tarde*, 16 de julho de 1880, p. 2.

² *Gazeta da Tarde*, 17 de julho de 1880, p. 3.

³ *Gazeta da Tarde*, 28 de julho de 1880, p. 3.

⁴ *Gazeta da Tarde*, 29 de julho de 1880, p. 3.

⁵ *Gazeta da Tarde*, 2 de agosto de 1880, p. 2.

mulheres. Na notícia anterior a esta, constata-se que Benedicta fora presa no dia 29 de julho de 1880, por dizerem ser escravizada, entretanto, a moça apresentou seus documentos comprobatórios com o visto das autoridades de Taubaté⁶.

Ainda neste sentido, é possível localizar, para além da coluna “Scenas da Escravidão”, outras denúncias dos absurdos e exageros produzidos pela escravidão, reafirmando o posicionamento do jornal por toda a folha. Sob a rubrica “Escravidão”, seguiu-se a notícia:

“Na rua Felipe em S. Francisco Xavier, existe uma escrava de nome Maria e uma menor, que são barbaramente maltratadas pelo Sr. Robin, senhor das mesmas. Dizem-nos, que essas criaturas são todos os dias chicoteadas, a ponto de ficarem com grandes marcas no corpo. Há tempos, esta desgraçada escrava, pelos maus tratos que recebeu, em supremo desespero, tentou suicidar-se com uma faca. Foi recolhida ao hospital, de onde saiu restabelecida para de novo entrar no inquisitorial domínio de seu senhor. As autoridades fingem ignorar isto.”⁷

Desta maneira, frente às diversas notícias retratando mulheres por todo o periódico, podemos notar a visibilidade destes sujeitos como parte integrante e importante para a retórica abolicionista. Afinal, além de um fato claro sobre a crueldade do cotidiano da escravidão, em especial para as mulheres, as notícias publicadas eram escolhidas e pensadas a partir de perspectivas, objetivos e estratégias do jornal e da campanha abolicionista. Ponto importante a se notar é que, numa leitura a contrapelo dessas denúncias do horror da escravidão, surgia o protagonismo de muitas mulheres lutando e resistindo a estas violências. Além disso, os inúmeros espaços dados às mulheres neste jornal reafirmam a agência destas, mesmo que, neste caso, indiretamente, na campanha abolicionista, e o uso dessas notícias para comoção da opinião pública.

Apresentados estes exemplos, notamos os esforços do jornal em noticiar ocorrências as mais variadas situações envolvendo mulheres escravizadas, tais como: castigo cruel e excessivo, morte, concessão de alforria, escravização indevida, suicídio, prisão, dentre outros. Entretanto, enfatiza-se para esta monografia um caso ainda mais delicado e relevante, publicado sob a rubrica “Admirem”. Na capa da edição do dia 16 de novembro de 1880, encontramos esta notícia:

"Mora a rua Dois de Dezembro um indivíduo, dono de alguns escravos, dos quais percebe cotidianamente aluguéis estipulados. Este indivíduo é o mais perfeito modelo do escravocrata malvado e repugnante. Suponha-se que uma sua escrava tem um filho. Apenas nasce a inocente criaturinha, manda batizá-la, aluga a mãe como ama de leite e deixa em perfeito abandono a infeliz criança, que a maior parte das vezes sem o leite materno, sem os carinhos de mãe, raquítica, enfezada, acaba por morrer. Quando se aproxima este momento, troca o nome da mãe, e remete secretamente a criança para a Misericórdia como enjeitada e

⁶ *Gazeta da Tarde*, 29 de julho de 1880, p. 3.

⁷ “Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 1 de outubro de 1880, p. 3.

filha da mulher livre. Estas cenas dão-se com muita frequência e dentro da mais criminosa impunidade. Um exemplo: No dia 7 do corrente, batizou-se na freguesia da Glória, uma criança chamada Amadeu, que dali saiu para a Misericórdia, como filha de uma mulher pobre e livre, chamada Henriqueta. Entretanto, o verdadeiro nome dessa mulher é Juliana, e esta criatura é escrava deste cruel senhor. Este fato deve constar de documentos."⁸

O caso acima nos chama atenção por uma estratégia diferente no discurso, baseado no levantamento inicial, ou seja, a exaltação sobre os aspectos relativos à maternidade e, automaticamente, sobre uma questão exclusiva de gênero. Ao tratar do ocorrido destacando as problemáticas para além da condição escrava em si, o periódico evidencia a frieza e a maldade de quem tortura uma mulher, sobretudo uma mãe, com aquilo de mais sensível que lhe pertence: seu filho. O argumento central da notícia é que o escravocrata rouba desta mulher e mãe o direito intrínseco e natural do cuidar, zelar, amamentar e criar seu próprio filho, para se utilizar deste corpo como fruto de mais enriquecimento e benefício próprio fazendo dela uma ama de leite.

Por notícias como essa e as demais destacadas, podemos afirmar que a história da escravidão no Brasil em muito vem se beneficiando ao estudar a história das mulheres escravizadas, pois, por esta perspectiva se enriquece ainda mais o campo historiográfico e possibilita-nos dizer muito sobre os processos, leis, relações sociais, organização política, social e econômica do país no período. É neste sentido que a bibliografia se coloca em posição de reconhecimento sobre a necessidade e relevância de tratar com maior cuidado a condição da mulher ao estudar escravidão no Brasil, ou mesmo afirmando como a questão de gênero faz grande diferença no processo de produção e escrita de uma história da escravidão. Pesquisadores como Maria Helena P. T. Machado, Flávio Gomes, Marcelo Paixão, Celia Maria Marinho apontam a importância deste recorte para os estudos. Neste sentido, Machado pontua que:

“No Brasil, os estudos que conectaram escravidão e abolição em relação ao gênero são escassos. Durante muito tempo, o estudo da escravidão e do processo de abolição foram enfocados sob a perspectiva dos escravos, termo que teoricamente subsumia a experiência das escravas ao conjunto de vivências entendidas como características dos escravizados. Isso levou a que os historiadores não se preocupassem em estabelecer as diferenças ou as peculiaridades das experiências de homens e mulheres submetidos à escravidão, e mesmo quando os estudiosos enfocavam temas que tinham uma perspectiva de gênero, o faziam sem sublinhar essa particularidade e, dessa forma, conceituavam seu objeto como característico da experiência escrava em geral.”⁹

Apresentado brevemente o plano de fundo que cercava a vida e condição de mulheres

⁸ “Admirem”, *Gazeta da Tarde*, 16 de novembro de 1880, p. 1.

⁹ MACHADO, Maria Helena P. T. Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade? In: *Instituições nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*.

escravizadas, Marcelo Paixão e Flávio Gomes também demonstram informações essenciais para melhor compreendermos a atuação destas mulheres em processos emancipacionistas, em redes de apoio e familiar sustentado por elas e na organização familiar, social e pessoal desses sujeitos históricos. Assim, confirma-se ainda mais a relevância de estudar as especificidades pelo recorte de gênero, a história de mulheres escravizadas a fim de uma produção de estudos mais complexos e ricos sobre a escravidão no Brasil. Isto posto, destaca-se o trecho:

“Tanto nas sociedades africanas como na diáspora, mulheres eram conhecidas por sua força e poder espiritual. Elaboraram formas de enfrentamentos, contrariando a ideia de que aceitavam a dominação com passividade. Uma das bases de poder verifica-se na luta pela manutenção da família negra. Agiam na proteção da integridade física e psicológica de seus filhos e companheiros, assim como de toda a comunidade da qual faziam parte. Na tentativa de impedir que filhos e esposos fossem vendidos separadamente, recusavam-se a trabalhar e ameaçavam os senhores com o suicídio e o infanticídio. Fazendeiros temiam especialmente envenenamentos que poderiam ser praticados por mucamas. Num mundo cercado de opressão, construíam ambientes de autoestima e se tornavam decisivas, por exemplo, para possibilitar fugas ou obter informações a respeito de vendas e transferências indesejáveis. Providenciando suprimentos, muitas delas prestavam auxílio providencial aos escravos em fuga ou àqueles interessados em escapar. Ajudando a manter a integridade dos arranjos familiares, assim como a riqueza e a originalidade da cultura forjada em torno deles, elas foram os primeiros agentes da emancipação das comunidades afrodescendentes na diáspora. Estudos a respeito das experiências das mulheres escravas nas Américas têm apontado para o grau de resistência delas no interior das plantações. Não cooperadoras no trabalho diário tinham que ser castigadas severamente. Nas áreas rurais “onde a maior parte estava empregada nas plantações “era por meio da linguagem e da música que educavam seus filhos, reinventando sentidos culturais. Nas áreas urbanas, ocuparam importantes espaços, fazendo deles territórios dos mercados de trabalho, dos seus próprios corpos, desejos e identidades de gênero envolventes. A propósito, no século XVI, durante um embarque de escravos realizado por portugueses na África, um piloto de navegação anônimo comentou sobre a necessidade de se colocarem homens e mulheres separados nos porões dos navios negreiros. Segundo ele, as mulheres, quando viajavam junto aos homens, frequentemente os instigavam a se revoltar contra a tripulação. A função das mulheres no interior das senzalas podia representar a reconstrução e a recriação permanente de aspectos culturais originais e, portanto, a edificação de sólidas comunidades. Uma das características fundamentais das culturas escravas em toda a América foi, sem dúvida, a manutenção da família nos seus variados sentidos. Sendo a espinha dorsal na constituição do parentesco, a mulher tinha o papel-chave na transmissão oral das crenças e dos valores de uma comunidade negra em gestação.”¹⁰

Em suma, o trecho acima demonstra a atuação dessas mulheres em diversos âmbitos do meio social em que estavam inseridas, ampliando o horizonte de participação para além do espaço privado das fazendas senhoriais e das respectivas violências provenientes disto. Paixão e Gomes fazem um excepcional balanço sobre essas mulheres enquanto agentes históricos do processo emancipacionista,

¹⁰ GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 16 (3), set.-dez., 2008, p. 950-951.

uma vez que mantinham o núcleo familiar, lutavam contra seus senhores de distintas formas, colocavam-se como base sólida e estratégica para fugas e revoltas. Estudos como estes se fazem necessários também devido à fundamental produção de uma história da escravidão por uma perspectiva que enxergue e compreenda os indivíduos escravizados para além da submissão, que vislumbre e ponha à luz nas suas participações enquanto agentes formadores de suas próprias histórias. Logo, a historiografia do tema já aponta que uma história mais aproximada dos sujeitos, neste caso, mais específica sobre essas mulheres, focalizando em suas peculiaridades, pode enriquecer grandemente a história da escravidão no Brasil.

Paralelamente ao argumento de Machado, as notícias destacadas da *Gazeta* demonstram algumas das muitas especificidades experienciadas pelas mulheres, diferentes das vivenciadas pelos homens escravizados durante a escravidão. Isto se reafirma logo ao pensarmos, por exemplo, em quais espaços e trabalhos ambos os gêneros ocupavam. Entre essas diferenças, destacamos o fato de as mulheres escravizadas, majoritariamente, viverem e trabalharem no interior dos casarões, em empregos domésticos ou extensões, como lavadoras, quitandeiras ou vendedoras nas ruas da cidade¹¹. Seus corpos eram violados e atravessados pela escravidão num duplo sentido, enquanto objeto de domínio do senhor para obtenção de lucros do sistema, mas também enquanto reprodutor, no sentido biológico, da escravidão¹². Com o corpo em estado de pós-parto, lactantes eram subjugadas à amamentação de crianças da família senhorial enquanto seus próprios filhos estavam sujeitos à desnutrição, às entregas para as Casas de Misericórdia, doações, vendas ou mesmo às rodas dos expostos. As mulheres escravizadas, enquanto propriedade dos senhores, também serviam aos mesmos como objetos sexuais. Ainda neste sentido, mulheres livres, libertas ou cativas também sofriam nos caminhos da autonomia marcados por restrições de gênero, que determinaram o ambiente doméstico como quase único espaço de sobrevivência. Assim, a autonomia dessas mulheres era continuamente negociada no âmbito privado do trabalho doméstico e da explícita dependência pessoal¹³. Machado destaca o estudo feito por Lorena Féres da Silva Telles que examinou as cadernetas de trabalho de criadas livres, utilizadas na cidade de São Paulo no ano de 1886. Sobre isto aponta que:

“(...) notou a extrema mobilidade dessas trabalhadoras que se alugavam em casas de família. Certamente, o constante deslocamento servia como forma de se proteger de demandas abusivas, agressões sexuais e outras formas de tratamento injusto, que deveriam se avolumar

¹¹ MACHADO, *op. cit.* p. 327.

¹² *Ibid.*, p. 329.

¹³ *Ibid.*, p. 331.

à medida que a criada se fixava na casa.”¹⁴

O trecho destacado aponta para as adversidades provenientes das relações de gênero a que estas mulheres estavam expostas e sujeitas, em oposição à situação de homens em condição escrava. Neste sentido, Telles, em sua tese, destaca que, diferentemente de outras formas de violência no corpo das escravizadas e escravizados, como mutilações e demais práticas de tortura, o estupro não era considerado crime, assim como não diminuía a produtividade ou o valor da escravizada¹⁵. Logo, é possível afirmar que as experiências foram distintas a partir do recorte de gênero, o que nos leva ao questionamento sobre como homens negros, em quaisquer condições, mas principalmente abolicionistas da imprensa, reagiram frente ao tema da violência sexual que tanto marcou as relações entre senhores e escravizadas. É também possível refletir sobre um possível silêncio da *Gazeta da Tarde* sobre esta temática, em especial na coluna estudada por esta monografia, as “*Scenas da escravidão*”.

Por consequência, esta monografia seguirá para uma análise que visa compreender como o abolicionismo lidou com a questão da condição da mulher na escravidão nas diferentes arenas da luta pela liberdade, principalmente dadas às diferentes situações e violências às quais foram submetidas, como casos de castigo físico, separação de filhos e familiares, estupro, amas de leite, dentre outras. A discussão a seguir conversará com a bibliografia do tema, priorizando estudos que colocaram mulheres e suas histórias sob perspectiva, a fim de analisar e questionar como a questão de gênero foi fundamental na retórica e campanha abolicionista

Questões de gênero na escravidão: lacuna ou retórica na imprensa abolicionista?

Que a campanha abolicionista na imprensa utilizou de diferentes estratégias para comoção da opinião pública e exposição das barbáries da escravidão já se é sabido. Entretanto, as inquietações que surgiram durante esta monografia nos levaram a pensar sobre como as questões de gênero foram tratadas pela imprensa abolicionista. Por esta razão, o objetivo é compreender qual o lugar dado a história das mulheres escravizadas nas páginas dos jornais, como elas apareceram na imprensa de que maneira a retórica abolicionista enxergou e utilizou na campanha os problemas vivenciados por

¹⁴ *Ibid.*, p. 333.

¹⁵ TELLES, Lorena F.S. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. 2018. 345 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 27.

mulheres escravizadas nas suas lutas pela liberdade. O exercício proposto na monografia foi analisar como a condição de vida dessas mulheres foi retratada na coluna “Scenas da escravidão” e sob quais perspectivas. Na leitura desta coluna, sistematizamos como temas mais sensíveis, tais como a maternidade e a violência, principalmente a sexual, foram abordados. Desta forma, o que também se propõe a fazer é localizar possíveis lacunas e silenciamentos sobre a temática da violência sexual, tanto na bibliografia do tema quanto nas páginas da imprensa abolicionista, na *Gazeta da Tarde*.

Sobre o recorte de gênero para estudos sobre a escravidão no Brasil, destacam-se importantes obras, tais como as de Maria Helena P. T. Machado, Camillia Cowling, Ludmila de Souza Maia, Caroline Passarini de Sousa, Flávio Gomes, Laila Correa e Silva, Marcelo Paixão, Lorena Telles, Nísia Floresta, Sasha Turner, dentre outros muitos que não é possível aqui mencionar. Argumentando sobre a relevância dessas questões para melhor compreender o movimento abolicionista e as lógicas da escravidão em si, Ludmila Maia, em seu artigo “Páginas da escravidão: raça e gênero nas representações de cativos brasileiros na imprensa e na literatura Oitocentista”, ao tratar da participação das mulheres negras no processo da abolição, tanto enquanto objeto da retórica abolicionista quanto como escritoras na campanha, relata o caso de uma escravizada grávida que implorava, aos prantos, para que não fosse separada de seu pequeno filho em um leilão de bens¹⁶. O detalhe interessante aos olhos da autora nesta notícia, que deveria ser apenas mais um episódio cotidiano e corriqueiro saído no jornal francófono do Rio de Janeiro *Courrier du Brésil*, foi a descrição da cena com “feições romanescas”¹⁷ indicando que, sob o imaginário da escravidão, uma jovem mãe grávida e indefesa poderia atrair a empatia do público frente à crueldade do cativo. Em seu artigo, Maia demonstra o caminho utilizado pelos abolicionistas ao transformar as mulheres escravizadas em uma das temáticas fundamentais do movimento abolicionista na década de 1850, e destaca:

“O tema da destruição de famílias, apartadas pela venda de seus membros, sobretudo pela separação entre mãe e filho, que dentre todos os laços familiares era o mais incontestado, tornou-se o expoente maior da retórica dos discursos contrários ao cativo. (...) Nesse sentido, a imagem “feminina” da mãe escrava na revista é mobilizada de modo a humanizá-la e trazer o debate sobre o cativo para o campo das emoções e da empatia com o público, semelhante às estratégias narrativas desenvolvidas pela literatura ficcional, particularmente nas páginas dos romances. Ao recorrer à empatia, imagens literárias sobre a feminilidade ganharam vulto como no caso do leilão.”¹⁸

¹⁶ MAIA, 2017.

¹⁷ *Ibid.*, p. 2.

¹⁸ *Ibid.*, p. 4.

Como a autora afirma, a questão em torno da figura da mulher, mais precisamente na condição de mãe, possibilitou à campanha abolicionista um apelo ao campo dos sentimentos, de forma que a maternidade atravessasse para além da escravidão que marcava sob esses corpos-instrumento, de modo a humanizá-la e cativar a empatia do público. Assim, Maia afirma a existência de uma nova sensibilidade em relação às pessoas escravizadas ao longo da década de 1850, e que, isto feito, trouxe ao cerne da questão a condição das mulheres escravizadas¹⁹.

Estas mudanças no campo das emoções trazem consigo dois aspectos que devem ser destacados. Em primeiro lugar, a influência dessa sensibilidade que já ocorria em outras partes do Atlântico, o que demonstra a circulação internacional de ideias, reafirmando a força e potencialidade da imprensa no período; em segundo lugar, o contexto da década de 1850, afinal, a lei de 1850 colocava fim ao tráfico atlântico de escravos, além de impor pressão internacional, sobretudo inglesa, pelo fim da escravidão. Neste cenário, as elites proprietárias se viram obrigadas a repensar novas estratégias para manutenção da escravidão, o que colocou luz sob a outra condição das mulheres negras, não apenas a mão-de-obra, mas a possibilidade de procriar, propagando ‘infinitamente’ a escravidão. Ao enforçar a questão da maternidade dessas mulheres na escravidão há contrapontos que foram impostos à esta condição natural e intrínseca à mulher e que devem ser analisadas. Entre eles está a apropriação legal dos corpos, o corpo da mulher é violado duplamente, ou seja, como escrava, já que seu corpo é compreendido como instrumento de trabalho para geração de riquezas, e enquanto mulher, já que é também compreendido como espaço de reprodução da escravidão. Além disso, é preciso pensar sob quais condições estas mulheres se tornavam e eram mães: se a maternidade viesse por interesse senhorial, estava intimamente ligada à violência sexual. Desta forma, além do abuso do corpo em si, os senhores ainda intervinham em todos os demais aspectos inerentes à maternidade, ou seja, amamentar, criar e educar. Se a maternidade viesse por núcleos familiares negros, então a mãe estava sujeita não só a não amamentação, criação e educação dos filhos, mas também à venda da criança para outros senhores. Assim, esta nova sensibilidade em relação aos indivíduos acabou trazendo o centro da questão aspectos que envolviam o gênero, no qual questões como maternidade, defesa das famílias escravas e humanização destes corpos foram utilizadas tão amplamente na retórica abolicionista e na imprensa.

Sasha Turner, em estudo sobre a Jamaica a fim de compreender os significados dados

¹⁹ *Ibid.*, p. 5.

aos corpos de mulheres negras a partir da percepção e representação nas campanhas abolicionistas britânicas, reflete sobre como abolicionistas, governo colonial, médicos e senhores centralizaram o corpo da mulher escravizada como caminho sobre o qual articulariam a liberdade e de qual maneira competiriam à fim de controlar a reprodução e suas práticas²⁰. Ao demonstrar que essa nova perspectiva para a campanha foi uma estratégia utilizada para além do contexto nacional, foi possível perceber, para além da potencialidade do recorte de gênero nos estudos da escravidão, que o movimento internacional também compreendia o impacto que o discurso sobre mulheres poderia causar positivamente, concordando com o argumento de Maia sobre a retórica abolicionista na propaganda apoiada à nova sensibilidade que compreendia às mulheres uma posição mais humanizada.

Em outro exemplo, paralelamente ao movimento feito pela *Gazeta*, Stéphanie Camp também tratou das especificidades das experiências inscritas nos corpos das mulheres na escravidão, sujeitas ao cotidiano do trabalho excessivo e exaustivo, além dos castigos brutais, exposição pública, apalpadelas dos senhores e traficantes nos leilões²¹. O único aspecto que não fora discutido pela *Gazeta*, mas foi elaborado pela autora, corresponde à violência sexual.

Além das contribuições das mulheres enquanto tema da campanha abolicionista, ou seja, mulheres na retórica, outra colaboração foi também de mulheres abolicionistas, que trabalharam ativamente na campanha, apesar disto, é notado pela historiadora Laila Thaís Correa e Silva, a majoritária ausência das mulheres nos estudos dedicados à análise da relação entre literatura e atuação política, assim, criou-se, nas produções sobre esta temática, uma lacuna fundamentada na “profunda experiência de marginalidade” que escritoras brasileiras experimentaram, violentamente, por meio de interdições e exclusões em diversas esferas da sociedade²².

Como destacado pela autora, o conto “A escrava” (1887), de Maria Firmina dos Reis, foi publicado no auge da campanha abolicionista brasileira e veiculado pela *Revista Maranhense*. A história consiste no relato de Joana, envelhecida escravizada, que durante a fuga de um feitor que pretendia prendê-la, encontra abrigo na casa de uma senhora abolicionista,

²⁰ TURNER, Sasha. *Contested Bodies: Pregnancy, Childrearing, and Slavery in Jamaica*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

²¹ CAMP, Stéphanie. *Closer to Freedom. Enslaved Women and Everyday Resistance in the Plantation South*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

²² SILVA, Laila Thaís Costa. Escravidão e abolicionismo na literatura de autoria feminina no século XIX brasileiro. In: Fernanda Rodrigues de Miranda; Marcello Felisberto Moraes de Assunção. (Org.). *Pensamento afrodiaspórico em perspectiva: abordagens no campo da História e Literatura*. 1ed. São Paulo: Editora Fi, 2021, v. 2, p. 302.

que acabou intervindo para a obtenção da liberdade de Joana. Silva argumenta a dedicação da escritora à temática da escravidão, especialmente quando sobre a condição das mulheres escravizadas e envelhecidas, os exemplos mais extremos da exploração e da mesquinhez do sistema escravocrata²³. O movimento feito se mostra interessante pois, além da contribuição das obras de uma escritora negra abolicionista na época, o enredo do conto acima citado, aponta para o apoio de uma mulher abolicionista para com outra mulher, em condição escrava.

Paralelamente, Karolina Fernandes Rocha argumenta, em sua tese, que

“Roger Kittleson (2005a, p. 128; 2005b p. 99) afirmou que uma das principais novidades do abolicionismo foi o alto grau de visibilidade atingido pelas mulheres, que deu à campanha antiescravista um caráter “feminizado”. Tanto as mulheres abolicionistas, quanto os líderes masculinos do movimento fizeram grande uso das construções de feminilidade da elite (KITTLESON, 2005b, p. 99). A participação das brasileiras no abolicionismo foi marcada por um caráter cristão, justificada pela fraternidade, o amor ao próximo, a sensibilidade ao sofrimento do escravo (MOTT, 1988, p. 79); são emoções e sentimentos frequentemente invocados pelos abolicionistas, a fim de convencer e apaixonar seu público (COWLING, 2006, p. 98). As mulheres tornaram-se uma importante presença em reuniões e conferências, em captação de recursos e trabalho beneficente em geral, promovidos pelas sociedades abolicionistas, que foram consideradas de cunho social e caritativo, o que fez com que a participação feminina não fosse uma completa novidade (KITTLESON, 2005a, p. 130), nem que estivesse dissociada dos papéis sociais comumente desempenhados pelas mulheres, que sempre atuaram em causas sociais e de caridade, ligadas, por exemplo, ao abrigo de órfãos e ao suporte à educação das crianças pobres.”²⁴

Partindo dos argumentos da autora, compreende-se que a busca pela participação de grupos comumente fora da política tradicional, ou seja, estratos sociais médios e baixos, os próprios escravizados e mulheres, foi uma significativa estratégia dos abolicionistas.

“Kittleson (2005b, p. 101) acredita que a feminização do abolicionismo, ou seja, o destaque dado ao feminino, implicitamente contribui para tornar a abolição menos ameaçadora, de modo a ampliar o alcance do movimento entre aqueles que acreditavam que o fim da escravidão poderia ocasionar uma ruptura nas hierarquias sociais.”²⁵

Dado o fato da participação das mulheres na campanha abolicionista, tanto enquanto temática quanto como abolicionistas, surge a hipótese da imprensa abolicionista e, conseqüentemente, dos abolicionistas, terem utilizado das condições desses indivíduos em suas publicações tanto para tornar a Abolição menos ameaçadora como apontado acima, mas

²³ *Ibid.*, p. 307.

²⁴ ROCHA, Karolina Fernandes. *Mensageiras da liberdade: mulheres, abolicionismo e recrutamento militar (província do Espírito Santo, 1836-1888)*. Dissertação de mestrado em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2016, p. 55.

²⁵ *Ibid.*, p. 59.

também como aponta Ludmila Maia, devido à nova sensibilidade frente à estas mulheres e suas péssimas condições, podendo tangenciar demais aspectos do gênero, como a maternidade. Isto posto, retoma-se à *Gazeta da Tarde* para possíveis confirmações e análise sobre como abolicionistas viam e abordavam a condição de mulheres na imprensa.

Estudos sob a perspectiva de gênero demonstram a potencialidade de pesquisa a partir deste recorte, mas também confirmam como a mulher negra escravizada, livre, liberta e as demais mulheres abolicionistas, foram primordiais nos processos da Abolição, como agente ativo e enquanto parte integrante da retórica da campanha abolicionista. Tratando das problemáticas vivenciadas por mulheres, trabalhos como de Maria Odila Leite da Silva Dias, no livro “*Cotidiano e poder em São Paulo do século XIX*”, já na década de 1980, mostrava preocupação sobre a recuperação das experiências dessas mulheres na escravidão, Camillia Cowling também traz apontamentos muito relevantes à historiografia da época, demonstrando a potencialidade do tema para análise da escravidão pelo expressivo número de casos de mulheres que recorreram à liberdade na justiça em nome da família, como Ramona e Josepha, escravizadas estudadas pela autora, sendo, a última, brasileira²⁶.

Outro aspecto relevante é, na maternidade, o caso da amamentação por amas de leite. Como demonstrado na pesquisa de Maria Helena P. T. Machado, a história da amamentação mercenária gerou um notável mercado de aluguel de escravas recém paridas, o que está diretamente ligado ao caso de infâncias de escravos abandonados. A autora argumenta que instituições como a roda dos expostos recebiam crianças que podiam ser filhos de amas de leite de aluguel e que a alta taxa de mortalidade de crianças nesses estabelecimentos poderia estar relacionada ao fato do abandono por parte das mães durante o trabalho amamentando filhos dos senhores. Machado ainda aponta que, para os senhores, filhos de escravas poderiam ser considerados empecilhos para o bom rendimento das mães em seus papéis de aleitadoras²⁷.

Além disso, soma-se às questões que atingiram às mulheres negras e ao trabalho, a crescente preocupação com a situação higiênica das amas de leite, que passaram, ao longo do século XIX, a serem vistas como perigosas portadoras de inúmeras doenças contagiosas,

²⁶ COWLING, Camillia. *Conceiving freedom. Women of color, gender, and the abolition of slavery in Havana and Rio de Janeiro*. Chapel Hill: The University of North Caroline Press, 2013.

²⁷ MACHADO, Maria Helena P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880). *Afro-Ásia*, 42, 2010, p. 175.

discursos que foram fortalecidos por teses médicas²⁸. Pelo aleitamento de crianças brancas dentro do espaço privado das famílias senhoriais, discursos que colocavam estas mulheres como imorais e praticantes de hábitos bárbaros, teriam justificado a proibição da escrava amamentar tanto o filho do senhor como manter-se como alugada para exercer tal função. Neste sentido, Karoline Carula argumenta que

“Características consideradas inerentes, que poderiam passar por meio do leite para os filhos das mulheres brancas, que contrairiam os mesmos vícios, se tornando insolentes. Aqui está um ponto recorrente no discurso médico da época: a valorização do aleitamento materno em oposição ao efetuado por escravas. (...) O aleitamento materno garantia que as crianças brancas não fossem amamentadas por mulheres consideradas racialmente inferiores, haja vista a crença de que o leite transmitiria qualidades morais aos bebês. A possibilidade de infectar moralmente os infantes, deturpando seu caráter, demonstra o perigo que os cativos representavam para as famílias brancas no imaginário desses homens de ciência.”²⁹

E completa, reafirmando sobre as questões morais às quais eram impostas sobre essas mulheres:

“O principal problema das amas de leites dava-se quando a nutriz era escrava, considerada “mulher de mau gênio, pouco paciente e ‘pouco jeitosa’” (Costa, jun. 1879, p.82). Devido a tais problemas, segundo o médico higienista, a mãe jamais deveria deixar sua criança a sós com a ama. O autor assegurou ainda ter visto “amas que criam filhos de importantes e abastadas famílias nas tavernas, nos cortiços e até nas cocheiras!...” (Costa, jun. 1879, p.82). Sendo assim, a escrava representava um perigo para a família, não apenas devido a seu leite, por meio do qual transmitiria suas negativas características morais às crianças, mas também porque colocaria suas vidas em risco ao levá-las a locais considerados de pouca segurança e não higiênicos.”³⁰

Devido a todos estes aspectos anteriormente apresentados, baseados na bibliografia que enxerga as peculiaridades do gênero no contexto e estudo da escravidão, pode-se afirmar que estas questões atingiram e diziam respeito, quase que exclusivamente, às mulheres, não sendo refletidas aos homens em condição escrava. Assim, reafirmando a diferença entre as experiências vividas pelas mulheres escravizadas quando comparadas aos homens escravizados. Neste sentido, podemos observar como a bibliografia enxergou nos valores morais atribuídos aos papéis sociais das mulheres e nos deveres maternos, corrompidos pela escravidão, uma oportunidade para uma nova história sobre a escravidão no Brasil. Dessa forma, o que se buscará ainda fazer é analisar como abolicionistas viram nessas mulheres uma oportunidade para a campanha em prol da causa da abolição, construindo um discurso

²⁸ CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em *A Mãe de Família. História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.197-214

²⁹ *Ibid.*, p. 201.

³⁰ *Ibid.*, p. 203.

sentimentalizado e humanizado sobre a mulher negra.

Na capa da edição do dia 23 de abril de 1883, a *Gazeta da Tarde* noticiou o que segue:

“Sob esta epígrafe, lê-se na *Gazeta do Povo* de S. Paulo, de anteontem: Apresentou-se ontem ao guarda do distrito da rua de S. João, queixando-se de castigos imoderados, a escrava Severina, de Narciso Pinto, morador da rua do Barão de Itapetininga. Levada a presença do subdelegado da freguesia de Santa Efigênia, esta autoridade fez proceder a exame médico, servindo os Srs. Drs. Jayme Serva e Mesquita. Embora não fossem julgados graves os ferimentos, patenteava-se aos olhos de quem visse a infeliz a estúpida malvadez do senhor, que a castigara com tanta brutalidade, que fez-lhe no braço direito um golpe com a ponta do chicote, que pareceu aos próprios médicos ser produzido por uma faca. Além deste, mostrava a miséria escrava outros sinais de castigos em diversas partes do corpo. Teremos sempre de registrar estas tristes cenas, enquanto o único alvitre das nossas autoridades, nestes casos, for o de recolher as pobres vítimas à enfermaria ou à penitenciária, como se fossem criminosos, e depois entregá-las a perversidade de seus algozes, que ficam impunes. Queixou-se também ao Dr. Delegado de polícia de excessos castigos, que recebia, a escrava Francisca, de D. Maria Gomes. Foi examinada pelos mesmos facultativos, que os consideraram leves. Aquela autoridade recolheu-a à penitenciária.”³¹

A notícia evidencia a denúncia de castigos excessivos impostos à escravizada, o que era comum na coluna, independente do gênero. Porém, o que se destaca é a linguagem e o uso de palavras que demonstram reforçar a atenção dada a esses corpos, como, por exemplo, ao destacar que, além do golpe pelo chicote, o corpo tinha outros sinais de castigo e assim, essas eram as “tristes cenas” da escravidão que acabavam em retornar essas mulheres fragilizadas e violentadas de volta aos senhores sem qualquer punição. É importante destacar também para a publicação de duas mulheres em uma só notícia, reforçando o papel da campanha abolicionista em tornar a história de inúmeras mulheres em pública pelo espaço dado às mesmas na imprensa.

No dia 7 de abril de 1883, a *Gazeta* publicou:

"Lê-se na *Gazeta do Povo*, de S. Paulo, de anteontem: Apresentou-se ontem ao Sr Dr. delegado de polícia a preta Anacleto, de 59 anos de idade, escrava de Eulalia de Mattos, moradora da rua da Boa-Morte, que, fugindo a sanha carniceira de sua senhora, fora queixar-se dos excessivos castigos que recebera. E não eram injustas as suas queixas. A mísera escrava estava coberta de ferimentos. O seu corpo mostrava o espetáculo mais repugnante de uma malvadez sem nome e da mais requintada perversidade. A autoridade mandou proceder a exame por uma junta médica. A infeliz tinha em ambas as nádegas feridas contusas, ainda com sangue, ocupando toda a extensão dessa região, interessando a pele, o tecido celular e a camada mais superficial dos músculos: feridas contusas interessando a pele e o tecido celular na região deltoidiana do lado direito, paralelas umas às outras e colocadas horizontalmente, notando-se ainda nelas algum sangue; contusões do 1º grau na cabeça, nas duas regiões parietais, direita e esquerda; uma contusão, também do 1º grau, na face, abaixo do olho esquerdo; na parte inferior da face externa do braço esquerdo uma contusão também do 1º grau, com uma ferida contusa, tendo um centímetro e meio de comprimento e meio de largura, e interessando apenas a pele e o tecido celular da parte, notando-se igualmente ainda um pouco de sangue. A camisa da paciente apresentava sangue na manga direita e na parte correspondente às nádegas. E são estas cenas que nos apresentam os senhores de escravos! Haja punição a esses criminosos,

³¹ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 23 de abril de 1883, p. 1.

que assim afrontam a justiça e a moralidade."³²

A notícia publicada na capa da edição e localizada bem ao centro da página, é daqueles textos difíceis, cujo detalhamento nos rouba a atenção sobre os diversos ferimentos gravados por todo o corpo de uma senhora de 59 anos de idade. É importante lembrar que o posicionamento, a escolha de palavras e demais aspectos de uma notícia não são arbitrários, menos ainda em um jornal abolicionista, desta forma, é notável a publicação da idade da escravizada Anaqueta, seguido de tantos detalhes, incluindo até mesmo termos mais técnicos, sobre os ferimentos. A denúncia evidencia que a condição de vida destas mulheres tinha como intuito a busca pela empatia do público leitor sobre casos tão absurdos como estes, afinal, a *Gazeta* ainda destaca que são cenas como estas que os senhores de escravos apresentam ao país.

Em outro exemplo, a *Gazeta* levou à público o caso de uma jovem escravizada de apenas 15 anos de idade, e assim como no caso acima, desta vez também houve a exposição da pouca idade para comoção pública, além de uma linguagem com expressões mais dramáticas, como ao relatar que “os gritos que a dor arranca da infeliz menina” eram tão altos que foram ouvidos pelos vizinhos. Ademais, o jornal ainda faz uma sutil crítica ao Conselheiro Tito de Mattos, quando ao falar que o mesmo concordava com os castigos aos escravos como forma de detenção:

“Chamamos a atenção da polícia para os fatos que se dão em uma casa da rua de S. Bento, perto do n. 15, onde é bárbara e constantemente castigada uma pobre escrava de 15 anos de idade. Os castigos têm sido de tal natureza, que os próprios vizinhos, moradores a rua Municipal, ouvem os gritos que a dor arranca da infeliz criança. Não estamos nos tempos inquisitoriais, e, embora o Sr. Conselheiro Tito de Mattos, consinta que na Detenção sejam castigados escravos, contudo achamos que S. Ex. deve indagar dos fatos e prender a descendente da Costa da África que assim martiriza quem lhe é irmã pela cor e pelo sangue.”³³

Neste mesmo sentido, foi localizada outra notícia que vale destaque:

“Lê-se na *Sentinella*, de Macaé, de 29 do passado: “Pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz de direito da comarca, Barão de S. Domingo, foi mandado apresentar ao subdelegado de polícia, tenente Ferreira Dias, a velha preta Rosaria, de Albino da Apresentação Pereira, em deplorável estado de ferimentos nas mãos. A autoridade procede na forma da lei.” Naturalmente para inglês ver.”³⁴

Mesmo que em notícia curta, a *Gazeta* também retoma à estratégia de destacar a faixa etária da escravizada, neste caso, mais uma senhora de idade, além do uso de uma linguagem

³² “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 7 de abril de 1883, p. 1.

³³ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 25 de janeiro de 1884, p. 1.

³⁴ “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 7 de fevereiro de 1885, p. 2.

mais sensacionalista pelo termo “deplorável” a respeito dos ferimentos nas mãos de Rosaria. Ademais, o jornal faz crítica direta às autoridades que parecem não punir os senhores pelos excessos dos castigos. ao *Gazeta* destaca ainda que o que se podia compreender como ‘processos/projetos emancipacionistas’ eram apenas para que a Inglaterra não questionasse sobre os encaminhamentos da escravidão no Brasil, ou seja, era “para inglês ver”.

Das histórias denunciadas na coluna “Scenas da Escravidão”, é necessário retomar à uma análise quantitativa mais específica sobre as mulheres. Como demonstrado na tabela 5, das 56 denúncias totais da coluna, 21 foram referentes apenas às mulheres, podendo somar-se às outras 7 em que, ao relatar uma denúncia de homem, houve envolvimento de mulheres (esposas e mães) e outros castigos sob as mesmas, totalizando, então mulheres envolvidas. Destas, apenas uma, no caso a escravizada que assassinou seu feitor³⁵, não estava em contexto de castigos, sendo estes dos mais variados. A tabela abaixo demonstra melhor este aspecto.

Tabela 7: Relação de violências vivenciadas por mulheres.

Tipo de violência	Quantidade
Violência física	22
Cárcere privado	1
Escravizada sem registro/ilegal	2
Suicídio	1
Fuga	2
Assassinato	2
Morte de familiar	1
Fome	1
Assassinato do senhor	1
Violência sexual	0

Fonte: elaborada pela autora com base no levantamento na Hemeroteca Digital.

Pela tabela acima, pode-se considerar que o tema que mais se privilegiou na coluna foi a violência física, incluindo: chicoteamento, palmatoadas, tronco, mutilações, maus tratos, idas às casas de comissões e o efetivo assassinato. Em todas as colunas, as mulheres foram tratadas a partir das péssimas condições que viviam, relatando sempre os diversos e variados castigos a que foram impostas. A respeito da maternidade, o único caso em que é relacionada corresponde, na tabela acima, a “morte de familiar”, pois a escravizada em estado de parto, se viu obrigada, sob ameaça do senhor, a ter o filho no pasto sem qualquer ajuda, assim, seu bebê acabou sendo devorado por porcos – ao final da notícia, que já fora transcrita aqui, Patrocínio critica a aplicabilidade da Lei do Ventre Livre.

A coluna não traz muitas informações sobre qual tipo de trabalho essas mulheres eram

³⁵ Sobre este caso, conferir: “Scenas da Escravidão”, *Gazeta da Tarde*, 10 de janeiro de 1887, p. 1.

obrigadas a fazer, tampouco se em casas ou lavouras. Porém, é possível supor se eram, majoritariamente, urbanas ou de fazendas, baseado nos textos e uso de certas palavras: compreende-se como urbanas, as notícias que mencionam nome das ruas, proximidade ao centro, praças e casas de comissões ou que utilizam o termo “casas”; compreende-se como de fazendas, aquelas notícias que mencionaram detalhes sobre o feitor, enquanto fazendeiro, ou que afirmaram ser, pelo uso do termo “fazenda”; em casos ambíguos ou sem qualquer menção, consistirá em “não consta”, conforme tabela abaixo.

Tabela 8: Relação de escravizadas da cidade e zonas rurais.

Zonas urbanas	Zonas rurais	Não consta
16	8	8

Fonte: elaborada pela autora com base no levantamento na Hemeroteca Digital.

Em suma, a *Gazeta da Tarde* fez um trabalho incansável em mostrar a vida dessas mulheres por toda a folha, ao enxergar, nas péssimas condições de vida, uma possibilidade de ascender a campanha e alcançar um maior público e, conseqüentemente, maior número de adeptos, assim, ‘virando o jogo’: transformando os absurdos causados pelos senhores contra esses indivíduos em ‘arma’ para o movimento abolicionista. Pelas colunas, podemos conhecer mais aproximadamente a vida das muitas mulheres que ganharam espaço na folha, assim, as análises quantitativas e qualitativas buscaram compreender os temas abordados, a retórica utilizada quando se tratando de mulheres e, assim, definindo os silenciamentos na *Gazeta*.

Mulheres escravizadas, violência sexual e as contribuições dessas histórias na imprensa e nos romances do século XIX

"É talvez o golpe mais intenso que ainda se tenha dado nessa ímpia instituição da escravatura; e este terrível golpe foi dado pela delicada mão de uma senhora! Quando isso se lhes mete na cabeça, as mulheres são os mais formidáveis revolucionários! Ninguém como elas para achar o caminho dos corações, e o segredo das paixões! Quem é que não tem ouvido falar desses seres dotados de uma segunda vista que, com uma simples haste de azeiteira, vos mostram as águas, e os tesouros escondidos? Pois as mulheres, em geral, possuem também essa espécie de adivinhação magnética; elas sabem aonde estão as fontes ocultas, e possuem a varinha de condão que abre o misterioso reservatório das lágrimas. É por esse talento que elas são os mais irresistíveis instrumentos da propaganda. No púlpito e na tribuna, nos livros, nos jornais, em todos os países, em todas as línguas, vozes eloquentes têm denunciado e anatomizado o crime da escravatura; mas eis que do meio deste universal concerto uma nota aguda e vibrante atravessa o ar, como uma flexa, e vem fazer estremecer todas as cordas sensíveis da humanidade! É o grito da mulher, e da mãe, o grito das entranhas, que domina as vozes mais altas e mais poderosas! Este livrinho, que temos diante dos olhos, fará mais para a emancipação dos escravos, e para a abolição do tráfico da escravatura, que não têm feito todos os discursos, todos os sermões, todos os Tratados, e todos os cruzeiros. E por quê?

– Porque fala não só à razão, mas aos corações, e aos olhos."³⁶

Pela análise quantitativa e qualitativa da coluna “Scenas da Escravidão” na *Gazeta da Tarde* foi possível então notar que excesso de trabalho, violência física, prisão, escravização sem registro ou reescravização de libertos e/ou livres, tentativa de suicídio, fugas, morte de escravizados, morte de familiares de escravizados, ameaça de morte, estado de fome, separação de famílias, violência física contra o senhor e assassinato do senhor estavam entre os temas abordados pelo jornal. Apesar das numerosas denúncias de violência física que ocuparam as páginas do periódico, 24 casos em mulheres e 32 em homens, e a variedade das mesmas, como palmatoadas, chicotes, tronco, dentre outras, não foi localizado na coluna qualquer menção à violência sexual. Podemos supor que a razão deste silenciamento tenha sido devido ao fato, como pontuado por Telles, da prática da violência sexual causada por homens brancos não ser considerada como crime na época. Por conta disto, mulheres escravizadas estiveram vulneráveis a todos os tipos de aproximações sexuais, envolvendo ameaças, chantagens e outras formas diretas de coerção por parte de senhores, familiares e demais homens livres que exercitassem autoridade sobre as mesmas³⁷. Apesar da existência tão cotidiana dos assédios sexuais na época, a autora argumenta o pouco interesse dado à esta temática pela historiografia brasileira, movimento diferente das produções feitas nos Estados Unidos e Caribe:

“A violência e a exploração sexual das meninas e mulheres escravizadas por parte dos senhores, familiares e prepostos, tema ainda preterido pela historiografia brasileira, emergem como problemática central para a compreensão das especificidades das experiências femininas na escravidão, envolvendo gênero, corpo, sexualidade, maternidade e dominação escravista patriarcal.”³⁸

As experiências e relações sociais vivenciadas por mulheres escravizadas foram, majoritariamente, marcadas pela violência e exploração dos senhores contra as mesmas, enquanto “(...) as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas”³⁹. Segundo a autora, “o estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres na condição de trabalhadoras”⁴⁰. Paralelamente, como

³⁶ STOWE, Harriet B. *A cabana do Pai Thomaz ou a vida dos pretos na América, romance moral*. Traduzido em português por Francisco Ladislau Álvares d’Andrada. Paris: Rey et Belhatte, 1853, p. IX-X.

³⁷ *Ibid.*, p. 26.

³⁸ TELLES, p. 26.

³⁹ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 20.

⁴⁰ *Idem*, p. 20.

demonstrado por Telles, o tema da violência sexual se mostrou e confirmou enquanto temática de grande potencial para novos estudos e oferece inúmeras possibilidades para compreensão mais aprofundada e aproximada sobre as questões que cercavam a vida dessas mulheres.

Deslocando-se para a literatura, na busca por possíveis abordagens da temática da violência sexual, Ludmila Maia argumenta que, por meio das produções feitas durante e sobre a década de 1850, “é possível perceber um movimento profícuo entre literatura e imprensa, formado por uma dose de ficcionalização da vida representada nos jornais e pela verossimilhança das imagens literárias criadas pelos romancistas e poetas”⁴¹. Nesse sentido, a autora pontua que os trabalhos analisados por ela, de Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta, enquanto duas mulheres que tiveram um olhar mais sensível quanto às experiências dos escravizados, foram fundamentais. Segundo Maia:

“As autoras, por exemplo, evitaram agrupar os escravos em categorias homogêneas, preferindo destacar suas complexidades, étnicas inclusive, descrevendo-os enquanto indivíduos que vivenciaram a escravidão de diversas maneiras. Nesse sentido, elas também representaram o cativo e suas vítimas a partir da premissa que toma por diversa a experiência de homens e mulheres escravizadas, enfatizando um olhar de gênero sobre as pessoas escravizadas.”⁴²

Considerando que a “Literatura e imprensa discutiam o mesmo assunto e repetiam as mesmas representações do cativo.”⁴³, encontramos nos escritos de Adèle, a própria denúncia da violência sexual. Logo, para além da imprensa, conclui-se que a Literatura também utilizou da retórica envolvendo histórias de mulheres escravizadas, libertas e livres, como em “*Fantina; cenas da escravidão*” de Francisco C. D. Badaró, “*A cabana do pai Tomás – ou a vida entre os humildes*” de Harriet Beecher Stowe, “*Úrsula*” de Firmina Maria dos Reis, “*Uma parisiense no Brasil*” de Adèle Toussaint-Samson, “*A escrava Isaura*” de Bernardo Guimarães, dentre outros. De acordo com Maia, a obra de Stowe “parece ter servido como um reservatório de imagens literárias e situações dramatizáveis que deram o tom da ficcionalização de situações cotidianas da escravidão”, em que “o próprio romance parece ter se inspirado em inúmeras autobiografias e biografias de ex-escravos e ex-escravas”. *A cabana do pai Tomás* obteve enorme sucesso e repercussão, particularmente no Atlântico Norte, mas ecoando também em outras partes do mundo. A denúncia contra a separação de mães e filhos encontrou espaço entre público leitor feminino, o que fez dessas questões

⁴¹ MAIA, p. 7.

⁴² *Ibid.*, p. 8.

⁴³ *Ibid.*, p. 16.

uma nova pauta da mobilização⁴⁴.

Homens e mulheres, cada qual com sua linguagem, percepções, opiniões e recursos, estiveram à frente das mais diversas produções literárias e da imprensa sobre o cotidiano da escravidão. Pensando este aspecto, as retóricas nos encaminham a novas questões, como: se há diferença nas abordagens sobre mulheres feitas por homens, como a *Gazeta da Tarde* e *Fantina*, e feitas por mulheres, como nas demais obras acima citadas.

Partindo do artigo de Maia, pode-se notar que houve uma diferença entre as produções elaboradas por homens e por mulheres no que se refere ao tema da escravidão. Tanto na Literatura quanto na imprensa, no caso desta monografia, com foco na *Gazeta da Tarde*, cuja direção estava nas mãos de um homem. Frente a isto, podemos considerar a hipótese de que uma das possíveis razões dessa distinção entre as retóricas utilizadas por homens e por mulheres da época tenham sido também atravessadas pelas questões de gênero dos autores e autoras. Neste sentido, Angela Davis pontua que

"Assim como as mulheres negras dificilmente eram "mulheres" no sentido corrente do termo, o sistema escravista desencorajava a supremacia masculina dos homens negros. Uma vez que maridos e esposas, pais e filhas eram igualmente submetidos à autoridade absoluta dos feitores, o fortalecimento da supremacia masculina entre a população escrava poderia levar a uma perigosa ruptura na cadeia de comando. Além disso, uma vez que mulheres negras, enquanto trabalhadoras, não podiam ser tratadas como o "sexo frágil" ou "donas de casa", os homens negros não podiam aspirar à função de "chefes de família", muito menos à de "provedores da família".⁴⁵

Por este argumento de Davis, podemos analisar por outra perspectiva o silenciamento existente na *Gazeta da Tarde* sobre esta temática, pois, parece paradoxal a experiência de vida de Patrocínio a respeito de sua mãe, negra e escravizada de seu próprio pai, e sua origem com o silêncio sobre uma questão tão importante quanto esta. Afinal, o diretor e proprietário do jornal, ao utilizar do discurso literário e da imprensa, demonstrou atenção para a condição da mulher negra enquanto um ser mais vitimizado pelo sistema escravocrata. O tom de denúncia encontrado no romance "*Motta Coqueiro ou a pena de morte*" sobre a condição do negro, com ênfase na mulher escravizada através da personagem Balbina, sinaliza o drama da mulher negra,

⁴⁴ Sobre esta discussão, conferir: MAIA, Ludmila de Souza. Páginas da escravidão: raça e gênero nas representações de cativos brasileiros na imprensa e na literatura Oitocentista. *Revista de História*, [S. l.], n. 176, 2017, pp. 15-16.

⁴⁵ DAVIS, p. 20.

à exemplo do que ocorreu com sua mãe⁴⁶.

O romance de Patrocínio, escrito em 1877, traz à cena o período colonial brasileiro, onde em alguns momentos as linhas da história se confundem com as linhas do romance. O enredo consiste na história de Motta Coqueiro, influente fazendeiro do norte fluminense, que é acusado pelo assassinato, de uma família de Francisco Benedito, agregados que viviam em suas terras. A paz no ambiente é perdida pela desconfiança de que o fazendeiro assediara sexualmente ao menos uma das três filhas de Benedito. Patrocínio balança entre a suposta violação sexual e o drama da escrava Balbina. Entretanto, de levar à Gazeta e à público história de muitas mulheres, Patrocínio restringe-se ao discurso que remete a um projeto “maior” do que a pauta de gênero – a discussão sobre a insustentabilidade da escravidão, assim, de certa forma, secundarizando a defesa, em si, da mulher negra.

Importante ressaltar que discussões aprofundadas sobre produções literárias a respeito da escravidão, ou seja, as relações entre Literatura e escravidão no século XIX, não serão objeto de análise e tampouco será feita discussão bibliográfica do tema nesta monografia. As obras destacadas apenas servirão como contraponto frente ao silenciamento do tema da violência sexual na coluna “Scenas da Escravidão” na *Gazeta da Tarde*. Neste sentido, textos literários tenderam a maior publicação e exposição dos casos de violência sexual, principalmente em autobiografias, tal como aponta Maia,

“Além dos temidos leilões, outra imagem marcante presente nessas biografias e autobiografias de ex-escravos era a questão da exploração que cabia particularmente às mulheres. Sojourner Truth, ex-escrava americana, preferiu calar em seu relato, “por motivos de delicadeza”, a exploração íntima que vivenciou nos anos de cativeiro. Em 1850, contudo, sua companheira de infórtunio, Harriet Jacobs decidiu expor em sua autobiografia as explorações sexuais vivenciadas enquanto fora escrava. (...) Ela [Harriet B. Stowe] explicita, em sua narrativa, o hediondo uso de jovens mulheres para o serviço íntimo dos senhores. O que era prática cotidiana da escravidão passa a ser representada como um crime para as leitoras e leitores de *A cabana do pai Tomás*.”⁴⁷

Este trecho apresentado, confirma-se não só a existência dos casos de assédio sexual contra mulheres escravizadas, mas reafirma o aparecimento e abordagem das mesmas na Literatura. É importante destacar o espaço de tempo estudado por Maia, sendo os anos de 1850

⁴⁶ Como constam nas biografias sobre o abolicionista, Patrocínio foi fruto do relacionamento de uma jovem escravizada, por volta dos treze anos de idade, com um padre branco, José Carlos Monteiro, de cinquenta e quatro anos, que era também detentor de escravos, sendo a própria Justina uma de seus escravos. Sobre as relações do romance e vida de Patrocínio, ver: SOUZA, Marcos Teixeira. *José do Patrocínio: um abolicionista na ficção e na vida*. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2014.

⁴⁷ MAIA, p. 17.

a 1880, entretanto, este cenário pontua as questões da violência, diferente do notado silenciamento destas denúncias nas “Scenas da Escravidão” durante todo seu tempo de publicação. Assim, reafirmando a diferença de tratamento da temática na imprensa e na Literatura, Maia aponta que:

“(…) Adèle Toussaint também denuncia a exploração sexual das escravas. Se na notícia da imprensa sobre a jovem grávida arrematada pelo traficante sádico da revista de Santos a descrição grotesca sugere claramente o destino de sofrimento que a jovem mãe teria nas mãos do carrasco, a ideia de violação sexual, todavia, *ficava no terreno do não dito*. Na narrativa de Adèle, no entanto, a denúncia é pungente. Ela conta que sua indignação era ainda maior quando via, nos tais leilões, uma jovem mulata ser “entregue ao fazendeiro que a reservava a seu serviço íntimo, enquanto seu negrinho era algumas vezes vendido a um outro senhor”.⁴⁸ [Grifos da autora]

Em movimento semelhante, o romance da época “*Fantina: cenas da escravidão*”, relata a história da jovem escravizada Fantina que se vê coagida, mais de uma vez, ao domínio de seu senhor, Frederico, quem lhe submetia não apenas à violência sexual, mas também à violência psicológica, sob ameaças e chantagens; O enredo que tem seu ápice no estupro, começa, efetivamente, com a coerção de Frederico para com outra escravizada da casa, Rosa, a fim de que esta pudesse coagir ou convencer Fantina a ceder aos desejos de seu senhor.

Como apontado por Bernardo Guimarães, redator da carta de apresentação da obra, enquanto um romance filiado à “escola realista”, a história tende a inspirar e repetir cenas do cotidiano. Assim, é plausível ressaltar que o medo existente em Fantina e seu namorado, Daniel, sobre a possibilidade de Frederico “tentar contra ela”⁴⁹, logo após o casamento entre o senhor e d. Luzia, poderia ser uma realidade das escravizadas na realidade fora dos romances. Esta questão pode ser notada no diálogo entre a jovem e seu namorado:

“Fantina muito aflita, apertando-lhes as mãos, como querendo invocar toda a atividade dele disse:

– Como há de ser, Daniel, se *ele* me começar atentar?

– Não faças caso; e chega-te bem a d. Luzia (...)

Fantina saiu chorando. Muito abstrato Daniel ali ficou. Parecia-lhe ter acordado de um sonho perseguido por pesadelos lívidos, em que animais titânicos lhe mordiam a cabeça.”⁵⁰

⁴⁸ *Ibid.*, p. 18.

⁴⁹ BADARÓ, p. 95.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 85.

É notório por este diálogo no romance que existia, sob a sombra das relações interpessoais de escravizadas e senhores, um medo da possibilidade real da violação sexual dos corpos destas mulheres. O romance, que tratou das cenas da escravidão, concentrou-se no poder sem limites destes indivíduos que poderiam ser - e foram -, duplamente violados. Sobre a exposição do horror do abuso sexual em *Fantina* e reafirmando o caráter silencioso do tema na imprensa, Sidney Chalhoub traz importantes contribuições no posfácio do livro acerca disto. Ao localizar uma breve notícia sobre a recepção da obra n’*O Abolicionista*, periódico da sociedade abolicionista presidida por Joaquim Nabuco, datada no dia 1º de dezembro de 1881, destaca-se um trecho: “Um romance contra a escravidão – O sr. Duarte Badaró acaba de publicar um romance intitulado *Fantina*, no qual com grande verdade pinta algumas cenas da escravidão, descrevendo a vida do mísero escravo no Brasil.”⁵¹, incisivamente Chalhoub argumenta que:

“O artigo elogia o livro sem mencionar a principal estratégia de denúncia contra a escravidão nele adotada. Afinal, *Fantina* não “descreve a vida do mísero escravo no Brasil”. Este é um enunciado genérico que reconhece o sentido político do texto ao mesmo tempo que despolitiza a estratégia empregada pelo autor. *Fantina* é um livro sobre o abuso sexual das mulheres escravizadas. No sofrimento de Fantina e no abandono de sua filha, torna-se também um texto sobre a dor das mães no cativeiro.”⁵²

Como pontuado pelo autor, “a verossimilhança em *Fantina* e romances similares não se buscava apenas na remissão a acontecimentos políticos, mas também por meio do recurso a um enredo que intentava mostrar situações tidas por recorrentes nas relações entre senhores e escravos.”⁵³, assim, *Fantina* faz parte de um vasto conjunto de obras do Oitocentos de inspiração crítica à escravidão, que tematizavam o sofrimento de mães escravizadas e o abuso sexual de mulheres e meninas em condição escrava. Neste sentido, a Literatura produzida sob este viés e reproduzia com poucos filtros, a dura realidade vivenciada por tantas mulheres escravizadas.

Em outros exemplos, cabe destacar, e assim foi feito por Chalhoub, a história de outras mulheres em romances que foram vítimas dos interesses sexuais de seus senhores: Emmeline, filha de Susan, jovem de quinze anos, que fora comprada e separada em leilão, por Mr. Legree, em *A cabana de pai Tomás*; a mãe de Túlio por parte de seu senhor em *Ursula*; Isaura ao ser

⁵¹ CHALHOUB, Sidney. *Posfácio*. In: BADARÓ, Francisco Coelho Duarte. *Fantina: cenas da escravidão*. São Paulo: Chão Editora, 2019, p. 148.

⁵² *Idem.*, p. 149.

⁵³ *Idem.*, p. 149.

perseguida por diferentes homens, como seu senhor, pelo irmão de Malvina, pelo jardineiro da casa em *A Escrava Isaura*. Assim, a temática da violência sexual apareceu com mais frequência em obras literárias, inclusive contemporaneamente aos redatores da *Gazeta da Tarde*, tal como pelos romances citados anteriormente.

Em suma, foi neste cenário, onde a violência sexual era legitimada no universo jurídico, que literatos encontraram brechas para a denúncia destas terríveis cenas da escravidão a favor da campanha abolicionista, entretanto, foi também, neste mesmo sentido, que a cena tão cotidiana e repugnante da escravidão, não ocupou espaço sequer na coluna da *Gazeta da Tarde*. Ao fim, restam as possíveis interpretações e razões para que a *Gazeta* não tenha se colocado árdua e publicamente contra a violência sexual sofrida por mulheres escravizadas e deixado simbólico e ensurdecido silêncio.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou realizar uma análise da imprensa abolicionista como fonte histórica que viabilizou novas estratégias para o movimento abolicionista, visando compreender a condição de vida das mulheres escravizadas que ganharam simbólico e notório espaço nas páginas da *Gazeta da Tarde*, tanto na coluna “*Scenas da Escravidão*” quanto num modo geral no periódico. Por meio desta análise, quantitativa a respeito da quantidade de denúncias, províncias, crimes e gênero, e qualitativa a respeito da retórica, linguagem e discurso utilizado no tratamento dos casos, pode-se demonstrar os castigos excessivos, as torturas e a péssima condição que aqueles tantos sujeitos viveram durante a escravidão – e que perpetuam sequelas ainda hoje.

O primeiro capítulo centrou-se em demonstrar o complexo e tenso período da década da Abolição, quando os interesses de diferentes grupos começaram a conflitar e defrontar-se diretamente: abolicionistas e o campo progressista/liberal, as autoridades locais e os senhores de escravos, cada qual a defender-se. Foi neste cenário, que Angela Alonso compreendeu em três momentos: das flores enquanto abolicionistas difundiam a campanha pela arte, nos teatros regados à flores, dos votos quando debatiam a emancipação por leis no Parlamento e das balas, mais incisivamente contra o contramovimento dos escravistas, que a *Gazeta da Tarde* surge, abertamente abolicionista, colocando à luz os horrores produzidos pela escravidão. O periódico mais vendido do período teve ainda sob sua direção o líder mais ilustre e inflado do movimento: José do Patrocínio, o tigre da Abolição.

Assim, o jornal de destaque no movimento abolicionista, colocou-nos uma preocupação extra, para além das notícias que refletiam as adversidades da época, pela coluna “*Scenas da Escravidão*” abriram novas questões que nos levaram a buscar compreender as condições de mulheres escravizadas, visando quais situações foram impostas a elas e de qual maneira a imprensa abolicionista debateu e tratou essa temática tão sensível e que tanto contribuiu para estudos e compreensão mais rica sobre as organizações sociais, políticas e econômicas no Brasil durante a escravidão. Desta forma, pelo que fora analisado e demonstrado, mais precisamente no capítulo dois desta monografia, podemos encontrar lacunas na retórica abolicionista ao tratar das questões relativas ao gênero, ou seja, ao destacar a condição dessas mulheres e os horrores a que foram impostas, deixaram à margem a pauta referente a violência sexual, que é um fato tão conhecido e que fora tão cotidiano na época.

Isto posto, o terceiro capítulo concentrou-se em contrapor o silenciamento da *Gazeta da Tarde*, criticamente, às diversas produções literárias escritas na e sobre a época, que retrataram, cambiando entre a ficcionalização e a realidade, a problemática do abuso sexual, que mais parecia uma norma nas relações privadas entre senhores e escravizadas. Assim, ao refletirmos o uso da condição de vida dessas mulheres na retórica abolicionista, podemos perceber que, apesar da exaltação dos horrores vividos, o estupro ainda não era compreendido enquanto crime, de forma que abolicionistas negros, mesmo como Patrocínio que presenciou isto tão próximo pela relação de sua mãe escravizada de seu pai, seu feitor, e, conseqüentemente, teve o estupro como sua origem, ainda não foi capaz de denunciar a violência sexual em sua coluna. Entretanto, coube destacar a importância da Literatura da época, e soma-se a produções historiográficas desde então, na escrita dessa realidade, que atravessou e violentou mulheres por tantos anos, de forma a ainda marcar o estigma dos corpos das mulheres negras até o momento atual. Trabalhos que revisam essas histórias e realidades marcadas pela violência, principalmente, sexual, se mostram necessária frente às inúmeras problemáticas que estruturam nossa sociedade e as relações sociais, marcadas por gênero, raça e classe.

Fontes

Cidade do Rio

Gazeta da Tarde (RJ)

Gazeta de Notícias

Jornal do Recife

O Paiz

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. 2003. 224 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, p. 1. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1593385>.

_____. *Orfeu de carapinha: A trajetória de Luiz Cama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: a trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro (1864-1888)*. 2005. 344 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

_____. *“Transição de cor”: Raça e abolição nas estampas de negros de Angelo Agostini na Revista Illustrada*. Rio de Janeiro: Topoi Revista de História, v. 16, n. 31, p. 418-441, jul./dez. 2015.

BADARÓ, Francisco Coelho Duarte. *Fantina: cenas da escravidão*. São Paulo: Chão Editora, 2019.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Literatura, 2000.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

CARULA, Karoline. *Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão*. In: *A Mãe de Família. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. UnB, 1980.

_____, José Murilo. “Com o coração nos lábios”. In: *José do Patrocínio. Campanha Abolicionista (coletânea de artigos)*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, 1996.

CASTILHO, Celso Thomas. Slave Emancipation and Transformations. In: *Brazilian Political Citizenship*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

COWLING, Camillia. *Conceiving freedom. Women of color, gender, and the abolition of slavery in Havana and Rio de Janeiro*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2013.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 16 (3), set.-dez., 2008.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). *Direitos e justiça no Brasil: Ensaio de história social*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

MACHADO, Humberto Fernandes. Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Palavras e Brados. José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro. 1a. ed. Niterói: EDUFF, 2014, v.1.

MACHADO, Maria Helena P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880). *Afro-Ásia*, 42, 2010.

_____. Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade? In: *Instituições nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*.

_____. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994, pp. 67-71.

_____. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão”. In: *O Brasil Imperial*, volume III – 1870 – 1889. Rio de Janeiro, 2009.

MAIA, Ludmila de Souza. Páginas da escravidão: raça e gênero nas representações de cativos brasileiros na imprensa e na literatura Oitocentista. *Revista de História*, [S. l.], n. 176, 2017, p. 4.

MAGALHÃES, Raimundo Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1969.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa da Pernambuco (1821-1954)*. Imprensa Universitária: Universidade Federal de Pernambuco, vol. II, 1966.

NÓVO Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, v. II, 892 p., 1899.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. 326 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

_____. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. *Estudos Históricos*, v. 32, p. 267-286, 2019.

PAIXÃO, Rodolpho. *Scenas da escravidão: poemeto*. Victor Hugo e Castellar. Sênio. Rio de Janeiro: Livraria de José Serafim Alves, 1882, 47 p. Disponível em: ><http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242789>

PIROLA, Ricardo F. A lei de Lynch no ocaso da escravidão: linchamentos, justiça e polícia (1878-1888). In: *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018,

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

ROCHA, Karolina Fernandes. *Mensageiras da liberdade: mulheres, abolicionismo e recrutamento militar (província do Espírito Santo, 1836-1888)*. Dissertação de mestrado em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De "papa-pecúlios" a tigre da abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. 2006. 230p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SILVA, Laila Thaís Costa. Escravidão e abolicionismo na literatura de autoria feminina no século XIX brasileiro. In: *Fernanda Rodrigues de Miranda; Marcello Felisberto Moraes de Assunção. (Org.)*. Pensamento afrodiaspórico em perspectiva: abordagens no campo da História e Literatura. 1ed.São Paulo: Editora Fi, 2021, v. 2.

SOUSA, Caroline Passarini. *A representação da mulher negra no discurso abolicionista (1871-1888)*. *História e Democracia: precisamos falar sobre isso*. UNIFESP, Guarulhos, 2018.

SOUZA, Marcos Teixeira. José do Patrocínio: um abolicionista na ficção e na vida. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2014. Disponível em: ><http://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/view/2387><

TELLES, Lorena F.S. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. 2018. 345 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

STOWE, Harriet B. *A cabana do Pai Thomaz ou a vida dos pretos na América, romance moral*. Traduzido em português por Francisco Ladislau Álvares d'Andrada. Paris: Rey et Belhatte, 1853, p. IX-X. Disponível em: ><https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6696><.

TURNER, Sasha. *Contested Bodies: Pregnancy, Childrearing, and Slavery in Jamaica*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.